



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA



ESTUDO TÉCNICO 02/2024

Indicadores Socioeconômicos e Ambientais do Estado:
Prestação de Contas do Governo do Estado 2023.



Junho/2024



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA

Diretoria de Tecnologia da Informação - DITEC

Espaço Cidadania Digital - ECD

Estudo Técnico ECD nº 02/2024

Estudo Técnico de Indicadores Socioeconômicos e Ambientais do Estado:

Prestação de Contas do Governo do Estado 2023

Junho/2024





Presidente do TCE/PB

Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho

Diretoria Geral (DIREG)

Severino Claudino Neto

Diretoria de Tecnologia da Informação (DITEC)

Ed Wilson Fernandes de Santana

Coordenação do Trabalho - Espaço Cidadania Digital (ECD)

André Agra Gomes de Lira

Auditor de Controle Externo TCE/PB

Colaboração

Bianca Batista Lins

Oficial de Registros, Notificações e Expediente TCE/PB

Edição

Amanda Duarte Oliveira - Estagiária de Arquitetura e Urbanismo TCE/PB

Centro Universitário de João Pessoa - Unipê

Revisão

Laszlo de Medeiros Santos

Agente de Protocolo e Tramitação TCE/PB

Renata Carrilho Torres de Andrade

Auditora de Contas Públicas TCE/PB

Arte da Capa

Raissa Kelly Ferreira de Oliveira - Arquiteta e Urbanista pela UFPB

Amanda Duarte Oliveira - Estagiária de Arquitetura e Urbanismo TCE/PB

Centro Universitário de João Pessoa - Unipê



SUMÁRIO

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 9 |
| 2. INDICADORES-CHAVES DA POPULAÇÃO, FROTA, PIB, RENDA E TRABALHO | 18 |
| 2.1. População, PIB e Renda | 18 |
| 2.2. Trabalho - Empregos formais | 26 |
| 2.3 - Programas Sociais | 31 |
| 3. INDICADORES-CHAVES DA EDUCAÇÃO | 35 |
| 3.1. Indicadores Gerais da Educação | 35 |
| 3.2. Indicadores do Ensino Médio | 42 |
| 3.3. Taxa de Adequação de Formação Docente - Ensino Médio | 44 |
| 3.4. Taxas de Rendimento por Etapa Escolar: Aprovação, Reprovação e Abandono | 46 |
| 4. INDICADORES-CHAVES DA SAÚDE | 48 |
| 4.1. Sistema de Informação em Saúde para Atenção Básica | 48 |
| 4.2. Vacinações - Imunizações | 49 |
| 4.3. Casos de Arboviroses | 52 |
| 4.4. Mortalidade Materna | 52 |
| 4.5. Casos de HIV | 53 |
| 4.6. Taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos | 54 |
| 4.7. Taxa de mortalidade prematura (30 a 69 anos) por Doenças Crônicas não-transmissíveis (DCNT) | 55 |
| 4.8. Leitos Cirúrgicos | 55 |
| 4.9. Leitos Clínicos | 55 |
| 5. INDICADORES-CHAVES DA SEGURANÇA PÚBLICA E INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS | 56 |
| 5.1. Polícia Militar | 65 |
| 5.2. Crimes contra a Pessoa | 67 |
| 5.3. Violência contra a Mulher | 73 |
| 5.4. Segurança Viária | 79 |
| 5.5. Crimes contra o Patrimônio | 81 |
| 5.6. Apreensão de entorpecentes | 82 |
| 5.7. Elucidação e Tipos de Prisão | 83 |
| 5.8. Sistema Penitenciário | 86 |



| | |
|---------------------------------------------------|------------|
| 6. INDICADORES-CHAVES DE SANEAMENTO BÁSICO | 91 |
| 7. INDICADORES-CHAVES DO MEIO-AMBIENTE | 101 |
| 7.1. Setor agropecuário | 110 |
| 7.2. Energia | 111 |
| 7.3. Processos Industriais | 112 |
| 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 113 |



1. INTRODUÇÃO

Há uma tendência, ainda que incipiente, de entender que a atuação do controle externo deve se expandir, além da fiscalização meramente formal dos gastos, da sua contabilização tradicional e da busca por inconformidades, e contemplar a avaliação da qualidade, do resultado e dos impactos das políticas públicas na sociedade, e, principalmente, a qualidade da despesa pública passa a ter destaque no radar de prioridades dos órgãos de controle.

Importante ressaltar que vivemos em um cenário de alterações climáticas e avanços tecnológicos, no qual as políticas públicas, suas metas, suas intervenções, desde os seus empreendimentos, projetos, programas e até a regulamentação das atividades podem provocar impactos sociais, econômicos e ambientais consideráveis, positiva ou negativamente, e isso não deve passar despercebido pelo olhar do Controle Externo.

Para tanto, **analisar e mensurar**, a partir da perspectiva do Controle Externo, as práticas de Governança e de Gestão Pública (de Resultado), considerando-as fundamentais à administração das organizações governamentais e à busca pela eficiência, transparência e responsabilidade no setor público, torna-se algo estratégico mas notadamente desafiador. E não é a pretensão desse estudo abranger o objeto a esse nível de amplitude, o que se busca é dar os primeiros passos para iniciar um processo de aproximação do tema.

Figura 1.a - Ciclo de Gestão Orçamentária e Financeira



Fonte: <https://planejamento.es.gov.br/orcamento-publico-estadual>

No que se refere à **busca por Gestão de Resultados**, na gestão pública, segundo Abrucio, “essa é a principal arma em prol da efetividade das políticas públicas”. Para tanto, é preciso orientar a administração pública por metas e indicadores. Embora estes já tenham sido



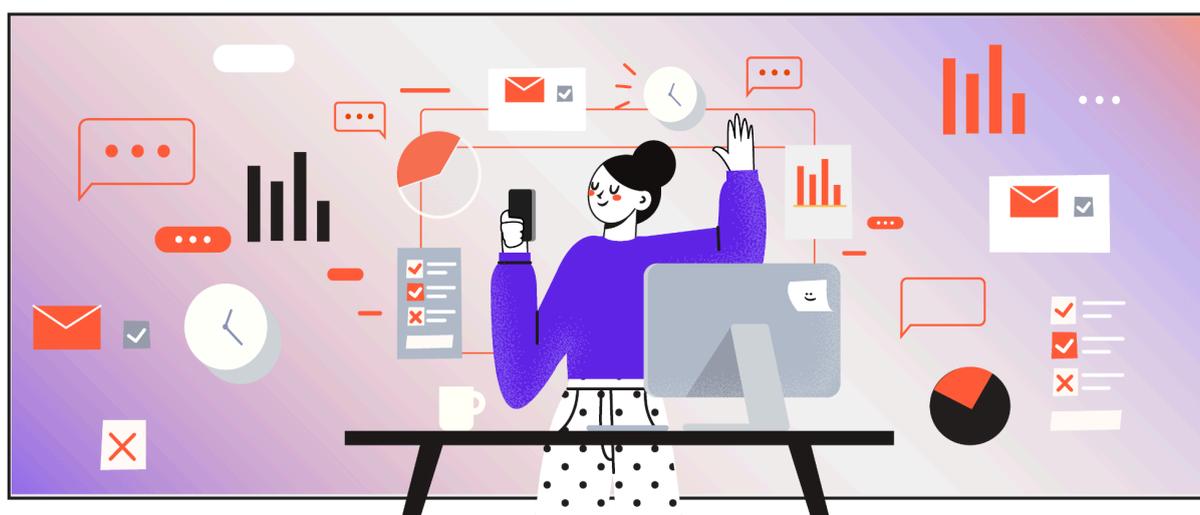
introduzidos em algumas experiências brasileiras, o seu uso ainda é bem restrito, pouco conhecido do público e, pior, de pequena assimilação junto à classe política”¹.

Notar que o **princípio da eficiência deve ser obedecido por toda Administração Pública, como determinado no art. 37 da Constituição Federal**. Nesse sentido, o princípio da eficiência impõe à Administração Pública uma atuação pautada e com foco na produção de "resultados favoráveis à consecução dos fins que cabem ao Estado alcançar" (2009, p. 37)²:

O princípio da eficiência pode ser percebido também como uma exigência inerente a toda atividade pública. Se entendermos a atividade de gestão pública como atividade necessariamente racional e instrumental, voltada a serviço público, na justa ponderação das necessidades coletivas, temos de admitir como inadmissível juridicamente o comportamento administrativo negligente, contraproducente, ineficiente (2001 apud ARAGÃO 2009, p.37/38 - Regulação do Saneamento Básico, ARESPCJ. Editora Essencial)³.

E essa eficiência só tem sentido se houver parâmetros claros para a aferição, ou seja, uma parametrização construídas por indicadores confiáveis.

Figura 1.b - Caracterização de praticidade, eficiência e produtividade



Fonte: <https://pt.linkedin.com/pulse/praticidade-dia-para-melhor-produtividade-paula-pedrosa>

Esses passos tendem, pois, a se aproximar de uma visão que permita uma avaliação das políticas públicas, da sua geração de valor e comparativos (VfM - *Value of Money*⁴), dos benefícios na vida dos cidadãos, da sua função social, algo que vai além do apontamento de inconformidades, muitas vezes de natureza formal. Uma mudança de paradigma que pode,

¹ <https://essentialidea.com.br/wp-content/uploads/2018/03/ares.pdf>

² <https://essentialidea.com.br/wp-content/uploads/2018/03/ares.pdf>

³ <https://essentialidea.com.br/wp-content/uploads/2018/03/ares.pdf>

⁴ Value for Money é baseado em uma avaliação que compara os custos ou pagamentos a serem feitos pelo poder público para construir e operar um projeto sob diferentes métodos de contratação.

inclusive vir fortalecer o próprio sistema dos Tribunais de Contas, conforme prescrevem e almejam as Normas Brasileiras de Auditoria no Setor Público - NBASP-12⁵.

Por outro lado, entendemos que ao direcionarmos, também, o nosso olhar para a *eficiência* das gestões municipais por intermédio de indicadores, poderia haver um incentivo para que a própria gestão e o controle social passarem a adotar uma sistemática de medição de desempenho a partir de *indicadores-chaves* (KPI - *Key Performance Indicator*) de forma mais transparente e orientativa.

É necessário que seja observado se essas *metas de eficiência*, de *performance* estão de fato materializadas e explicitamente presentes nos instrumentos de planejamento público, em especial, no PPA (Plano Plurianual - **programação para 4 anos**), LDO (Lei das Diretrizes Orçamentárias - **metas para o ano**) e LOA (Lei Orçamentária Anual - **recursos para o ano**), nos planos setoriais, temáticos e estratégicos, bem como a partir do compromisso firmado pelo Estado brasileiro na Declaração dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** em setembro de 2015, a chamada Agenda 2030⁶, a qual contém objetivos e metas para este fim.

Sob essa perspectiva, o **Espaço Cidadania Digital** (DITEC - ASTEC) se propôs a elaborar esse estudo para levantar os resultados dos principais indicadores socioeconômicos e ambientais, assim como os ODS (a partir do Índice de Cidades Sustentáveis - IDSC), do Estado da Paraíba para subsidiar a prestação de Contas do Governo do Estado de 2023.

Figura 1.c - Indicadores na gestão pública



Fonte: pixabay

⁵O TCU (2009) entende que indicadores de desempenho é uma métrica que disponibiliza informações sobre o desempenho do objetivo de um programa, política social ou projeto, bem como descreve, explica ou prevê algo, e será o termômetro da ação pública executada. Enquanto Coelho et al., (2008) afirmam que os indicadores são essenciais nas atividades de monitoramento e avaliação da gestão, que permitem identificar avanços, melhorias de qualidade, correção de problemas, necessidade de mudanças ou manutenção da coisa pública.

⁶ONU, Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, New York, 2015.





Neste capítulo serão analisados indicadores socioeconômicos, ambientais, entre outros, do Estado da Paraíba (indicadores-chaves) selecionados a partir de fontes oficiais, tais como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), DATASUS (Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde), SNIS (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento), SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Paraíba pela Paz, Portais de Transparência e o Novo CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), entre outras, das áreas de população, trabalho, renda, educação, saúde, segurança pública e meio ambiente, inclusive saneamento básico, com o objetivo de avaliar a qualidade e os resultados da gestão estadual na vida da população paraibana, contextualizando-os com indicadores nacionais e de estados similares socioeconomicamente.

Os **indicadores-chaves de população, renda e trabalho** tiveram como fonte principal os dados do Novo CAGED e do IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD contínua), além da plataforma SAGRES (TCE/PB), entre outras.

Enquanto para os da **Saúde**, foram utilizados o IBGE, plataforma do DATASUS (Ministério da Saúde - SUS), o Sistema de Informação em Saúde para Atenção Básica (SISAB), boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde, além de consultas e diligências às referidas secretarias responsáveis.

No que se refere à **Educação**⁷, foram utilizados como fonte de pesquisa o Censo Escolar 2022⁸ - Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), a Plataforma QEDU⁹, SAEB¹⁰, entre outros. Apesar de ter havido queda no analfabetismo em 2023, a Paraíba é o 3º estado da federação com maior taxa de analfabetismo (13,6%), ficando atrás dos estados do Alagoas (14,2%) e Piauí(13,3%), continuando mais alto em **idosos, pretos e pardos**¹¹. **Segundo a plataforma PNAD Contínua, o analfabetismo no Brasil diminuiu 6,1% em 2019 para 5,4% em 2023**, mas ainda temos **11,4 milhões de analfabetos e analfabetas no país**. Neste mesmo ano o Nordeste tinha a taxa mais alta (11,2%) e o Sul, a mais baixa (2,8%).

⁷ Também foram utilizados dados da plataforma QEDU e do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

⁸<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados/2022>

⁹<https://qedu.org.br/>

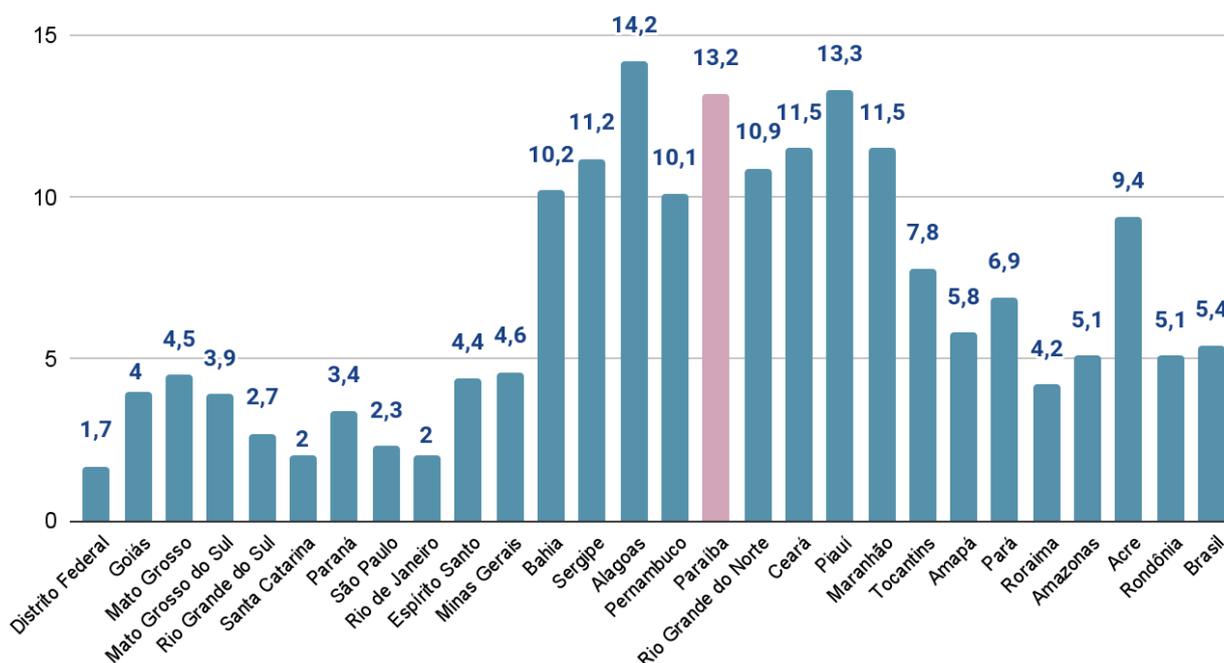
¹⁰<http://saeb.inep.gov.br/saeb/>

¹¹<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-mo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste#:~:text=A%20taxa%20de%20analfabetismo%20recuou.%2C8%25%20para%20o%20Sudeste.>





Gráfico 1.a - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%) em 2023

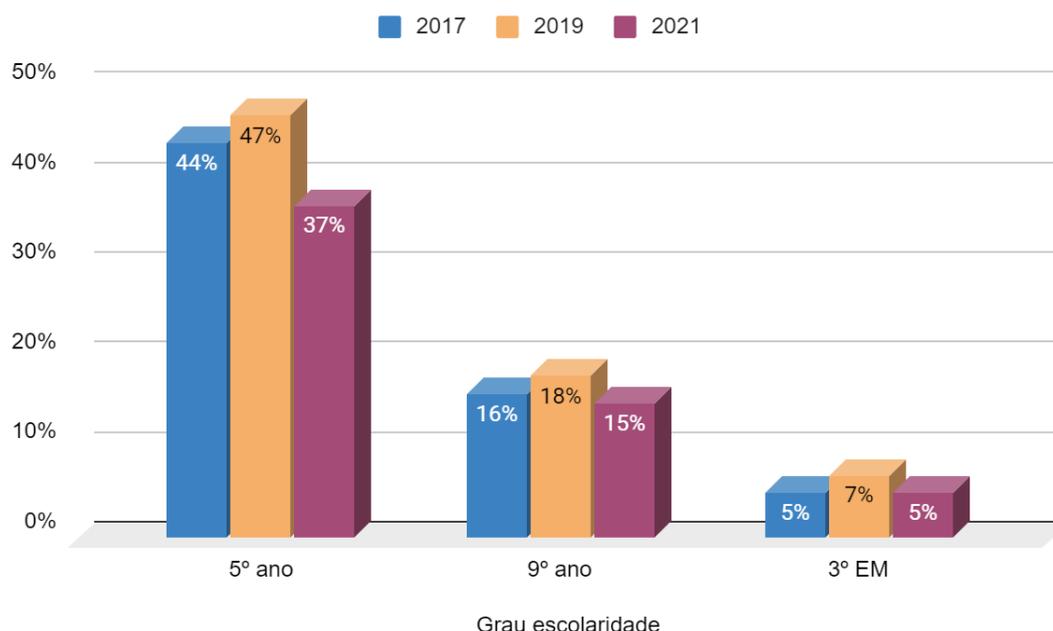


Fonte: Painel IBGE - PNAD Contínua: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/> (gráfico elaborado pelo ECD)

Importante enfatizar, conforme comentamos nos dois últimos estudos de indicadores para PCA do Governo do Estado, que a Pandemia do *Sars-Cov-2* expôs ainda de forma mais evidente os problemas estruturais na **educação**, tais como a evasão escolar e exclusão escolar, em particular, pela falta de infraestrutura de atendimento e pelas desigualdades de oferta e atendimento. Lembrando também que a assimetria de acesso à internet (conectividade) de áreas vulneráveis e a exclusão digital, entre outros fatores, inclusive de ordem psicológica, possivelmente fizeram uma diferença no nível de aprendizagem dos anos de 2020 e 2021, com reflexos em 2022 e 2023, vide por exemplo **a queda no aprendizado de matemática**, segundo **gráfico 1.b** abaixo. **Com a divulgação do IDEB de 2023, poderemos fazer uma análise melhor desses impactos.**



Gráfico 1.b - Aprendizado Matemática no Brasil 2017 a 2021- Rede Pública



Fonte: QEdu (gráfico elaborado pelo ECD)

Quanto à **Segurança Pública**, neste relatório, foram utilizados os Indicadores Chaves de Performance - ICP) desenvolvidos e disponibilizados pela Secretaria de Segurança e de Defesa Social (SESDS), e outras informações e dados disponibilizados após realização de diligência *in loco* e apresentação no TCE, e encaminhados via TRAMITA, além de outros documentos e dados enviados pela secretaria, como também a utilização dos Anuários Anuais de Segurança Pública com informações sobre os indicadores do Estado, disponibilizados no site da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado da Paraíba (SESDS).

Os Indicadores Chaves de Performance da Segurança Pública foram desenvolvidos no âmbito do Programa Paraíba Unida pela Paz, cujo objetivo é o "acompanhamento dos índices de criminalidade, principalmente os crimes contra a vida e contra o patrimônio"¹². Para isso, foram realizados a centralização, o cruzamento e a convalidação de informações dos órgãos e das entidades que compõem o Sistema de Defesa Social e Justiça Criminal, a saber: DETRAN, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Polícia Científica e Unidades Hospitalares, sendo regulamentados nas Portarias n.º 058/2014/SEDS e n.º 026/2019/SESDS.

Por outro lado, não se observa na apresentação dos indicadores, na comunicação institucional do Governo do Estado, nem nas suas prestações de contas, de forma consistente e

¹² O Programa Paraíba Unida pela Paz "incluiu a criação da Lei Estadual 9.708/2012, que confere bonificação por apreensão de armas que vai de R\$ 300 a R\$ 1.500 por arma apreendida; a Lei 10.327/2014, que instituiu pagamento do Prêmio Paraíba Unida pela Paz para policiais e bombeiros de áreas e regiões que atinjam metas de redução CVLI no Estado; e a Lei 10.338/2014, tratando da criação do Sistema Estadual de Inteligência de Segurança e Defesa Social da Paraíba". Site da SEDS:

<https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-seguranca-e-defesa-social/paraiba-unida-pela-paz>



sistemática, uma preocupação por monitorar e estabelecer metas a partir dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), agenda 2030 que foram estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), a qual o Brasil é signatário e se comprometeu em atingir as metas para o progresso global até o ano de 2030. São 17 objetivos, cada um com metas específicas, vide imagem ilustrativa a seguir¹³. **Deveria, inclusive, no Orçamento do Estado, as metas serem atreladas aos ODSs respectivos.**

Figura 1.d - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



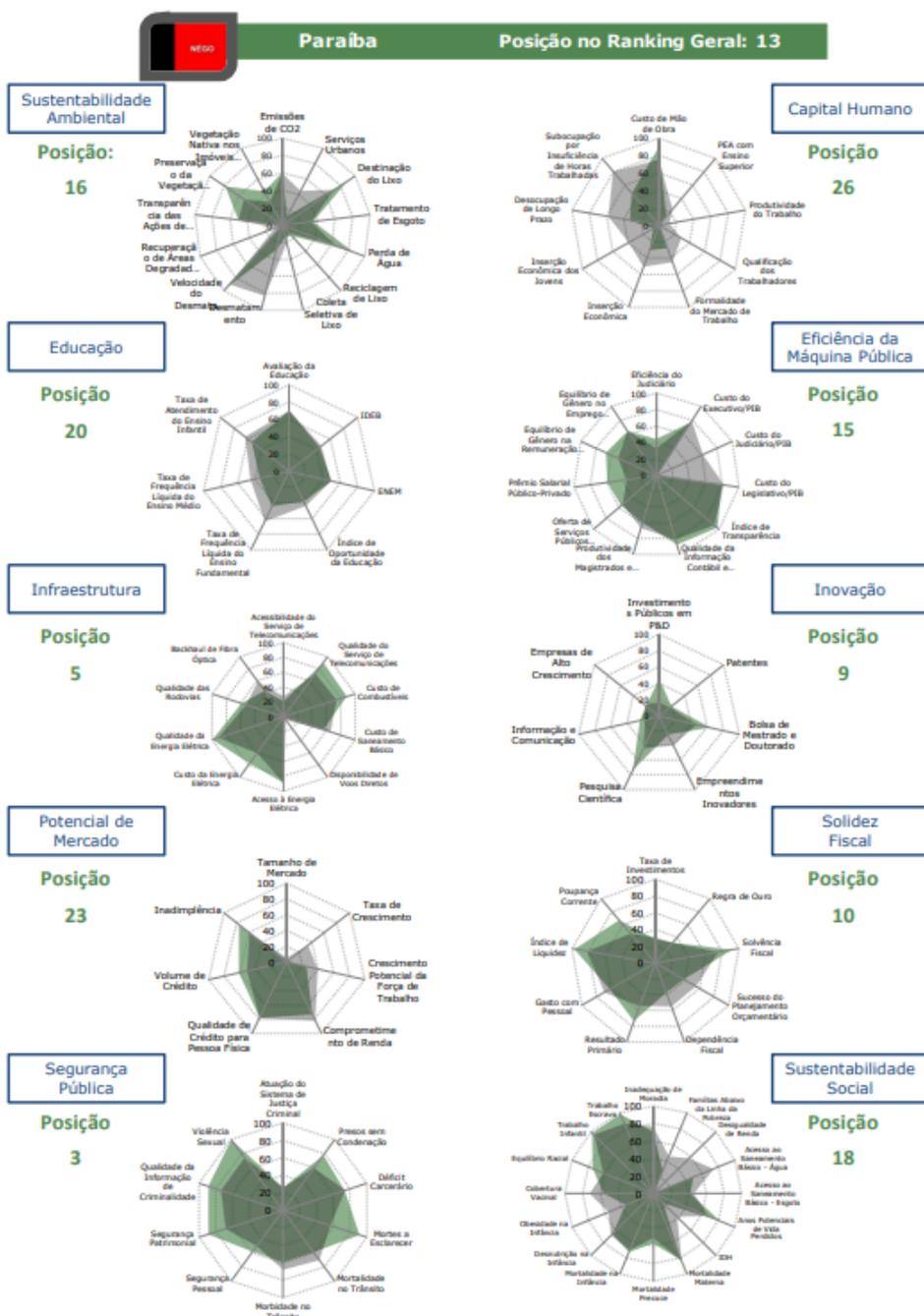
Fonte: Plataforma Agenda 2030

Foi observado ainda o “Ranking de Competitividade dos Estados - CLP (Centro de Liderança Pública)”, ano referência **2023**, no qual a Paraíba se encontra em **13ª na colocação geral do país e 2º colocado no Nordeste**, com rebaixamento de uma posição com relação a 2022, com destaques em Segurança Pública, Infraestrutura, Solidez Fiscal e Eficiência da Máquina Pública, segundo a metodologia utilizada pela CLP. Apesar do resultado poder ser considerado satisfatório, a Paraíba ainda apresenta alguns desafios, nas áreas da Educação, do Capital Humano, Sustentabilidade Social, Ambiental e Potencial de Mercado, sendo estes alguns dos pontos para a gestão pública atentar-se.

¹³ <https://sdgs.un.org/>



Figura 1.e - Ranking de Competitividade dos Estados - 2023



Fonte: Ranking de Competitividade dos Estados 2023 CLP¹⁴

No entanto, no ranking do “Índice de Desenvolvimento das Cidades Sustentáveis”¹⁵¹⁶, que tem metodologia adotada pela Comunidade Europeia, o qual avalia os 5.571¹⁷ municípios do Brasil, sob o prisma dos ODS, as duas maiores cidades no Estado são João Pessoa e Campina

¹⁴ https://www.clp.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Relatorio_tecnico-Estados_2023-1.pdf

¹⁵ <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>

¹⁶ <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>

¹⁷ O mais jovem município do Estado, **Boa Esperança do Norte**, foi oficializado após decisão do Supremo Tribunal Federal, no último dia 6 de outubro.



Grande, e se encontram em posições bem distantes, **1220º e 2038º**, respectivamente. Patos, por exemplo, está na **2.969º** e Bananeiras na posição **4.893º**. O que demonstra que há um evidente desafio para se cumprir a agenda 2030 da ONU no Estado da Paraíba.

Além deste, existe um **Ranking de Cidades Sustentáveis 2024¹⁸**, que avalia 319 cidades do país com mais de 100 mil habitantes, dentre parâmetros de Prosperidade, Gestão, Bem-estar, Segurança, Infraestrutura e Serviços Básicos oferecidos pela gestão, dentre a região Nordeste as cidades paraibanas não possuem destaque e a nível nacional estão as cidades de Campina Grande na 172ª posição, João Pessoa na 202ª posição, Patos na 265ª posição e Santa Rita na 285ª posição.

Figura 1.f - João Pessoa e Campina Grande em relação aos ODS



Fonte: <https://idsc.cidades sustentaveis.org.br/>

Outro dado importante, divulgado pelo IBGE em 2023, relativo ao ano de 2022, mostra que o estado da Paraíba registrou um **índice GINI de 0,558**, acima da média nacional (0,518) e do Nordeste (0,517). O índice GINI mede a concentração de renda e a desigualdade econômica, sendo que valores mais próximos de zero indicam maior igualdade de renda. No ano de 2022, uma pesquisa do G1 com dados do **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua (Pnad)** pesquisa também utilizou outro indicador de desigualdade social e o estado registrou que 50% da população com os menores rendimentos recebia um valor médio mensal real domiciliar per capita de **R\$ 351**. Já a população parte do 1% com os maiores rendimentos, o valor subia para **R\$ 23.132¹⁹**. **A Paraíba seria, então, o Estado com maior desigualdade no País.²⁰**

¹⁸ [Ranking de Cidades Sustentáveis 2024 - Brasil \(brightcities.city\)](https://brightcities.city/)

¹⁹ <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2023/05/11/paraiba-tem-maior-media-de-desigualdade-economica-do-pais-a-ponta-ibge.ghtml>

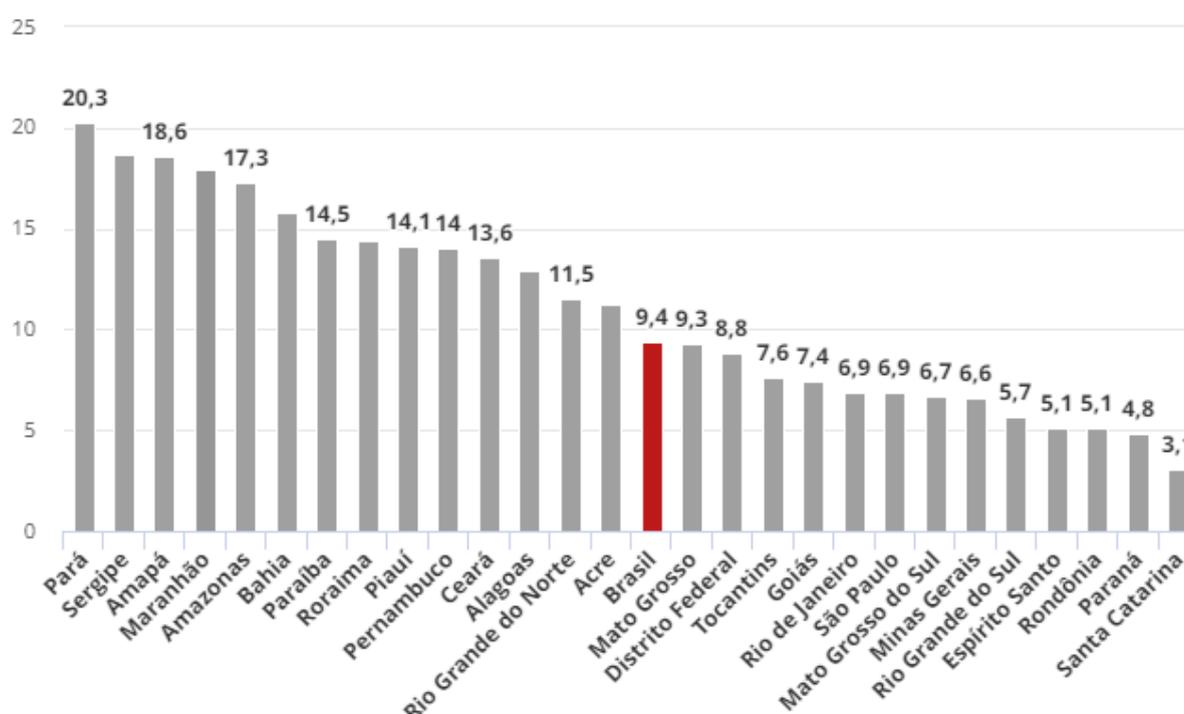
²⁰ <https://piaui.folha.uol.com.br/na-paraiba-estado-mais-desigual-do-brasil-rendimento-medio-do-1-mais-rico-e-345-vezes-o-dos-5-mais-pobres/#:~:text=Em%202022%2C%20o%20C3%8Dndice%20de,s%20C3%A9rie%2C%20que%20come%20C3%A7ou%20em%202012.>





Em matéria divulgada pelo G1²¹, com base em dados do IBGE, indicou que 1 entre 4 domicílios brasileiros apresentaram um grau de **insegurança alimentar em 2023**. Houve uma melhora no cenário, mas ainda assim os dados são alarmantes, na pesquisa anterior entre 2017 e 2018, a segurança alimentar estava presente em 63,3% dos lares, enquanto em 2023 essa porcentagem subiu para 72,4%. A região Norte e Nordeste lideram com maior número. **A Paraíba está em 7ª posição dentre os 26 estados do país, em insegurança alimentar moderada ou grave**, com 14,5% incluída, elas são classificadas como quando há falta de qualidade e redução na quantidade de alimentos entre adultos e crianças, no caso da grave, a fome passa a ser experienciada no lar.

Gráfico 1.c - Percentual de insegurança alimentar moderada ou grave no Brasil e nos Estados, em 2023



Fonte: G1 (dados IBGE)

2. INDICADORES-CHAVES DA POPULAÇÃO, FROTA, PIB, RENDA E TRABALHO

2.1. População, PIB e Renda

Com um território de 56.467 km², o Estado da Paraíba possuía uma população de aproximadamente **3,974 milhões** de habitantes em 2022²², o que representa **1,95%** da população

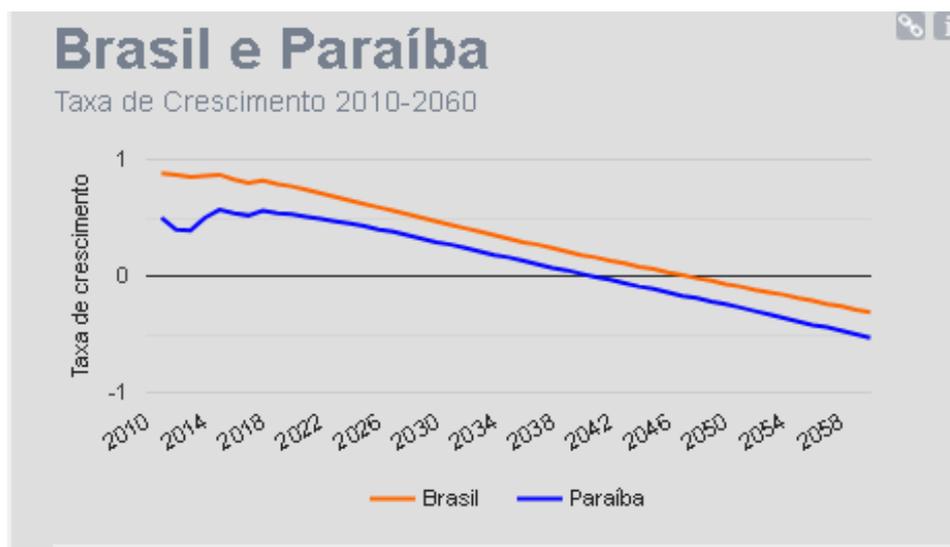
²¹<https://g1.globo.com/saude/noticia/2024/04/25/um-em-cada-quatro-domicilios-nao-teve-comida-suficiente-ou-adequada-na-mesa-em-2023-aponta-ibge.ghtml>

²² Dados do Censo 2022.



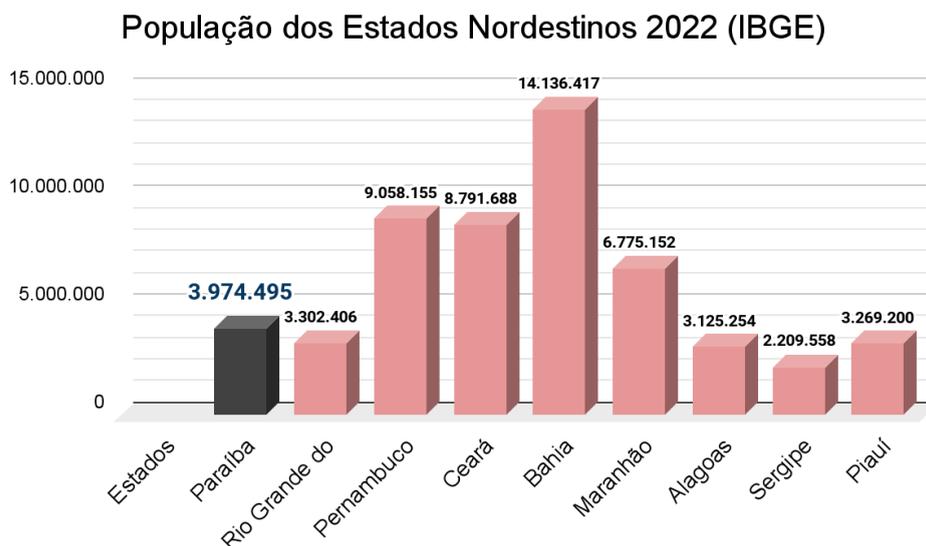
do país e **7,27%** da população da região Nordeste²³ e possui uma taxa de 70,38 habitantes/km², com tendência de taxa de crescimento descendente, vide ainda pirâmide etária da Paraíba em relação ao Brasil, segundo dados retirados do Portal IBGE Cidades/Estados, representados nos gráficos a seguir, a taxa de crescimento da Paraíba é de **0,45%** ao ano, enquanto a taxa brasileira foi de **0,52%**. A população brasileira, segundo o Censo 2022, atingiu de de **203.062.512**²⁴, um aumento de 6,5% em relação ao ano de 2010²⁵.

Gráfico 2.1.a - Tendência para População Brasil e População Paraíba



Fonte: IBGE

Gráfico 2.1.b - População dos Estados da Região Nordeste



Fonte: IBGE (gráfico elaborado pelo ECD)

²³<https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2023/06/censo-2022-indica-que-o-brasil-totaliza-203-milhoes-de-habitantes>

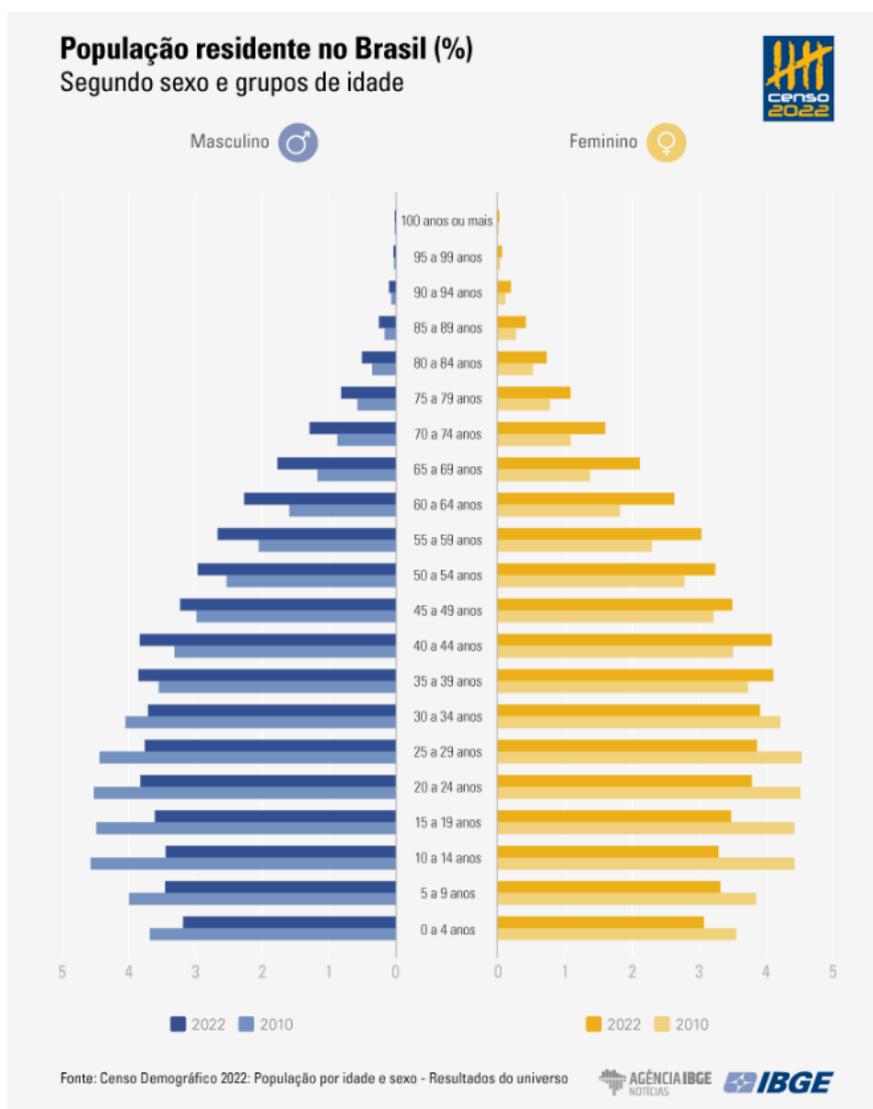
²⁴ <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR>

²⁵ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37237-de-2010-a-2022-populacao-brasileira-cresce-6-5-e-chega-a-203-1-milhoes>



É importante mencionar que a **Idade mediana da população aumentou 6 anos entre os Censos e atingiu os 35 anos**, sendo este um indicador que diferencia a população entre os 50% mais velhos e os 50% mais novos. De 2010 a 2022, no Brasil, a idade média cresceu de 29 para 35 anos, caracterizando o **envelhecimento da população**. Neste período, esse indicador aumentou na região Norte, de 24 para 29 anos; Nordeste, de 27 para 33 anos; Sudeste, de 31 para 37 anos; Sul, de 31 para 36 anos e Centro-Oeste, de 28 para 33 anos. Além disso, o número de idosos cresceu 57,4% nestes 12 anos.²⁶

Figura 2.1. a - População residente no Brasil, segundo sexo e idade



Fonte: IBGE²⁷

É importante frisar que a Paraíba teve a maior redução proporcional entre todas as unidades federativas do Brasil, em termos de nascimentos, entre 2021 e 2022, houve uma queda

²⁶<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/censo-2022-numero-de-idosos-na-populacao-do-pais-cre-sceu-57-4-em-12-anos>

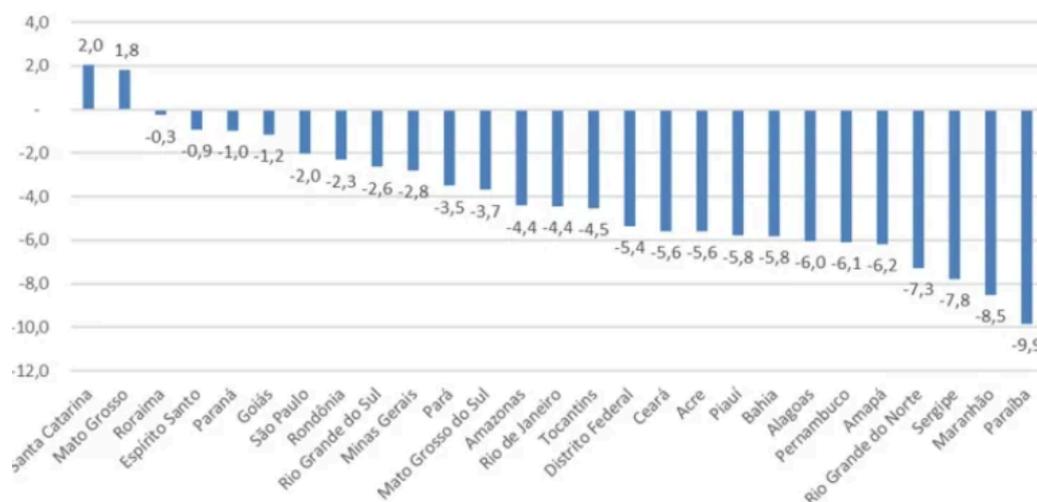
²⁷<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/censo-2022-numero-de-idosos-na-populacao-do-pais-cre-sceu-57-4-em-12-anos>





de quase 10% durante este período: “Entre as Unidades da Federação, a Paraíba apresentou a maior queda (-9,9%), seguida pelo Maranhão (-8,5%), Sergipe (-7,8%) e Rio Grande do Norte (-7,3%)”. Os únicos estados no Brasil que apresentaram crescimento populacional (através do aumento da natalidade) foram Santa Catarina e Mato Grosso. Isso implica dizer que o controle de natalidade e a recusa em ter filhos está cada vez maior entre as mulheres, principalmente pelo papel que implicaria a elas, o nascimento de filhos, na vida pessoal e profissional.²⁸

Gráfico 2.1.c - Variação no número de nascidos vivos nas Unidades da Federação, 2021-2022



Fonte: IBGE

(<https://www.maispb.com.br/714943/paraiba-tem-maior-queda-de-todo-pais-no-numero-de-nascidos-em-2022-aponta-ibge.html>)

Além disso, a Paraíba é o estado mais ‘envelhecido’ do Nordeste, juntamente com o Rio Grande do Norte, de acordo com o Censo 2022 (IBGE): “O índice de envelhecimento da Paraíba, em 2022, era de 53. Isso significa que para cada 100 crianças, há 53 idosos no estado. Em 2010, o IBGE registrou o índice em 33,8.” Observa-se um aumento significativo nesta taxa²⁹

Um aspecto interessante a se observar é que, apesar da taxa de crescimento populacional apresentar uma tendência ao declínio, por outro lado, o crescimento da frota de veículos no Estado da Paraíba continua a crescer num ritmo acelerado, em 2023 a frota atingiu o patamar de 1.593.744, uma taxa 401 veículos por 1.000 habitantes³⁰. O crescimento exacerbado da frota indica uma situação crítica de mobilidade urbana e de transporte no Estado, que pode vir

²⁸<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39560-em-2022-numero-de-nascimentos-cai-pelo-quarto-ano-e-chega-ao-menor-patamar-desde-1977#:~:text=Entre%20as%20Unidades%20da%20Federa%C3%A7%C3%A3o,aumento%20de%20registros%20de%20nascimentos.> e

https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_paraiba/pb-tem-menor-indice-de-nascimentos

²⁹<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2023/10/27/paraiba-tem-o-maior-indice-de-envelhecimento-do-nordeste-aponta-censo-2022.ghtml>

³⁰ <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/conteudo-Senatran/frota-de-veiculos-2023>

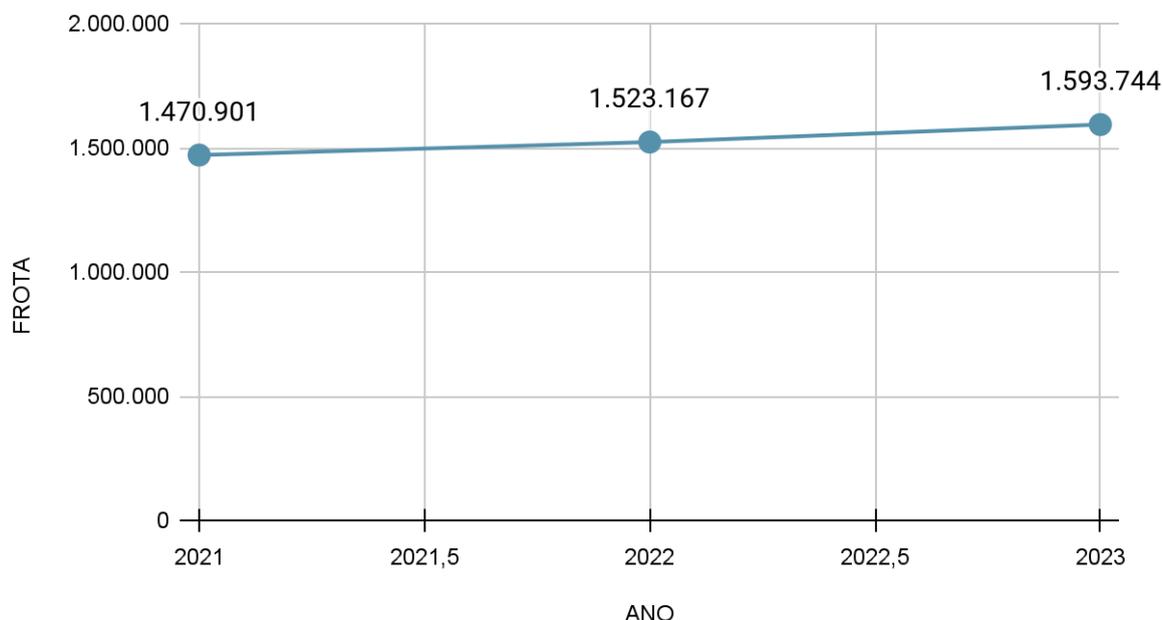




a intensificar implicações sérias, em particular, para as regiões metropolitanas, nos setores ambientais e de saúde inclusive vide **gráfico 2.1.c**.

De acordo com o Cidades IBGE, o Estado da Paraíba em 2022, está na 17ª posição em maior quantidade de veículos, estando em 1º lugar o Estado de São Paulo³¹.

Gráfico 2.1.d - Crescimento da frota de veículos na Paraíba de 2021 - 2023



Fonte: Ministério dos Transportes (gráfico elaborado pelo ECD)

A passagem a seguir foi retirada do Estudo Técnico ECD nº 01/2024 - Indicadores Socioeconômicos e Ambientais das 20 maiores cidades da Paraíba, que informa que: “No ano de **2022**, a frota da Paraíba, atingiu o número de **1.523.167 veículos**, totalizando **383,2 veículos a cada 1.000 habitantes³²**. Em **2023**, esse número atingiu **1.593.744 de veículos**, ou seja, um crescimento de aproximadamente **4,6%³³**. Considerando que o crescimento médio populacional da Paraíba, a cada ano, é de **0,45%** (censo de 2010 e 2022). A partir desses dados, nota-se uma situação crítica resultante desse incremento de veículos à infraestrutura viária das cidades paraibanas, além do impacto ambiental, na saúde pública e no bem-estar da população”.

A **taxa de motorização** é a relação entre a quantidade de veículos rodoviários e o número de habitantes de uma mesma região (100 hab.), para o cálculo das taxas de motorização foram usados os dados populacionais do **Censo de 2022**, o último censo realizado, e a partir disso, foi utilizado a **frota de veículos de 2022**. No caso do estado da Paraíba, a **taxa de motorização foi de 38,3 veículos para cada 100 habitantes**. Pelo crescimento exacerbado de João Pessoa internamente e nos seus entornos, o comparativo com o município do Recife é de grande valia, onde sua taxa é de **49,5**, enquanto a de João Pessoa é de **52,8**.

³¹ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/pesquisa/22/28120?indicador=28120&tipo=ranking>

³² <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama>

³³ [Frota de Veículos Senatran 2023](#)





Tabela 2.1.a - Crescimento Frota Veicular/ taxa de motorização 2022-2023 (veículo por 100 habitantes), nas 20 maiores cidades do Estado

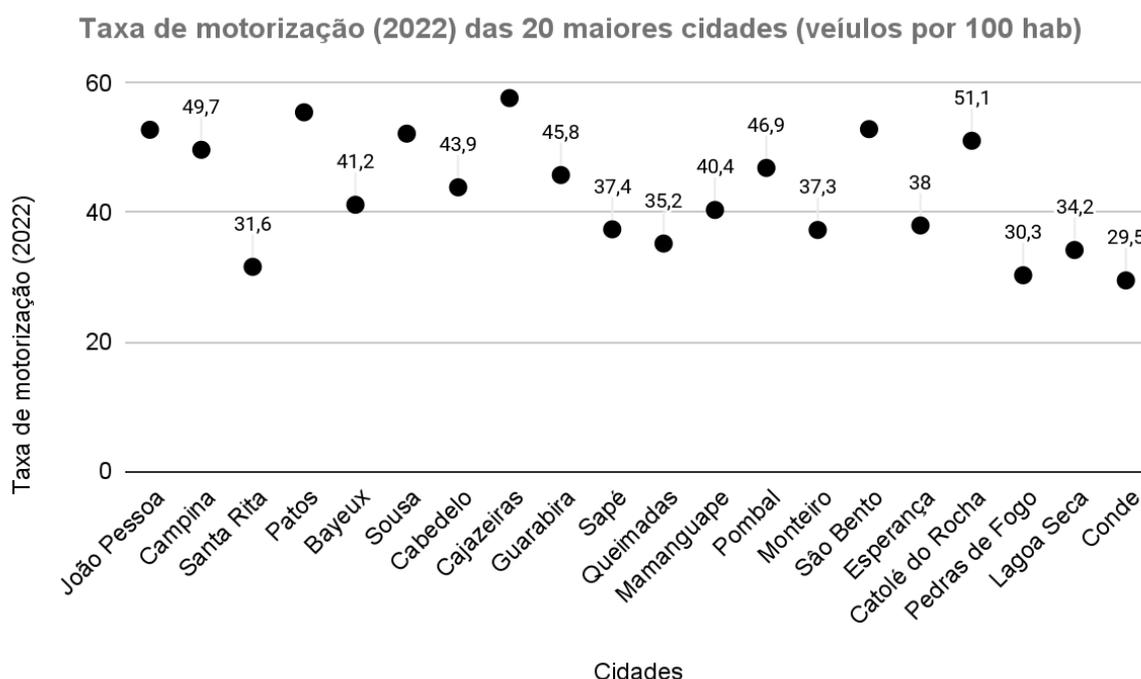
| Cidades | Frota de Veículos 2022 | Frota de Veículos 2023 | Crescimento | Taxa de motorização (2022) |
|------------------------|-------------------------------|-------------------------------|--------------------|-----------------------------------|
| João Pessoa | 440.454 | 456.413 | 3,62% | 52,8 |
| Campina Grande | 208.716 | 215.755 | 3,37% | 49,7 |
| Santa Rita | 47.425 | 49.618 | 4,62% | 31,6 |
| Patos | 57.296 | 59.874 | 4,50% | 55,5 |
| Bayeux | 34.116 | 35.583 | 4,30% | 41,2 |
| Sousa | 35.116 | 36.469 | 3,85% | 52,2 |
| Cabedelo | 29.209 | 30.455 | 4,27% | 43,9 |
| Cajazeiras | 36.525 | 37.986 | 4,00% | 57,7 |
| Guarabira | 26.340 | 27.340 | 3,80% | 45,8 |
| Sapé | 19.215 | 20.284 | 5,56% | 37,4 |
| Queimadas | 16.820 | 17.678 | 5,10% | 35,2 |
| Mamanguape | 18.052 | 18.974 | 5,11% | 40,4 |
| Pombal | 15.244 | 16.026 | 5,13% | 46,9 |
| Monteiro | 12.048 | 13.150 | 9,15% | 37,3 |
| São Bento | 17.065 | 18.003 | 5,50% | 52,9 |
| Esperança | 11.880 | 12.460 | 4,88% | 38 |
| Catolé do Rocha | 15.696 | 16.496 | 5,10% | 51,1 |
| Pedras de Fogo | 9.006 | 10.230 | 13,59% | 30,3 |
| Lagoa Seca | 9.511 | 10.052 | 5,69% | 34,2 |
| Conde | 8.169 | 8.819 | 7,96% | 29,5 |

Fonte: Ministério dos Transportes Senatran/ Censo 2022 (tabela elaborada pelo ECD)





Gráfico 2.1.e - Taxa de motorização 2022 (veículo/100 habitante) nas 20 maiores cidades do Estado



Fonte: Ministério dos Transportes Senatran/ Censo 2022 (gráfico elaborada pelo ECD)

No tocante ao **Produto Interno Bruto (PIB)**, que é a “soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano”³⁴, na Paraíba foi de **R\$77,47 bilhões (2021)**, representando **0,89% do PIB Brasil**, que foi de **R\$ 8,7 trilhões (2021)**³⁵ (em 2023, foi de **R\$10,9 trilhões**), bem como, aproximadamente **7,2% do PIB Nordeste**, que foi de **1,079 trilhões (2021)**.

Considerando ainda a **Dívida Consolidada**³⁶ da Paraíba em 2023, a qual totalizou aproximadamente **R\$ 6,97 bilhões**³⁷, o que equivale a aproximadamente **45,29%** da Receita Líquida³⁸ e cerca de **9% do PIB (2021)**. Quanto ao **resultado nominal ajustado**^{39,40}, apurado no período de janeiro a dezembro/2023, foi de **R\$ - 421,18 milhões (houve uma economia fiscal)**. O

³⁴ <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>

³⁵ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/33067-pib-cresce-4-6-em-2021-e-fecha-o-ano-em-r-8-7-trilhoes>

³⁶ Considera-se Dívida Consolidada ou Fundada aquela que compreende os compromissos de exigibilidade superior a 12 (doze) meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financiamento de obras e serviços públicos e que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate (Decreto Federal 93.872/86, Art.115, § 2º).

³⁷ RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA - 3º QUADRIMESTRE DE 2023 - Processo TC nº 01952/24

³⁸ Doc nº 52769/24 - Processo TC nº 01952/24

³⁹ “No exercício, o resultado nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida acumulada até o final do bimestre de referência e o saldo em 31 de dezembro do exercício anterior ao de referência.”

⁴⁰ “Segundo o Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional (13ª Edição, válida para 2023 - Portaria STN 1447, de 14 de junho de 2022), o resultado primário requerido é o saldo das receitas e despesas primárias. Representa a economia fiscal que o governo se disporá a alcançar, o esforço do gestor com o objetivo de amortizar a dívida pública. É o resultado das Receitas Primárias menos as Despesas Primárias e indica se os níveis de gastos orçamentários do ente são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias”





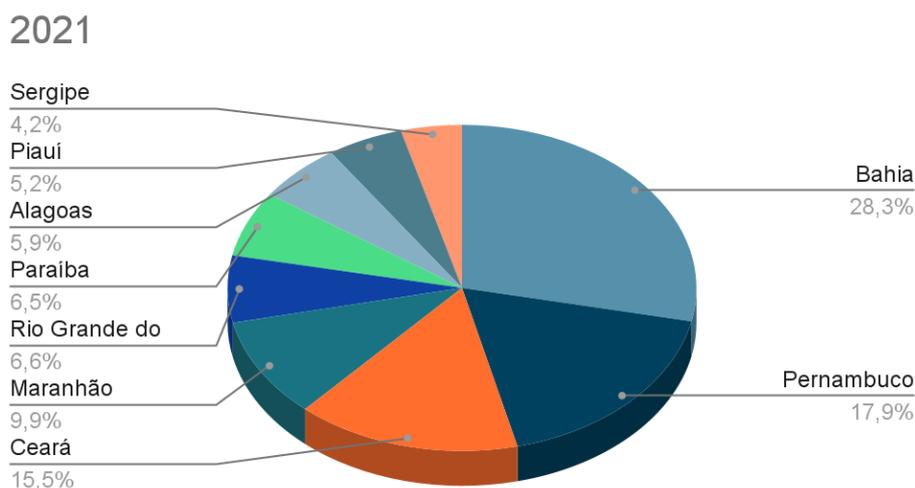
valor fixado no anexo de metas fiscais - AMF da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 apontava **R\$ 157.647 milhões** positivos, sendo assim, **a meta vem sendo cumprida**⁴¹.

Tabela 2.1.b - PIB dos Estados do NE.

| Estado | PIB por Estado (R\$) | PIB Estado/NE (%) |
|----------------------------|-----------------------|-------------------|
| Bahia | R\$ 352.618.000.000 | 28,37% |
| Pernambuco | R\$ 220.814.000.000 | 17,76% |
| Ceará | R\$ 194.885.000.000 | 15,68% |
| Maranhão | R\$ 124.981.000.000 | 10,05% |
| Rio Grande do Norte | R\$ 80.181.000.000 | 6,45% |
| Paraíba | R\$ 77.470.000.000 | 6,23% |
| Alagoas | R\$ 76.266.000.000 | 6,14% |
| Piauí | R\$ 64.028.000.000 | 5,15% |
| Sergipe | R\$ 51.861.000.000 | 4,17% |
| Total Nordeste | R\$ 1.243.104.000.000 | 100,00% |

Fonte: IBGE - PIB (tabela elaborado pelo ECD)

Gráfico 2.1.f - Participação dos Estados no PIB do Nordeste 2021



Fonte: IBGE - PIB (gráfico elaborado pelo ECD)

A composição do **PIB do Estado da Paraíba** possui três bases: os Serviços (72%), a Indústria (22,4%) e a Agropecuária (5,6%)⁴².

Observar que no cenário nacional, dos últimos anos, em função da Pandemia, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil que **tinha reduzido 3,3% no ano de 2020**, apresentou crescimento de **5%** em 2021, passando a totalizar **R\$8,9 trilhões**. E, em 2022, cresceu **2,9%** passando para **R\$9,9**

⁴¹ RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA - 3º QUADRIMESTRE DE 2023 - Processo TC nº 01952/24

⁴² <http://www.consorciordeste-ne.com.br/conheca-paraiba/>





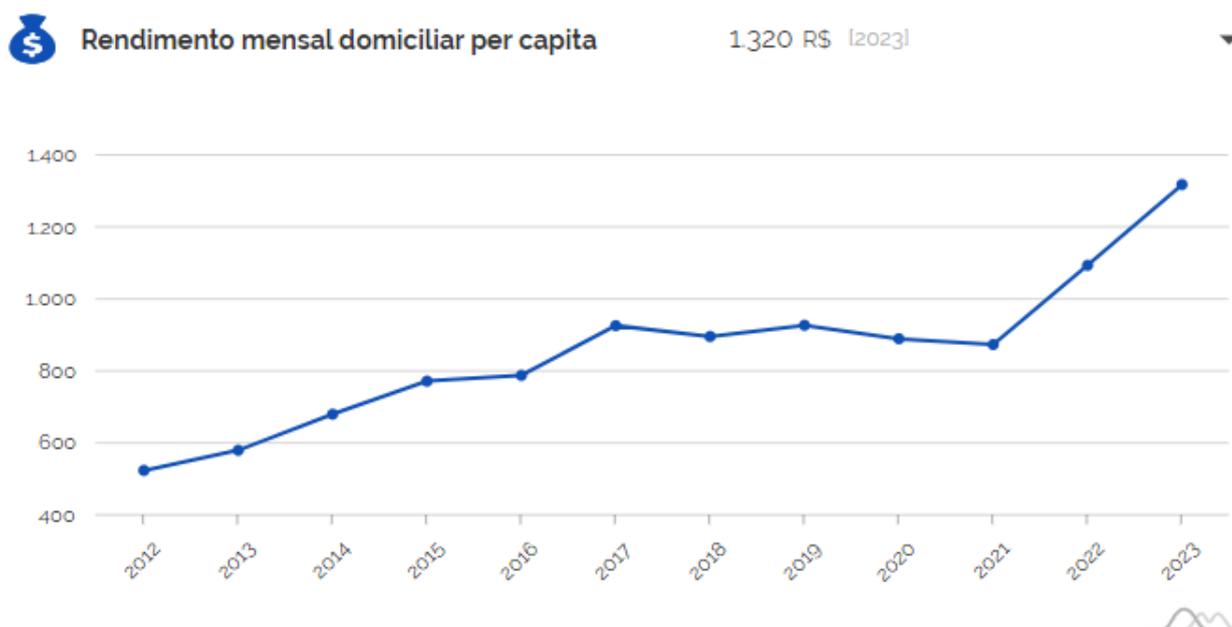
trilhões. Acompanhando os últimos anos, em **2023** houve crescimento de **R\$10,9 trilhões**, com destaque para o setor da agricultura.

No caso da Paraíba, ainda não se dispõe do PIB de 2022, no entanto, há projeção de crescimento para este ano, já que em **2021** fechou em **R\$ 77,47 bilhões**, vide **Tabela 2.1.b**.

Observa-se ainda que a população da PB é **1,95%** da população nacional, no entanto, só representa algo próximo de **0,71%** do PIB Nacional. O **PIB da Paraíba é o sexto** entre os nove do Nordeste.

A Renda Mensal Domiciliar *per capita* da Paraíba, em **2023**, aumentou de **R\$1.096,00**, para **R\$1.320,00**; vide **Figura 2.1.c**, enquanto a Renda Mensal do Brasil foi de **R\$ 1.893,00**⁴³, ou seja, a renda da PB é em torno de **30% menor do que a média nacional**.

Gráfico 2.1.g - Rendimento Mensal Domiciliar per capita (2012-2023)



Fonte: IBGE (<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb.html>)

2.2. Trabalho - Empregos formais

Quanto ao estoque de empregos formais, em 2023, a Paraíba fechou o ano com **487.305 de estoque de empregos formais (postos com carteira assinada)** e com saldo de **19.188**, segundo dados da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, com base no Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged). Nos doze meses do ano

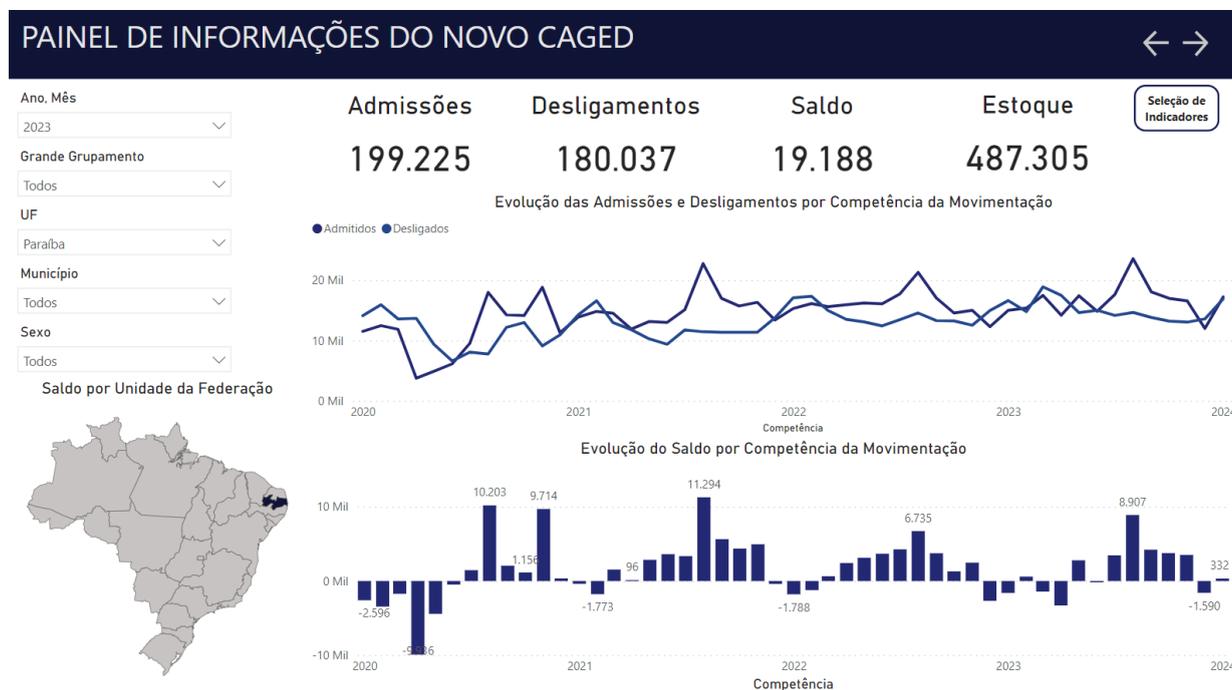
⁴³<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/39262-ibge-divulga-rendimento-domiciliar-per-capita-2023-para-brasil-e-unidades-da-federacao>





passado, o Estado criou **199.225** empregos contra **180.037** desligamentos, alta de **3,93%** no estoque de empregos formais, que totalizou **468.117** (Estoque de 2022).

Figura 2.2.a - Estoque de Saldo de Empregos Formais na Paraíba (2023)



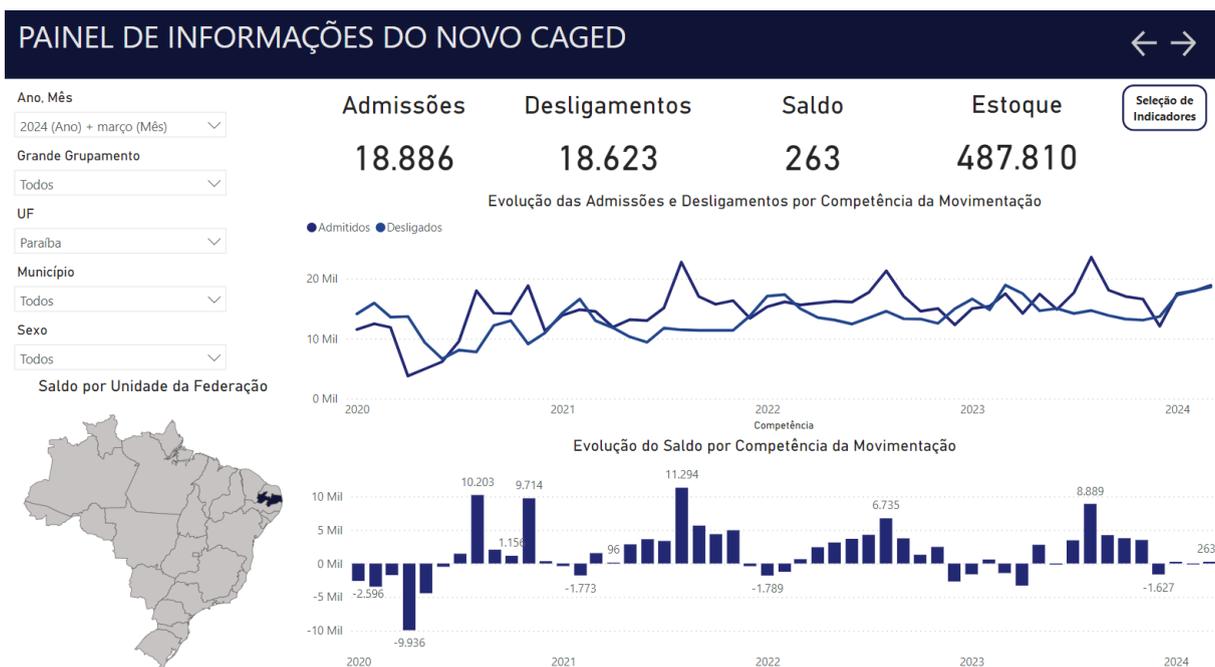
Fonte: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>

As informações do **CAGED de 2024**, até março do mesmo ano, já se encontrava disponível para análise (com acesso em 22.05.2023, em <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>), com informações disponíveis na **figura 2.2.b**



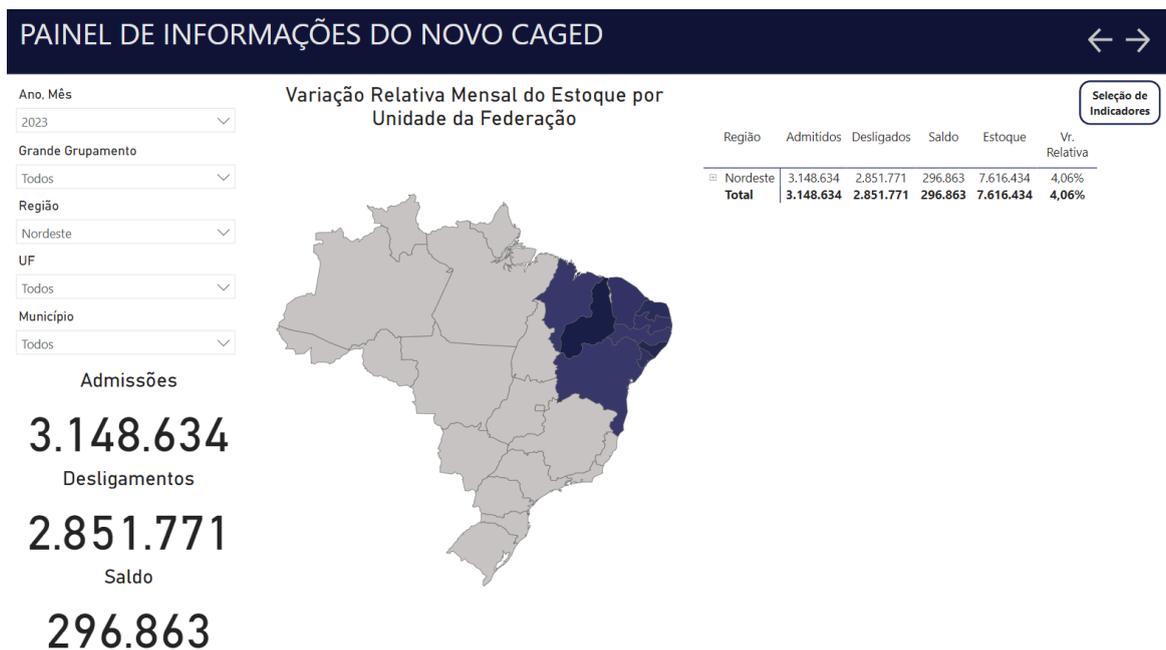


Figura 2.2.b - Estoque de Saldo de Empregos Formais na Paraíba (até março de 2024)



Fonte: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>

Figura 2.2.c - Estoque de Saldo de Empregos Formais no Nordeste (2023)



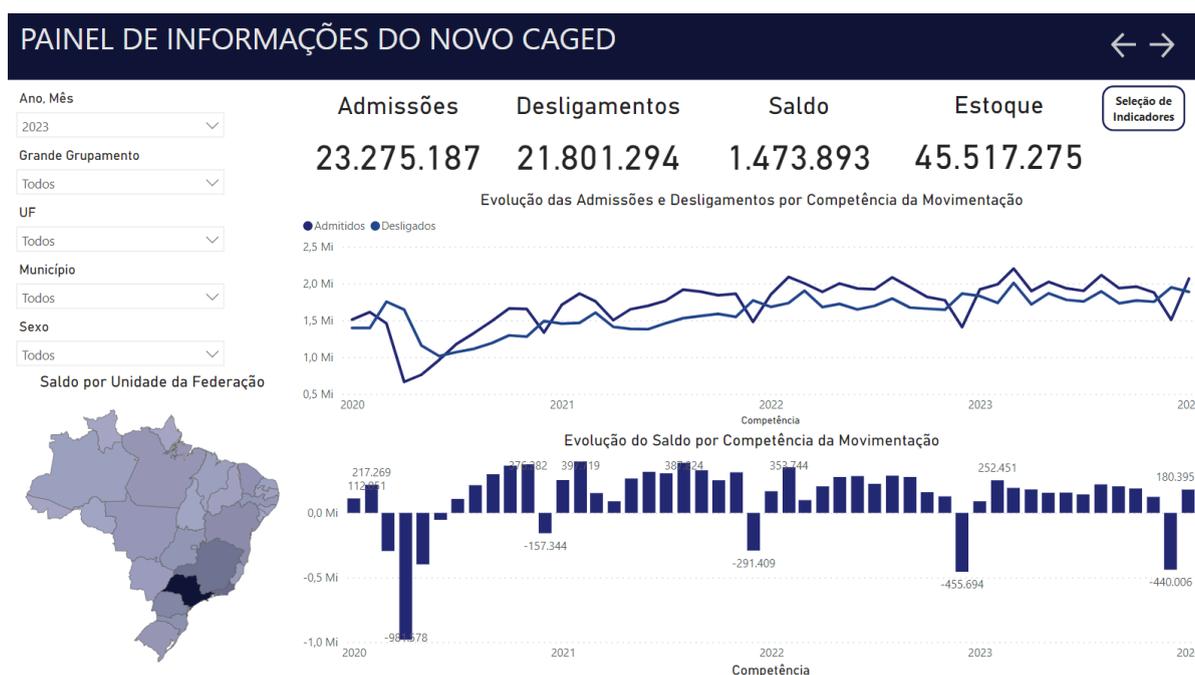
Fonte: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>

Vale ressaltar que o Estoque de Empregos Formais da Paraíba representa **6,39%** do Estoque da Região Nordeste, em 2023, que é de 7.616.454.





Figura 2.2.d - Estoque de Saldo de Empregos Formais Brasil (2023)



Fonte: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>

Quanto à tipologia do Estoque de Empregos Formais e seus saldos respectivos, vide **Figura 2.2.e**.

Figura 2.2.e - Estoque e Saldo de Empregos Formais, por área, na Paraíba 2023

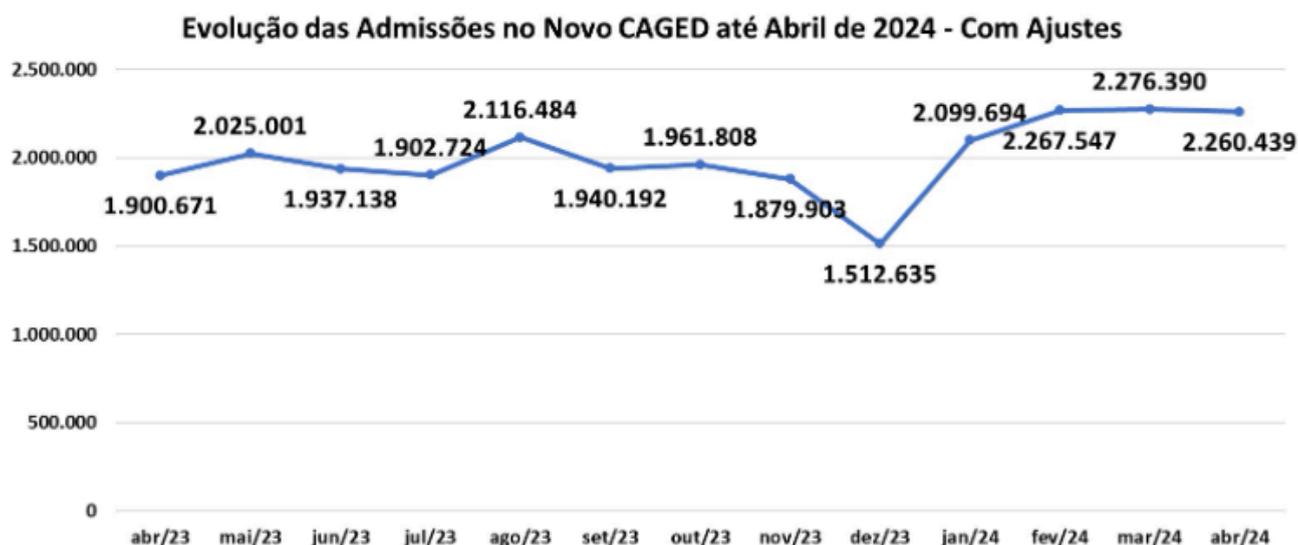
| Grande Grupamento | Admitidos | Desligados | Saldo | Estoque | Vr. Relativa |
|--------------------|----------------|----------------|---------------|----------------|--------------|
| ☐ Agropecuária | 6.890 | 6.747 | 143 | 15.369 | 0,94% |
| ☐ Indústria | 26.075 | 28.323 | -2.248 | 84.118 | -2,60% |
| ☐ Construção | 34.869 | 29.659 | 5.210 | 46.883 | 12,50% |
| ☐ Comércio | 50.843 | 44.911 | 5.932 | 124.000 | 5,02% |
| ☐ Serviços | 80.815 | 70.729 | 10.086 | 216.935 | 4,88% |
| ☐ Não Identificado | 1 | 4 | -3 | 0 | |
| Total | 199.493 | 180.373 | 19.120 | 487.305 | 4,08% |

Fonte: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>





Gráfico 2.2.a - Evolução das Admissões no Brasil - (até abril/2024)



Fonte: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>

De acordo com o **PNAD**, no 4º trimestre de 2023, a taxa de desocupação no estado fechou em 9,6%, em comparação com o 4º trimestre de 2022 que fechou em 10,3%. Com nível de ocupação pela força de trabalho de 48,2% no último trimestre de 2023⁴⁴. **A taxa de desocupação na Paraíba (9,6%) em 2023, foi acima do indicador brasileiro, 7,4%; de acordo com o Painel PNAD Contínua.**⁴⁵

Gráfico 2.2.b - Taxa de desemprego ano de 2023



Fonte: IBGE PNAD Contínua

⁴⁴ <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>

⁴⁵ <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>



Tabela 2.2.a - Mercado de Trabalho no Estado da Paraíba (último trimestre 2022 e 2023)

| Mercado de Trabalho | 2022 | 2023 |
|------------------------------------------|-----------|-----------|
| Pessoas em idade de trabalhar (>14 anos) | 3.229.000 | 3.249.000 |
| Pessoas ocupadas | 1.515.000 | 1.565.000 |
| Pessoas ocupadas informalmente | 771.000 | 796.000 |

Fonte: IBGE - PNAD (tabela criada pelo ECD)

Ainda relacionado à **atividade econômica no estado da Paraíba**, o documento **CIDADOS - SEBRAE PARAÍBA**, utilizou *dados liberados pela Receita Federal em 2023* e descreveu que na Paraíba, a taxa de empresas consideradas matrizes, filiais e microempreendedores individuais (MEI) totalizam **270.842 mil**, deste número a maior parte dos empreendimentos se concentra no **comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios, totalizando 5,5% (14.876 mil)** e das empresas ativas no estado **95,5% são MEI, microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP)**, vide figura abaixo:

Figura 2.2.f - Atividade econômica na Paraíba 2023



Fonte: CIDADOS - SEBRAE PARAÍBA

2.3 - Programas Sociais

No tocante aos programas sociais, segundo o Portal da Transparência do Governo Federal, para o Estado da Paraíba, em 2023, foram disponibilizados recursos destinados ao **Novo Bolsa Família de aproximadamente 4,33 bilhões**⁴⁶ e ao pagamento do **BPC (Benefício de Prestação Continuada) 2,16 bilhões**. Esses programas beneficiaram **889.365** pessoas em 2023. De acordo com o portal do Governo Federal, até **abril de 2024**, o número de beneficiários do Programa Novo Bolsa Família, **na Paraíba, era de 671.436 pessoas, enquanto fechou o ano de 2023 com 740.074**.⁴⁷

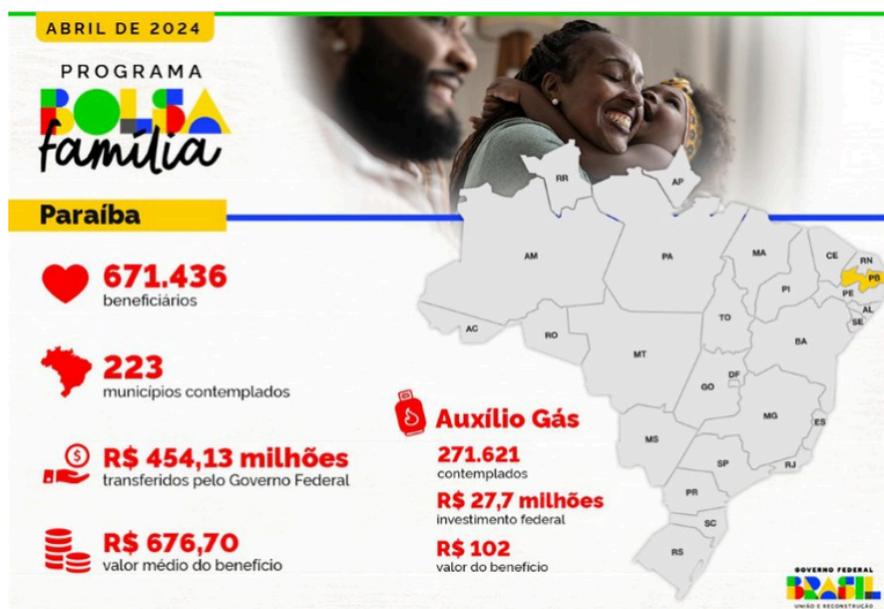
Dentre os estados da região Nordeste, de acordo com o Portal da Transparência do Governo Federal, **o Piauí é o que tem a maior porcentagem da população que recebe o benefício do Bolsa Família**, cerca de 21,26% da população foi contemplada em 2023, enquanto a Paraíba possui 19,67% da população contemplada em 2023, estando em 7º lugar, dentre os 9 estados.

⁴⁶<https://portaldatransparencia.gov.br/beneficios?ano=2023>

⁴⁷<https://portaldatransparencia.gov.br/beneficios?ano=2023>

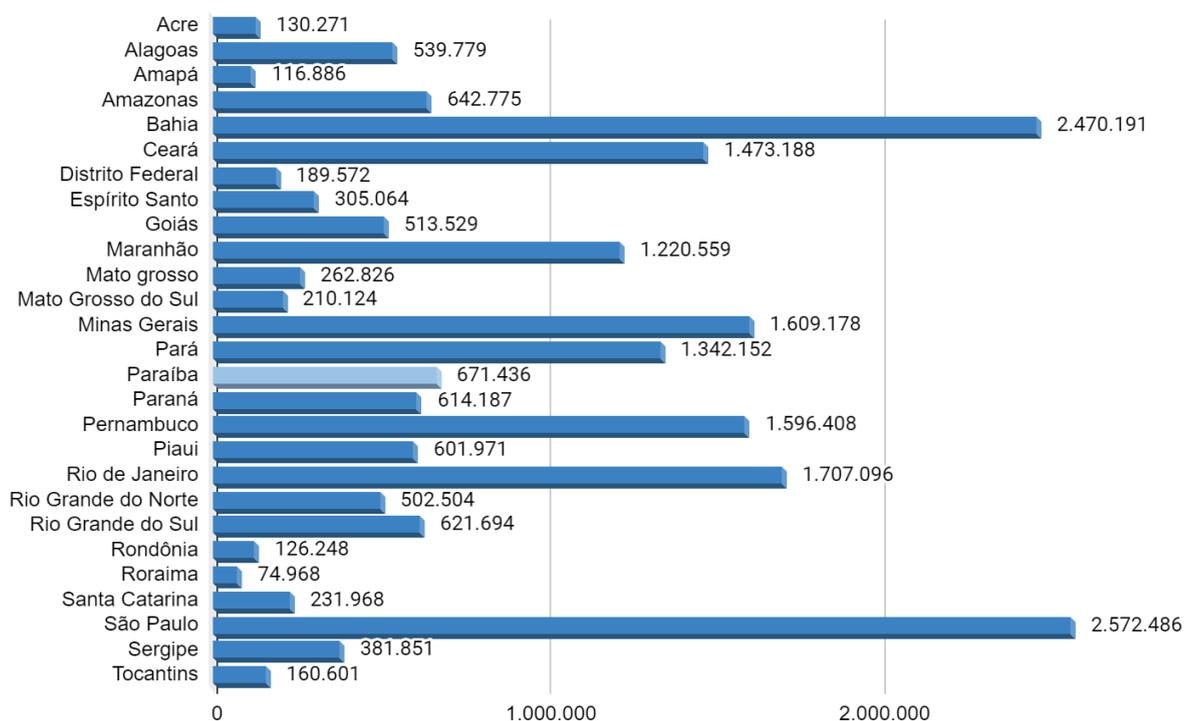


Figura 2.3.a - Programa Bolsa Família, abril de 2024, na Paraíba



Fonte: Plataforma do Governo Federal - Secretaria de Comunicação Social⁴⁸

Gráfico 2.3.a - Quantidade de beneficiários por Estado, em abril de 2024, no programa Bolsa Família



Fonte: Plataforma do Governo Federal - Secretaria de Comunicação Social (gráfico elaborado pelo ECD)

⁴⁸ [Repasse do Bolsa Família para 671 mil famílias paraibanas começa nesta quarta, 17 de abril – Secretaria de Comunicação Social \(www.gov.br\)](https://www.gov.br/comunicacao-social/pt-br/imprensa/comunicado/2024/4/17-repasse-do-bolsa-familia-para-671-mil-familias-paraibanas-comeca-nesta-quarta-17-de-abril)





Tabela 2.3.a - Quantidade de beneficiários por Estado, em abril de 2024, no programa Bolsa Família

| Unidades da Federação | Beneficiários | População | Relação benef./ popul. |
|----------------------------|---------------|------------|------------------------|
| <i>Acre</i> | 130.271 | 830.018 | 15,69% |
| <i>Alagoas</i> | 539.779 | 3.127.683 | 17,26% |
| <i>Amapá</i> | 116.886 | 733.759 | 15,93% |
| <i>Amazonas</i> | 642.775 | 3.941.613 | 16,31% |
| <i>Bahia</i> | 2.470.191 | 14.141.626 | 17,47% |
| <i>Ceará</i> | 1.473.188 | 8.794.957 | 16,75% |
| <i>Distrito Federal</i> | 189.572 | 2.817.381 | 6,73% |
| <i>Espírito Santo</i> | 305.064 | 3.833.712 | 7,96% |
| <i>Goiás</i> | 513.529 | 7.056.495 | 7,28% |
| <i>Maranhão</i> | 1.220.559 | 6.775.805 | 18,01% |
| <i>Mato grosso</i> | 262.826 | 3.658.649 | 7,18% |
| <i>Mato Grosso do Sul</i> | 210.124 | 2.757.013 | 7,62% |
| <i>Minas Gerais</i> | 1.609.178 | 20.539.989 | 7,83% |
| <i>Pará</i> | 1.342.152 | 8.121.025 | 16,53% |
| <i>Paraíba</i> | 671.436 | 3.974.687 | 16,89% |
| <i>Paraná</i> | 614.187 | 11.444.380 | 5,37% |
| <i>Pernambuco</i> | 1.596.408 | 9.058.931 | 17,62% |
| <i>Piauí</i> | 601.971 | 3.271.199 | 18,40% |
| <i>Rio de Janeiro</i> | 1.707.096 | 16.055.174 | 10,63% |
| <i>Rio Grande do Norte</i> | 502.504 | 3.302.729 | 15,21% |
| <i>Rio Grande do Sul</i> | 621.694 | 10.882.965 | 5,71% |
| <i>Rondônia</i> | 126.248 | 1.581.196 | 7,98% |
| <i>Roraima</i> | 74.968 | 636.707 | 11,77% |
| <i>Santa Catarina</i> | 231.968 | 7.610.361 | 3,05% |
| <i>São Paulo</i> | 2.572.486 | 44.411.238 | 5,79% |
| <i>Sergipe</i> | 381.851 | 2.210.004 | 17,28% |
| <i>Tocantins</i> | 160.601 | 1.511.460 | 10,63% |

Fonte: Plataforma do Governo Federal - Secretaria de Comunicação Social (tabela elaborada pelo ECD)

Nota-se que só no CADÚNICO, vide **Figura 2.3.b**, a Paraíba tem mais de **1,11 milhões** de famílias inscritas (maio/2024). Em dez/2023, tinha **1,17 milhões**, observando-se portanto uma queda no número de inscritos. Já em relação a quantidade de pessoas, até maio/24, totaliza **2.530.712 pessoas**.⁴⁹

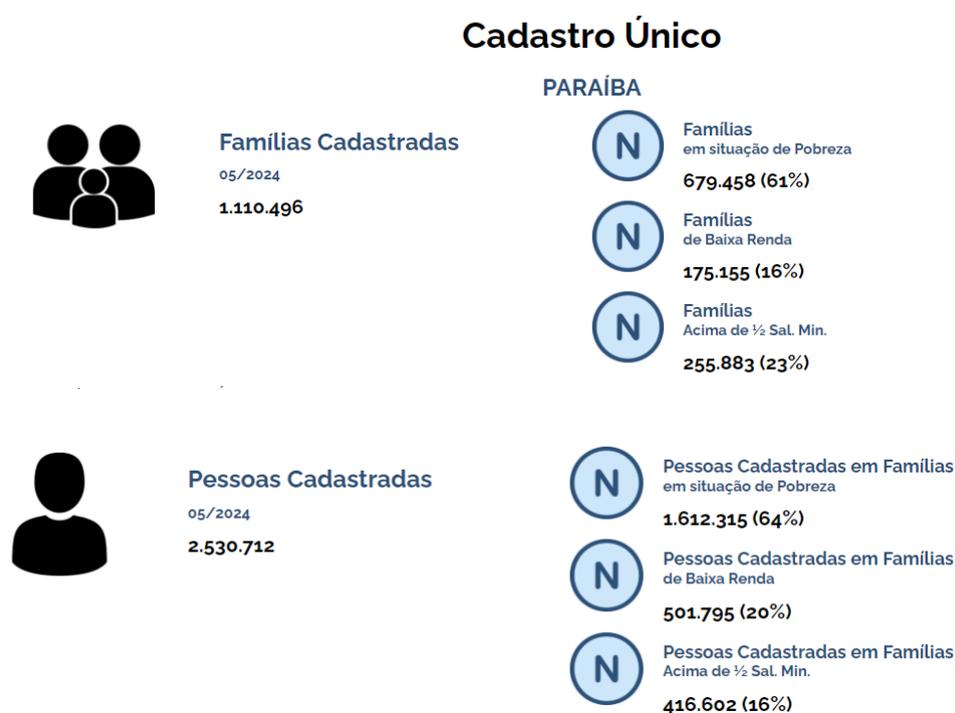
Em abril de 2024, a Paraíba contabilizou quase 17% da sua população total dependente do Bolsa Família, o que é um indicador importante para **inclusão produtiva**, por consequência, requer intervenções e estratégias para geração de renda e emprego, inclusive tendo como pressuposto a melhoria da educação e assistência social da população, diminuindo a dependência e por consequência, reduzindo as desigualdades de renda.

⁴⁹ <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/dash/painel.php?ag=e&codigo=25&d=148>



A figura abaixo indica a quantidade de famílias e pessoas cadastradas no **CADÚNICO** em maio/2024. **Indicando uma porcentagem de 63,67% da população do Estado está inserida na plataforma**, que são compostas por pessoas que possuem renda mensal de até meio salário mínimo ou aquelas que possuem renda acima disso, mas que estão vinculadas a algum programa ou benefício do governo que utilize este sistema (visualizar em <https://www.gov.br/mds/pt-br/acesso-a-informacao/carta-de-servicos/avaliacao-e-gestao-da-informacao-e-cadastro-unico/cadastro-unico#:~:text=%C3%89%20a%20inscri%C3%A7%C3%A3o%20no%20Cadastro,n%C3%A3o%20significa%20a%20entrada%20autom%C3%A1tica>, para identificar os programas que atendem os inscritos).

Figura 2.3.b - Famílias/ Pessoas Cadastradas no CADÚNICO na PB (maio/2024)



Fonte: VIS DATA, Ministério do Desenvolvimento Social (<https://aplicacoes.mds.gov.br/saqi/vis/dash/index.php>)

3. INDICADORES-CHAVES DA EDUCAÇÃO

3.1. Indicadores Gerais da Educação



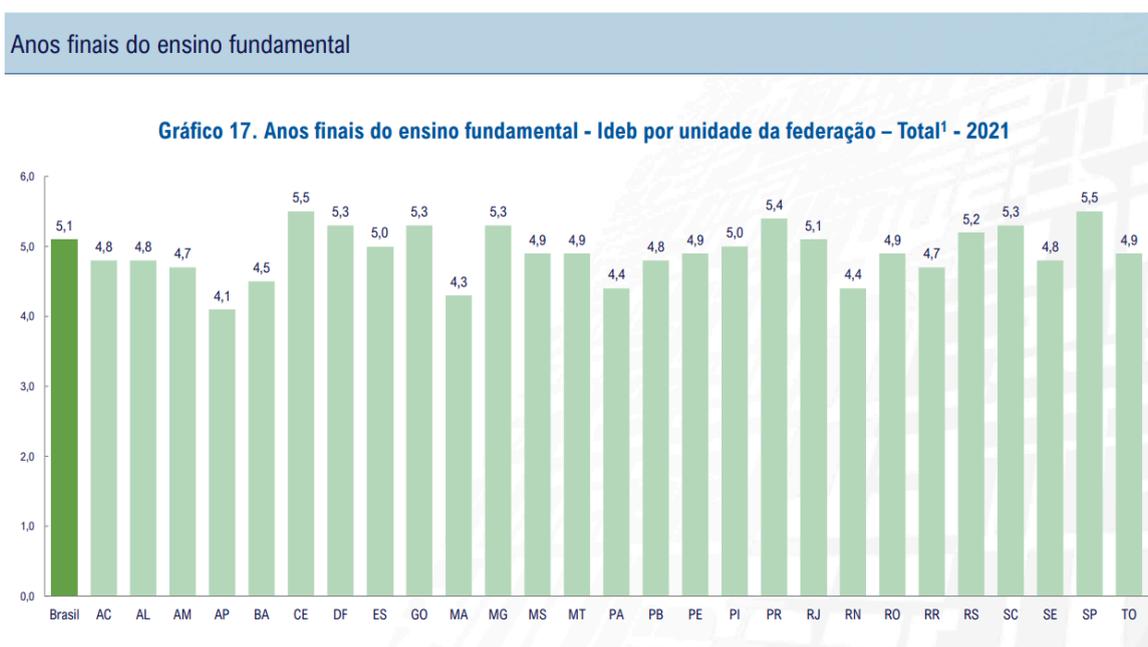


Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Ele passa a ser o principal indicador para monitorar a qualidade da educação básica no Brasil**, a partir da combinação de dados do fluxo escolar (promoção, repetência e evasão) e das médias de desempenho dos estudantes em testes padronizados, seguindo o princípio da avaliação em larga escala, ou seja, o **IDEB mensura o desempenho do sistema educacional brasileiro a partir da análise da proficiência obtida pelos estudantes em avaliações externas de larga escala (SAEB) e a taxa de aprovação.**

As metas nacionais do IDEB nacional para 2021, na rede geral de ensino são 6,0; 5,5; e 5,2, **para os anos iniciais, anos finais e para o ensino médio**, respectivamente, já as **metas** para o nosso estado, na rede geral de ensino são **5,3; 4,8; e 4,8**, respectivamente. A Paraíba **alcançou** as seguintes notas: **5,4; 4,8 e 4,1**. Com relação à **Rede Estadual**, o **IDEB foi de 5,1; 4,6; 3,9 (tendo como metas da rede estadual de ensino 5,3; 4,5; 4,4)**. Observa-se que somente nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, a Paraíba cumpriu a meta proposta.

Interessante ainda perceber como nos resultados das tabelas abaixo, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio (competência governo do Estado), a educação paraibana se encontra discretamente abaixo da média brasileira e com valor semelhante, respectivamente.

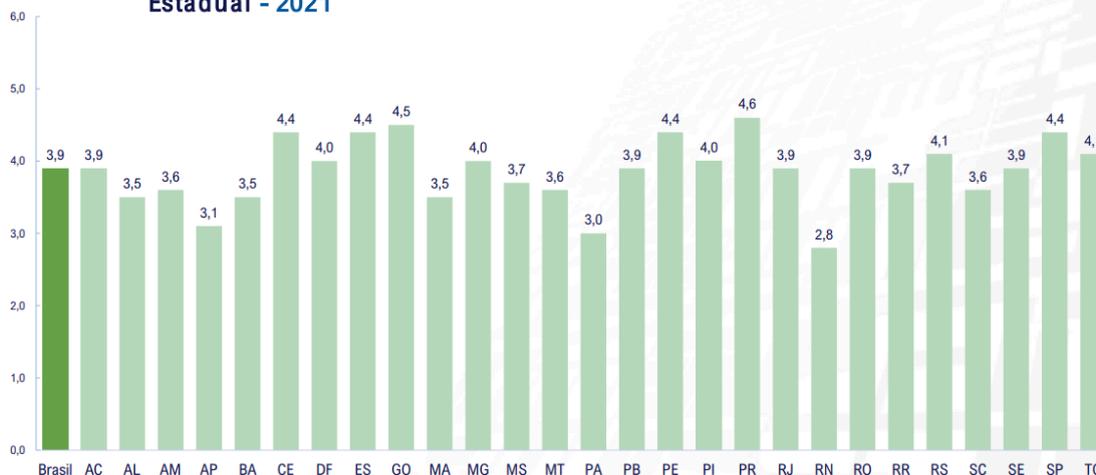
Gráfico 3.1.b - IDEB Ensino Fundamental (anos finais) e Médio 2021





Ensino médio

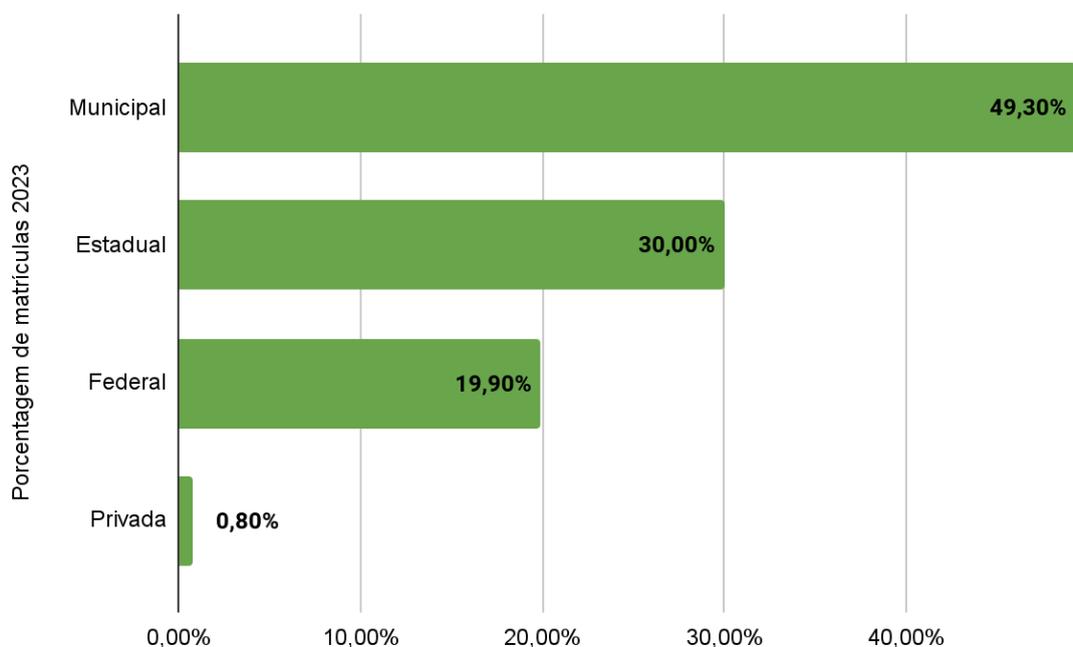
Gráfico 25. Ensino médio - Ideb por unidade da federação - Rede Estadual - 2021



Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>

É importante salientar que quase metade das matrículas realizadas no país, em 2023, na **Educação Básica**, é referente à esfera municipal de ensino, de acordo com o novo Censo Escolar da Educação Básica, enquanto na esfera estadual contabiliza 30% das matrículas.

Gráfico 3.1.c - Percentual de matrículas da Educação Básica, de acordo com as esferas administrativas 2023



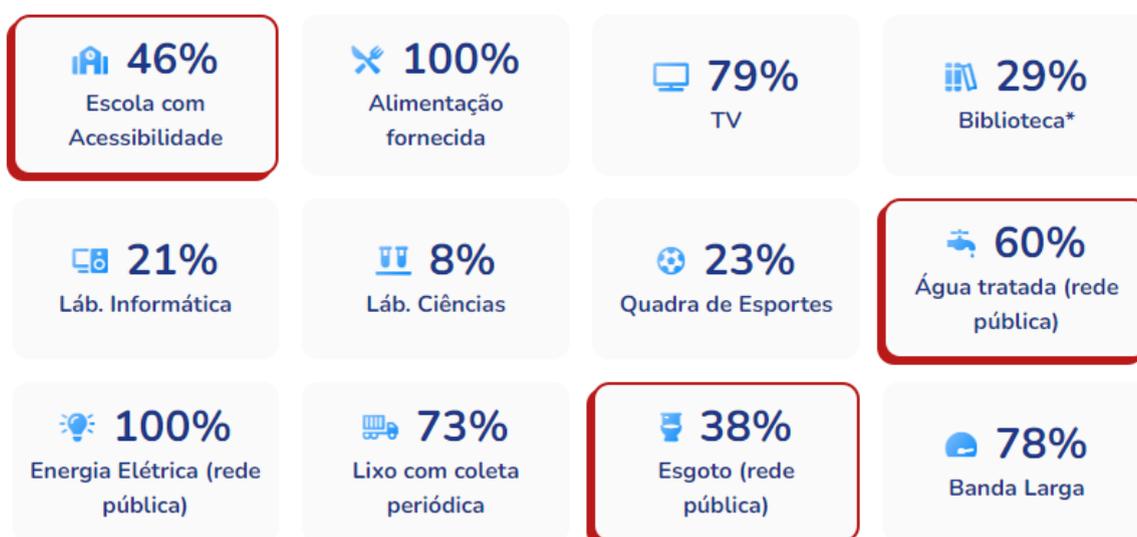
Fonte: Censo Escolar da Educação Básica 2023 (gráfico elaborado pelo ECD)



Haverá uma prioridade maior em apresentar os resultados do ensino médio por se tratar de indicadores das Contas do Governador. O que não significa que o Governo não possa e nem deva contribuir na educação infantil e fundamental, até porque a qualidade nesses anos anteriores contribuem para o melhor resultado do ensino médio. Houve uma redução de 2,4% das matrículas no ensino médio, no Brasil, em 2023. Com maior participação da rede estadual de ensino, cerca de 83,6% no ano de 2023

Em termos de **infraestrutura**, segundo a plataforma *Novo Qedu* da Fundação Lemann⁵², observa-se que só 38% das escolas públicas paraibanas têm rede pública de esgoto e 60% água tratada, somente 29% tem biblioteca, e 8% dispõe de laboratórios de Ciências, no ano de 2023, vide **Figura 3.1.a**.

Figura 3.1.a - Infraestrutura das escolas paraibanas em 2023



A equipe QÉdu entende que é essencial a garantia de boas condições de funcionamento para todos e cada um dos alunos. Por isso, para os itens de acessibilidade, saneamento básico e condições elementares de infraestrutura se marcou em vermelho todos os itens abaixo de 70%. Dado o contexto atual de importância do ensino híbrido, também foi considerado o item banda larga nessa priorização.

Fonte: Qedu

Levando em conta a porcentagem de **escolas públicas que possuem bibliotecas**, sendo essas consideradas pelo Inep como “um local composto por um acervo de livros e um profissional especializado, o bibliotecário”, é importante realizar um comparativo quanto a outros Estados do Nordeste. Na tabela abaixo é possível correlacionar o IDEB da rede pública em relação a quantidade de bibliotecas.

⁵² <https://novo.qedu.org.br/>



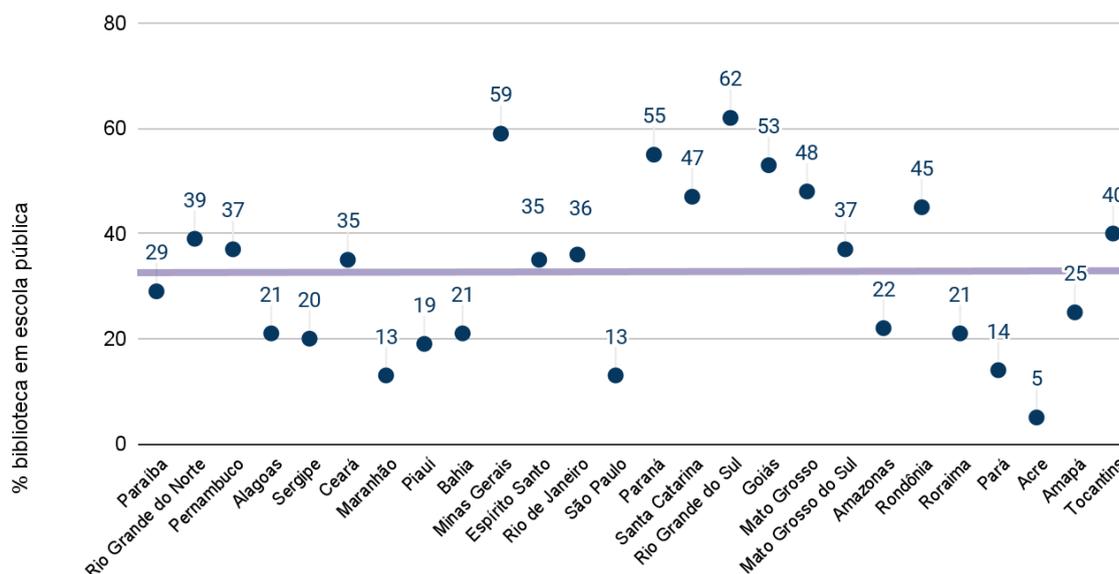


Tabela 3.1.a - Porcentagem de bibliotecas e IDEB da rede pública de ensino (anos iniciais) nos Estados do Nordeste

| Estado | % biblioteca em escola pública - ano 2023 | IDEB - ANOS INICIAIS - PÚBLICA - 2021 |
|----------------------------|-------------------------------------------|---------------------------------------|
| <i>Paraíba</i> | 29 | 5 |
| <i>Rio Grande do Norte</i> | 39 | 4,5 |
| <i>Pernambuco</i> | 37 | 5,1 |
| <i>Alagoas</i> | 21 | 5,3 |
| <i>Sergipe</i> | 20 | 4,8 |
| <i>Ceará</i> | 35 | 6,1 |
| <i>Maranhão</i> | 13 | 4,7 |
| <i>Piauí</i> | 19 | 5,3 |
| <i>Bahia</i> | 21 | 4,9 |

Fonte: Qedu (tabela elaborada pelo ECD)

Gráfico 3.1.d - Percentual de Escolas da rede Pública com bibliotecas, por unidade da Federação (2023)



Fonte: Qedu (gráfico elaborado pelo ECD)

Já em relação às escolas da **rede Estadual da Paraíba em 2023** (Fonte Novo Qedu), 36% delas apresentam laboratório de ciências, 74% tem biblioteca, 53% apresentam rede de esgoto vinculada à rede pública de tratamento e 90% apresentam tratamento de água adequado. Um dado interessante a ser veiculado é que 95% das escolas estaduais paraibanas apresentam coleta periódica de lixo, mas somente 2% delas encaminham para reciclagem.

A plataforma *Novo Qedu* apresenta ainda o nível de aprendizado do Brasil em relação aos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e os compara com os números da Paraíba. Nota-se, por exemplo, que em matemática o Brasil apresenta um proficiência de **12,3%**, enquanto que na OCDE a média é de **48,2%**. No entanto, na rede pública, a



proficiência em matemática no Brasil cai para **5%** e na Paraíba esse número é **3%**, vide **Figura 3.1.g**.

Figura 3.1.b - Proficiência em ciências, matemática e leitura do Brasil, da OCDE e da Paraíba

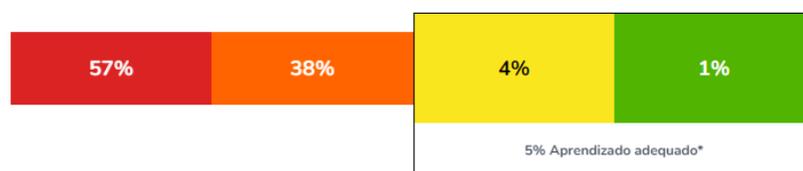


Matemática

Estado



Brasil



Fonte: Qedu

Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais e retorna à escola, ele precisa repetir uma mesma série para não prejudicar a progressão dos conteúdos. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série⁵³. **O cálculo da distorção idade-série é realizado a partir de dados coletados no Censo Escolar. Todas as informações de matrículas dos alunos são capturadas, inclusive a idade deles**⁵⁴. Na Paraíba, em 2022, a distorção idade-série no ensino médio chegou a **31,6 %**, enquanto a nível nacional a maior distorção também se observou no ensino médio.

⁵³ <https://conteudos.qedu.org.br/academia/distorcao-idade-serie/>

⁵⁴ <https://conteudos.qedu.org.br/academia/distorcao-idade-serie/>



Gráfico 3.1.e - Distorção Idade-Série Rede Estadual da Paraíba 2022



Fonte: INEP 2022 (gráfico elaborado pelo ECD)

3.2. Indicadores do Ensino Médio

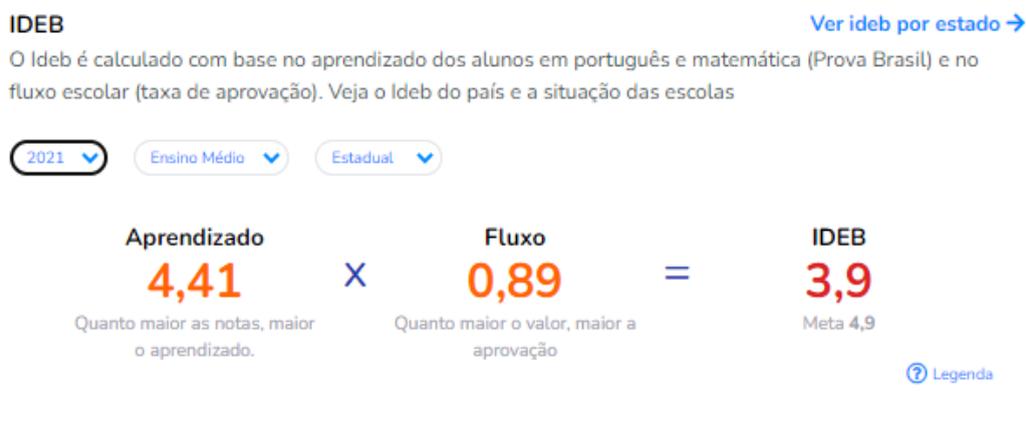
O IDEB do **Ensino Médio do Estado da Paraíba** (Rede Estadual), em particular, no ano de 2021, foi de **3,9 pontos**. O IDEB da Paraíba é superior à média dos estados com condições populacionais e socioeconômicas similares, que é de **3,63 pontos**. No entanto, não atingiu a meta nacional para o exercício de 2021, que era de **4,4 pontos**.

Apesar de não ter atingido a meta nacional, observa-se que houve um crescimento entre os exercícios de 2017 a 2019, pois o índice, naquele exercício, era de **3,10 pontos**, o que demonstra uma discreta melhoria na qualidade da educação estadual.

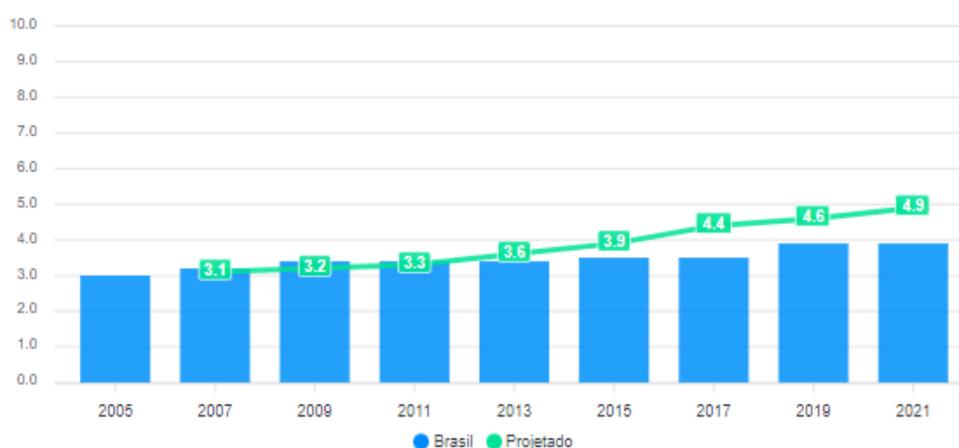




Figura 3.2.a - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - Português e Matemática, dados do QEDU, 2021



Evolução do IDEB



Fonte: IDEB 2021, INEP.

Fonte: QEDU

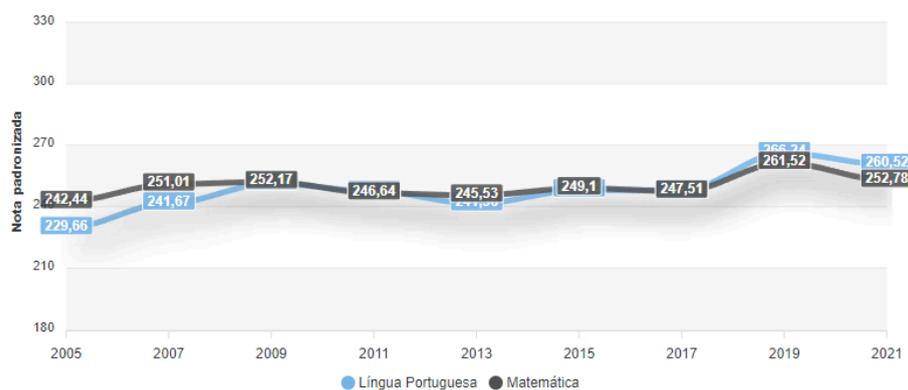
Além disso, a **proficiência em Português e em Matemática estão em patamares críticos**, no ano de 2021, especialmente a segunda, e isso vem se repetindo desde 2017, vide **Figura 3.2.b e gráfico 3.2.a**, a seguir:



Figura 3.2.b - Proficiência em Português e Matemática - Rede Estadual Ensino Médio - 2021



Evolução nota SAEB

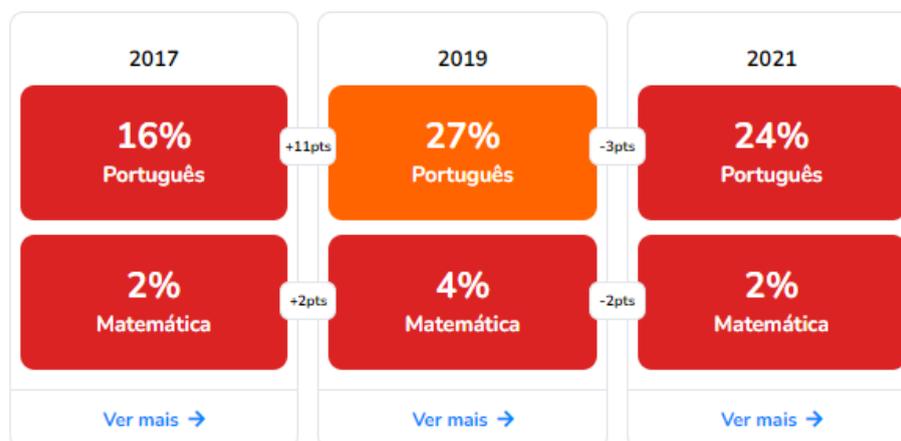


Fonte: IDEB 2021, INEP.

Aprendizado adequado

Percentual de estudantes com aprendizado adequado.

Estadual 3º ano EM



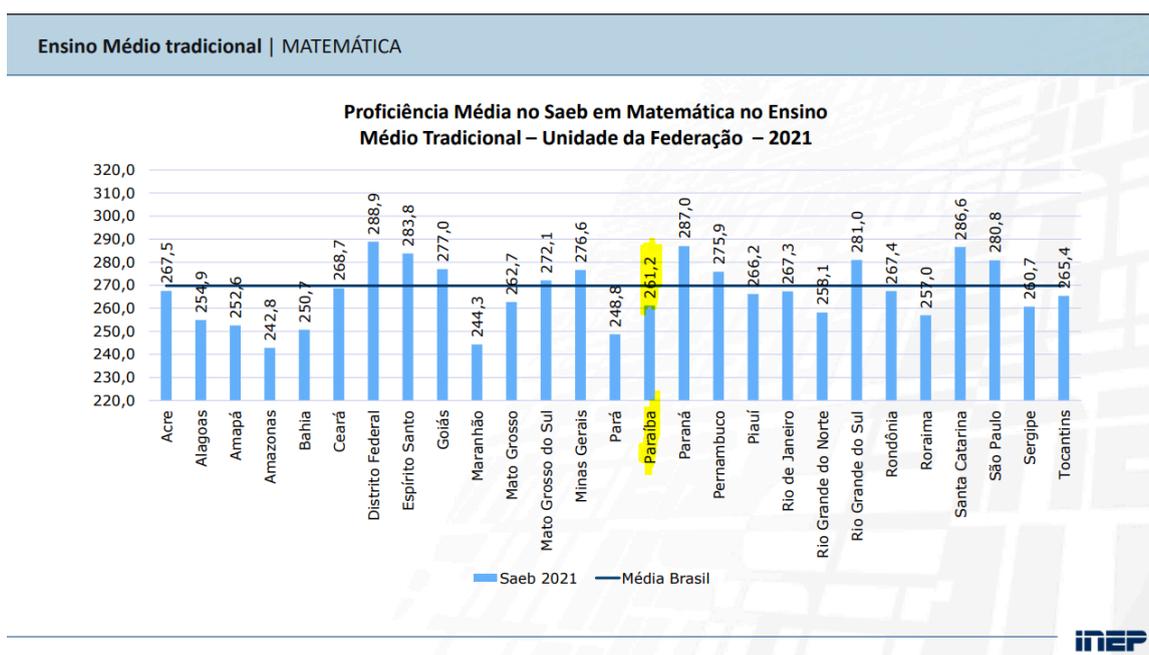
● $\geq 70\%$ Aprendizado
● $\geq 50\%$ Aprendizado
● $\geq 25\%$ Aprendizado
● $< 25\%$ Aprendizado

* A cor verde foi ancorada na Meta 3 do Todos Pela Educação, de que 70% dos alunos deveriam apresentar aprendizado adequado e a cor amarela de que ainda se está um pouco abaixo desse percentual. Já a cor laranja, na visão de que é insucesso se menos de 50% dos alunos demonstra aprendizado adequado. Por fim, a cor vermelha ilustra que a grande maioria dos alunos não apresenta um bom nível de aprendizagem.

Fonte: Qedu



Gráfico 3.2.a - Saeb - Matemática - Ensino Médio 2021



4. Resultados do Saeb 2021: Ensino Médio tradicional | MATEMÁTICA

Evolução das Proficiências Médias no Saeb em Matemática no Ensino Médio Tradicional – Brasil – 2011 a 2021



Fonte: Inep

3.3. Taxa de Adequação de Formação Docente - Ensino Médio

A Taxa de Adequação de Formação do Docente é o indicador-chave que revela a proporção de docentes cuja formação superior tem adequação com a área de conhecimento lecionada, **com fundamento no disposto nos arts. 62 e 63 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Esse indicador leva em conta apenas os docentes com formação superior em licenciatura ou bacharelado e neste último que haja um curso de complementação pedagógica.



É importante levar em consideração as categorias de adequação da formação dos docentes em relação à disciplina que leciona:

Figura 3.3.a - Grupos de formação dos docentes



Fonte: Censo Escolar 2022

O Estado da Paraíba possui **70,4%**, (Grupo 1), **2,8%** (Grupo 2) e **19,8%** (Grupo 3), em 2023, dos professores com formação superior com disciplinas lecionadas no Ensino Médio que são os grupos mais específicos. Ademais, o Estado da Paraíba **não** atingiu a meta do exercício de 2023 que era de **100%**, meta essa não atingida por nenhum dos estados. É importante destacar que a maior parte dos docentes na educação básica são formados por pessoas do gênero feminino, equivalente a 79,5% do pessoal.

Figura 3.3.b - Professores por gênero e rede de ensino 2023



Fonte: Censo Escolar 2023 (acesso em

<https://piaui.folha.uol.com.br/biblioteca-psicologo-censo-escolar-inep/>)

3.4. Taxas de Rendimento por Etapa Escolar: Aprovação, Reprovação e Abandono⁵⁵

As taxas de rendimento são fatores que indicam o desempenho dos estudantes quanto ao conhecimento, assim como sua habilidade em aplicá-lo. Vários fatores podem influenciar o rendimento como fatores intrínsecos aos alunos, por exemplo problemas familiares, assim como extrínsecos, como foi o caso da pandemia nos anos de 2020-2021.

⁵⁵ Dados de 2021.





A **Taxa de Abandono** é um indicador que demonstra o percentual de alunos que deixaram de frequentar a escola após o Censo Escolar. Esse indicador forma o grupo denominado “*taxas de rendimento escolar*”, juntamente com as *taxas de reprovação e aprovação*.

O Estado da Paraíba, **no ano de 2022 (últimos dados registrados)** teve uma **taxa de abandono escolar de 11,23%**, no Ensino Médio, na Rede Estadual, estando superior em mais de 70% à média de abandono do País, que foi de **6,6%** (dados retirados do site do Qedu).

Dados do Inep, relatam a taxa de abandono dos estudantes no ano de 2021, que foi maior entre escolas do meio rural durante os anos do ensino fundamental; em comparação com o ensino médio. As diferenças entre escolas do meio rural e do meio urbano se mantêm estáveis, com discreta diferenciação. Mas o grau de evasão escolar da **educação básica pública** se torna maior em estudantes que cursam o ensino médio em escolas municipais urbanas e isso continuou acontecendo em 2022 na Paraíba (últimos dados liberados pelo Inep), com taxa maior de abandono em escolas urbanas no ensino fundamental e rurais no ensino médio.

Quanto ao indicador-chave **Taxa de Aprovação** revela o percentual de alunos que alcançaram os critérios mínimos para a conclusão da sua série. Esse indicador forma o grupo denominado “*taxas de rendimento escolar*”, juntamente com as *taxas de reprovação e abandono*. **O Estado da Paraíba tem uma taxa de aprovação de alunos do Ensino Médio de 82%, na Rede Estadual de Educação Básica, enquanto que no Brasil a taxa é de 85%.**

Em relação a **taxa de aprovação no ano de 2022** (últimos dados registrados pelo Inep), obteve-se números similares em relação à aprovação no ensino fundamental e ensino médio, com diminuição em relação ao ano de 2021, que era de 96,8% no Ensino Fundamental e 95,9% no Ensino Médio, **enquanto em 2022 ficou 92,2% no ensino fundamental e 84,5% no ensino médio.**

A **Taxa de Reprovação** é um indicador que evidencia o percentual de alunos que não alcançaram os critérios mínimos para a conclusão da série. Esse indicador forma o grupo denominado “*taxas de rendimento escolar*”, juntamente com as *taxas de aprovação e a taxa de abandono*. O Estado da Paraíba tem uma taxa de reprovação de alunos do Ensino Médio, em 2022, de 6,7% (Rede Estadual), taxa que aumentou em comparação com o ano de 2021, que foi de 0,2%, já o Brasil tem uma taxa de reprovação de 8,4% no ano de 2022.





Figura 3.4.a - Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono na Paraíba (rede estadual), no ano de 2022



Fonte: Taxas de Rendimento 2022, INEP

Fonte: QEdu/ Inep

4. INDICADORES-CHAVES DA SAÚDE

4.1. Sistema de Informação em Saúde para Atenção Básica

Os dados sanitários e sobre a atenção básica da população foram retirados do **Sistema de Informação em Saúde para Atenção Básica (SISAB)**⁵⁶, que é prioritariamente responsabilidade dos municípios, onde as proporções dos indicadores a seguir estão dispostas. consultas referentes ao pré-natal para mulheres gestantes, exames de sífilis, HIV e cuidados com a saúde bucal também, cobertura citopatológica em mulheres, cobertura vacinal para a vacina de poliomielite e a vacina pentavalente (prevenção da difteria, tétano e coqueluche, doenças invasivas pela bactéria *Haemophilus influenzae* tipo b, e Hepatite B) para crianças de 1 ano de idade, e avaliação da hipertensão e diabetes na população geral.

Tabela 4.1.a - Relatório quadrimestral de indicadores da Paraíba (3º quadrimestre de 2023)

| Indicador | Proporção | Meta |
|-------------------------------------|-----------|------|
| <i>Pré-natal (6 consultas)</i> | 53% | >45% |
| <i>Pré-natal (sífilis e HIV)</i> | 72% | >60% |
| <i>Gestantes Saúde Bucal</i> | 67% | >60% |
| <i>Cobertura Citopatológico</i> | 31% | >40% |
| <i>Cobertura Vac Pólio e Penta</i> | 71% | >95% |
| <i>Hipertensão (PA aferida)</i> | 33% | >50% |
| <i>Diabetes (Hemoglob. Glicada)</i> | 30% | >50% |

Fonte: SISAB (tabela elaborada pelo ECD)

⁵⁶<https://sisab.saude.gov.br/paginas/ acessoRestrito/relatorio/federal/indicadores/indicadorPainel.xhtml>

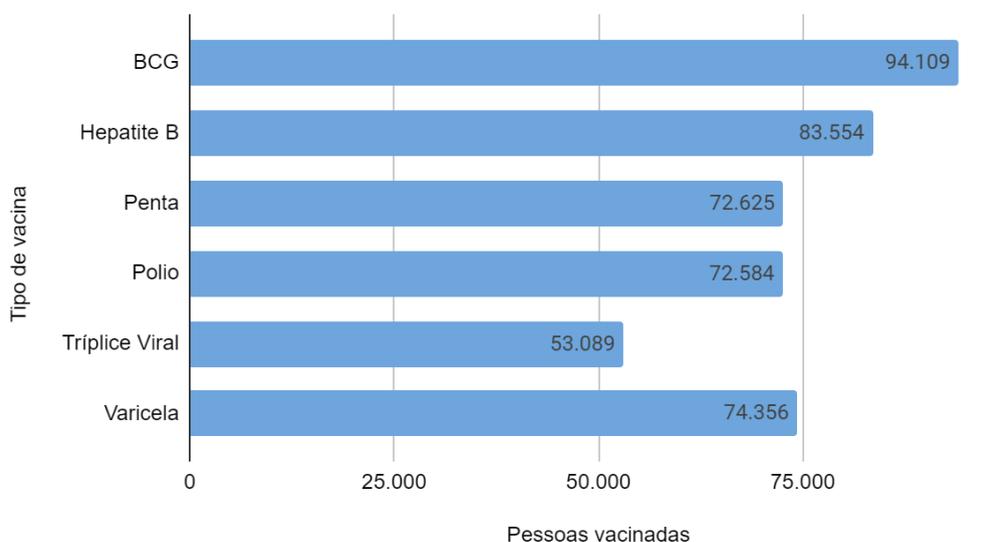




4.2. Vacinações - Imunizações

Em relação a cobertura vacinal da população, na Paraíba, o **TabNet - Datasus, Painel de Imunizações possui informações até o ano de 2022**, referentes a quantidade de vacinações para BCG (prevenir contra tuberculose), hepatite B (até 30 dias de vida), pentavalente (prevenção da difteria, tétano e coqueluche, doenças invasivas pela bactéria *Haemophilus influenzae* tipo b e Hepatite B), poliomielite, tríplice viral (contra sarampo, caxumba e rubéola) e varicela, com informações dispostas no gráfico a seguir.

Gráfico 4.2.a - Número de pessoas vacinadas x tipos de vacinas 2022



Fonte: Ministério da Saúde - Datasus - Painel de Imunização (acesso

http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/dhdat.exe?bd_pni/cpnibr.def, acesso em 15/04/2024 - gráfico elaborado pelo ECD)

Em relação a porcentagem de vacinação por ocorrência no Estado, no ano de 2023, a **tabela 4.2.a**, dispõe dos dados e de acordo com o portal de notícia do Instituto Butantan, mais de 60% dos municípios brasileiros não atingiram a **meta proposta pelo Ministério da Saúde, que é de 95% de cobertura vacinal em cada localidade** (durante o primeiro ano de vida).⁵⁷ A situação é alarmante, pois o risco de surtos dessas doenças aumenta, principalmente em pessoas que não podem participar do calendário vacinal como pessoas imunossuprimidas e mulheres grávidas.

⁵⁷<https://butantan.gov.br/noticias/majoria-dos-municipios-brasileiros-nao-atingiu-a-meta-de-cobertura-para-vacinas-do-c-alendario-infantil-em-2023#:~:text=Mais%20de%2060%25%20dos%20munic%C3%ADpios,o%20primeiro%20ano%20de%20vida.>



Tabela 4.2.a - Cobertura vacinal do Estado, 2023 (Meta de cobertura vacinal 95%)

| Tipo de vacina | Cobertura Vacinal por ocorrência |
|---------------------------------------|----------------------------------|
| <i>BCG (ao nascer)</i> | 81,73% |
| <i>Hepatite B (ao nascer)</i> | 79,76% |
| <i>Febre amarela (<1 ano)</i> | 65,20% |
| <i>Polio (<1 ano)</i> | 84,95% |
| <i>DTP (<1 ano)</i> | 84,20% |
| <i>Varicela (1 ano)</i> | 78,14% |
| <i>Tríplice Viral 1ª dose (1 ano)</i> | 85,42% |



Fonte: Ministério da Saúde

(https://infoms.saude.gov.br/extensions/SEIDIGI_DEMAS_VACINACAO_CALENDARIO_NACIONAL_COBERTURA_OCORRENCIA/SEIDIGI_DEMAS_VACINACAO_CALENDARIO_NACIONAL_COBERTURA_OCORRENCIA.html,

acesso em 10/05/2024) - tabela elaborada pelo ECD

De acordo com a **taxa de vacinação nacional**, a figura abaixo demonstra o crescimento da cobertura vacinal contra rotavírus humano, penta, febre amarela, poliomielite, hepatite A, pneumocócica, meningocócica, tríplice viral e DTP, do ano de 2022 a 2023. Enquanto as vacinas BCG e hepatite B, ambas administradas nos primeiros 30 dias de vida (recém-nascido) tiveram queda, e de acordo com matéria do Instituto Butantan, tiveram a pior cobertura da década⁵⁸. **Assim como na Paraíba, no qual houve diminuição de 2022 para 2023, de 94,11% da BCG para 81,73% e de 83,55% da Hepatite B para 79,76%, respectivamente, de acordo com dados da TABNET DataSUS⁵⁹.**

⁵⁸<https://butantan.gov.br/noticias/maioria-dos-municipios-brasileiros-nao-atingiu-a-meta-de-cobertura-para-vacinas-do-c-alendario-infantil-em-2023#:~:text=Mais%20de%2060%25%20dos%20munic%C3%ADpios.o%20primeiro%20ano%20de%20vida.>

⁵⁹http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/dhdat.exe?bd_pni/cpnibr.def





Figura 4.2.a - Cobertura vacinal no Brasil 2022 - 2023

| Imunobiológicos | 2022* | 2023** |
|------------------------|-------|--------|
| BCG | 90,1 | 77,5 |
| Hepatite B | 82,7 | 73,2 |
| Rotavirus Humano | 76,6 | 84,3 |
| Meningococo C | 78,6 | 82,5 |
| Penta (DTP/Hib/HB) | 77,2 | 83,7 |
| Pneumocócica | 81,5 | 86,9 |
| Poliomielite | 77,2 | 84,7 |
| Febre Amarela | 60,6 | 69,6 |
| Hepatite A | 73,0 | 80,7 |
| Pneumocócica (1º ref) | 71,5 | 80,7 |
| Meningococo C (1º ref) | 75,3 | 81,4 |
| Poliomielite (1º ref) | 67,7 | 76,9 |
| Tríplice Viral D1 | 80,7 | 86,9 |
| Tríplice Viral D2 | 57,6 | 63,6 |
| DTP (1º ref) | 67,4 | 76,8 |
| Varicela | 73,3 | 69,6 |

Fonte: Ministério da Saúde

(https://infoms.saude.gov.br/extensions/SEIDIGI_DEMAS_VACINACAO_CALENDARIO_NACIONAL_MENU_COBERTURA/SEIDIGI_DEMAS_VACINACAO_CALENDARIO_NACIONAL_MENU_COBERTURA.html, acesso em 06/05/2024)

Em relação à vacinação contra a **Influenza**, em 2023, tem-se dados quanto à campanha de vacinação nacional entre os meses de março a outubro do mesmo ano, disponibilizados no painel Datasus. Com maior quantidade de doses em João Pessoa, Campina Grande e Patos.

Figura 4.2.b - Painel da cobertura vacinal contra a Influenza em 2023

Atualização do painel em 03/01/2024 às 13:52:29, com dados contidos no RNDS até as 31/10/2023 às 16:27:55



Fonte: Ministério da Saúde

(https://infoms.saude.gov.br/extensions/SEIDIGI_DEMAS_INFLUENZA_2023/SEIDIGI_DEMAS_INFLUENZA_2023.html, acesso em 15/04/24)





4.3. Casos de Arboviroses

“As arboviroses são um grupo de doenças virais que são transmitidas por mosquitos e carrapatos. Essas enfermidades podem causar uma variedade de sintomas, desde febre leve até complicações mais sérias, sendo algumas delas potencialmente fatais. Os principais vetores das arboviroses são os mosquitos, em particular, os gêneros Aedes, Culex e Anopheles. Esses insetos se tornam portadores dos vírus ao picar uma pessoa infectada e, subsequentemente, passam o vírus para outras pessoas durante suas picadas.”⁶⁰

Tabela 4.3.a - Casos prováveis (casos confirmados) de arboviroses em 2023 e 2024 (acesso em 29/05/24) na Paraíba

| Arbovirose | 2023 | 2024 | óbitos/2023 | óbitos/2024 |
|--------------------|-------|-------|-------------|-------------|
| Dengue | 5.653 | 6.820 | 6 | 6 |
| Zika | 176 | 14 | 0 | 0 |
| Chikungunya | 1.243 | 944 | 4 | 4 |

Fonte: Ministério da Saúde

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/aedes-aegypti/monitoramento-das-arboviroses>, acesso em 15/04/2024 (tabela elaborada pelo ECD)

Dentre as arboviroses, a dengue é a que possui o maior número de casos, comprometendo a saúde pública, além de causar quadros graves que podem levar ao óbito. É possível notar um aumento proporcional nos casos de dengue em 2024, assim como de chikungunya (dados esses coletados até maio/2024).

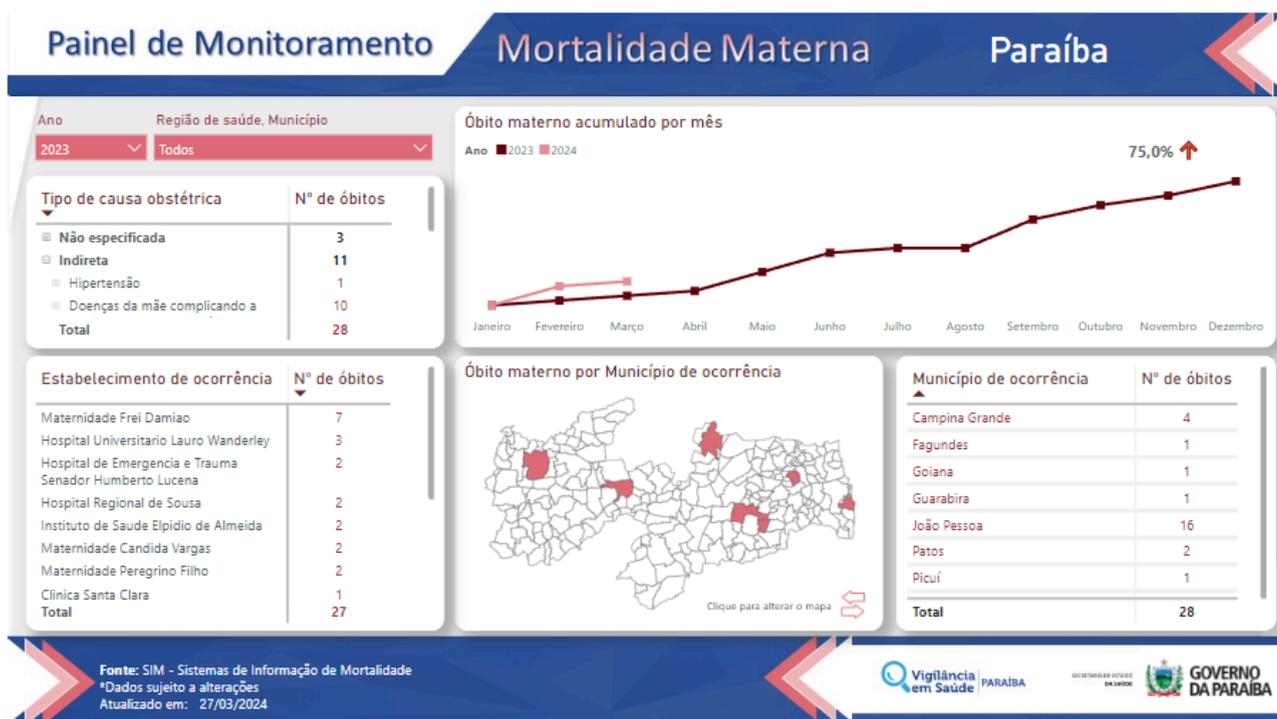
4.4. Mortalidade Materna

De acordo com o **Painel de Monitoramento da Secretaria de Saúde do Estado sobre Mortalidade Materna**, houve 28 casos de óbitos maternos na Paraíba em 2023, causados, principalmente, por doenças da mãe que complicaram a gravidez, o parto ou o puerpério, com 16 casos na capital do Estado e 4 casos em Campina Grande, e demais cidades variam entre 1 a 2 óbitos. Em relação a 2024, contabilizado até abril (acesso em 24/05/2024), 9 casos foram confirmados, 4 deles em Campina Grande e 2 em João Pessoa, 1 caso em Patos e 1 em Itaporanga.

⁶⁰ <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/arboviroses>

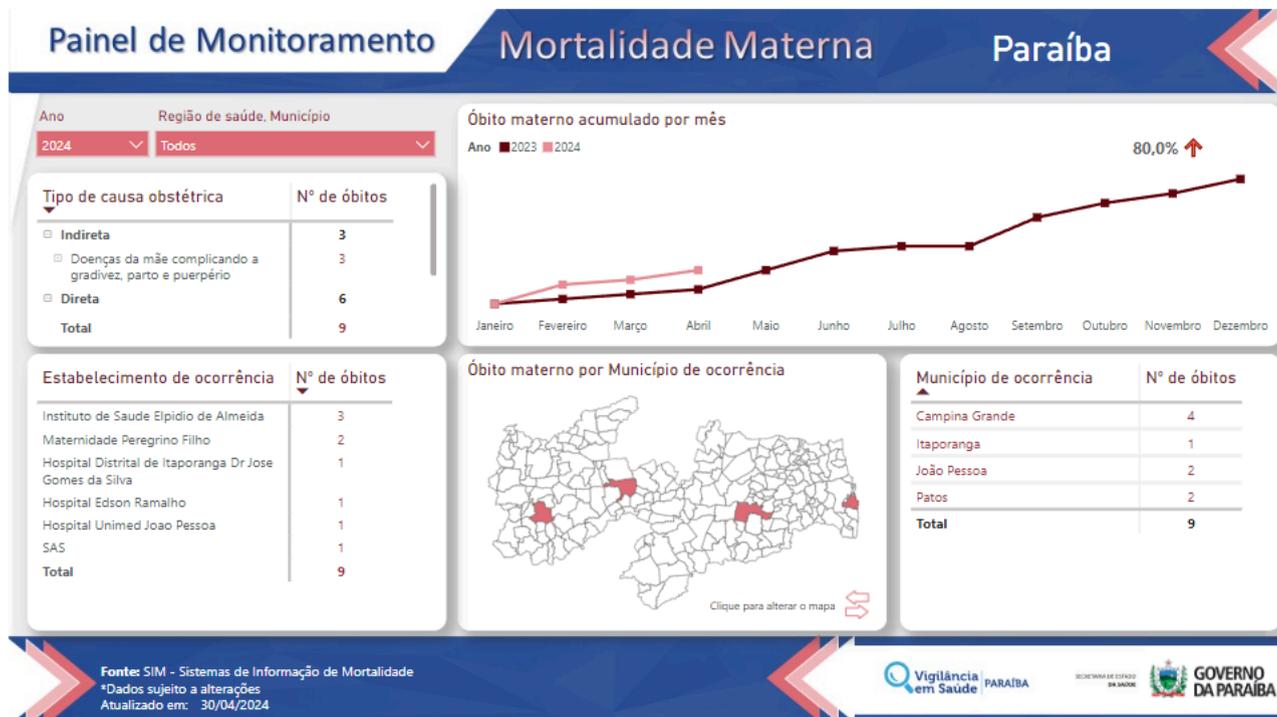


Figura 4.4.a - Painel de Monitoramento Mortalidade Materna 2023



Fonte: Painel de Mortalidade Materna - Vigilância em Saúde

Figura 4.4.b - Painel de Monitoramento Mortalidade Materna 2024 (acesso em 24/05/24)



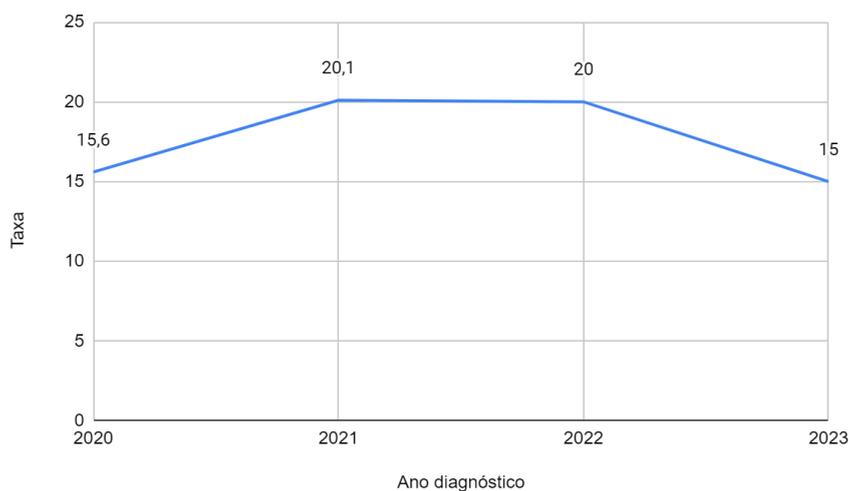
Fonte: Painel de Mortalidade Materna - Vigilância em Saúde



4.5. Casos de HIV

Em relação aos casos de HIV na Paraíba, a detecção dos casos teve diminuição de 25% no ano de 2023. É importante frisar que a detecção equivale a incidência real de casos e a agilidade diagnóstica do sistema de saúde local.

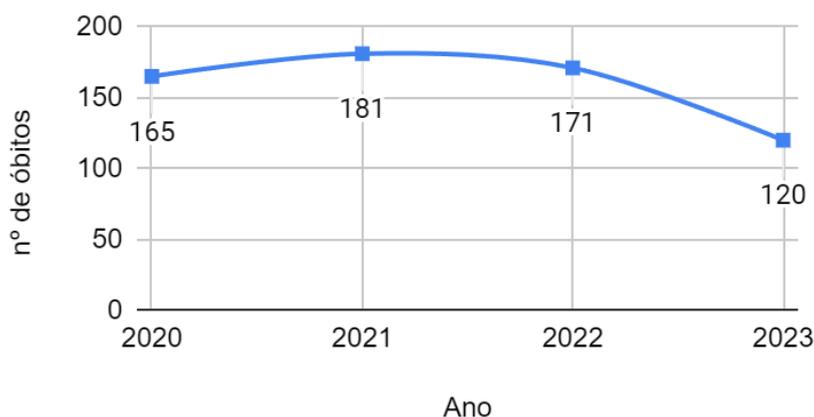
Gráfico 4.5.a - Taxa de detecção de casos de HIV (x 100 mil hab) na Paraíba, entre 2020 e 2023



Fonte: Sinan/SES-PB (dados extraídos em nov/2023) - Boletim Epidemiológico de HIV 01 (gráfico elaborado pelo ECD)

Já em relação **a mortalidade decorrente do HIV e como causa básica AIDS**, houve uma diminuição, visto que em 2020 o coeficiente era de 4,1 óbitos/ 100 mil habitantes, enquanto em 2023 esse coeficiente reduziu para 3 óbitos/100 mil⁶¹, assim como está havendo uma diminuição no número de óbitos desde 2021.

Gráfico 4.5.b - Número de óbitos em decorrência da AIDS, na Paraíba, entre 2020 e 2023



Fonte: Sinan/SES-PB (dados extraídos em nov/2023) - Boletim Epidemiológico de HIV 01 (gráfico elaborado pelo ECD)

⁶¹Boletim Epidemiológico de HIV 01 (<https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/arquivos-1/vigilancia-em-saude/boletim-epidemologico-hiv-e-aids.pdf>)





4.6. Taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos

É definida como o número de óbitos de crianças menores de um ano, a cada mil nascidos vivos, em um determinado período do tempo, estimando assim o risco de morte em seu primeiro ano de vida. Valores elevados refletem precárias condições de vida e saúde, além de baixo nível de desenvolvimento social e econômico ⁶².

De acordo com os dados do IBGE no ano de **2022** a taxa de mortalidade infantil ficou aproximadamente **14,74**, com número de óbitos de 749; um aumento em relação ao ano de **2021**, que era de **12,63, com número de óbitos de 708. Fato este que merece ser esclarecido.**

Em relação a **taxa do país**, houve um aumento de **11,51** em 2020 para **12,59** em 2022, dados esses coletados da plataforma do IBGE.⁶³

4.7. Taxa de mortalidade prematura (30 a 69 anos) por Doenças Crônicas não-transmissíveis (DCNT)

No estado da Paraíba a mortalidade prematura atingiu **5.469 pessoas no ano de 2023**⁶⁴, de acordo com a Plataforma Integrada de Vigilância em Saúde (IVISQ) do Ministério da Saúde, em sua maior parte se concentrou na Macrorregião I da Saúde. Em contrapartida, em 2022, o número de óbitos foi de 6.100. Em relação ao Brasil e ao Nordeste, a Paraíba representou 1,82% e 7,54% dos óbitos, respectivamente. O estado do Nordeste que apresentou um maior número foi a Bahia e em segundo lugar, Pernambuco. A Paraíba está em 5º lugar dentre os 9 estados da região.

4.8. Leitos Cirúrgicos

O Estado da Paraíba possui 2.715 leitos cirúrgicos, sendo 1.835 deles referentes aqueles oferecidos pelo SUS, numa taxa de **46,16 a cada 100 mil habitantes, em 2023**, de acordo com a plataforma de Informações da Saúde do Governo Federal⁶⁵, enquanto essa taxa em 2022, em relação aos leitos cirúrgicos do SUS, foi de 43,27 a cada 100 mil habitantes. Nota-se que houve um aumento, oferecendo uma maior prestabilidade a população.

4.9. Leitos Clínicos

O quantitativo de leitos clínicos, segundo dados obtidos no plataforma de Informações da Saúde do Governo Federal⁶⁶, no Estado da Paraíba em 2023 era de 4.319 e àqueles referentes ao SUS, eram de 3.562, uma taxa de 89,6 a cada 100 mil habitantes, enquanto em 2022 essa taxa de

⁶²https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletins-epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_37_v2.pdf

⁶³ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/39/30279?ano=2022>

⁶⁴ <http://plataforma.saude.gov.br/mortalidade/dcnt/>

⁶⁵ <https://infoms.saude.gov.br/extensions/Leitos/Leitos.html#> (acesso em 29/04/2024)

⁶⁶ <https://infoms.saude.gov.br/extensions/Leitos/Leitos.html#> (acesso em 29/04/2024)





leitos clínicos do SUS era de 86,84 a cada 100 mil habitantes, **havendo um aumento do seu número em 2023.**

5. INDICADORES-CHAVES DA SEGURANÇA PÚBLICA E INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

A Segurança Pública se consubstancia na perspectiva de ser um direito fundamental o qual “confere ao seu titular prerrogativas que concretizam a garantia da dignidade da pessoa humana, da liberdade e igualdade, estabelecendo um estado de proteção que permite aos cidadãos gozarem de todos os demais direitos assegurados no ordenamento jurídico” (FABRETTI, 2014).

Daí a importância de se perceber a necessária eficiência na execução de suas políticas públicas, planejamento a partir de evidências e indicadores de seus resultados e os impactos na sociedade. E essa ‘eficientização’ é primordial para o aprimoramento das políticas de segurança pública no Brasil.

Nesse sentido, conhecer os dados e validar a sua consistência tornam-se condições essenciais para se avançar em análises qualificadas sobre as diversas formas de criminalidade e violência, além de apontar soluções válidas, tudo traduzido em evidências empíricas.

Não esquecendo que o fim da gestão de segurança pública é garantir, especialmente, as condições de prosperidade, qualidade de vida, fortalecimento institucional, tendo o intuito de reduzir, ao máximo, a violência, promover a tranquilidade social, recuperar os transgressores, promover a paz cidadã e o respeito à dignidade humana, ou seja, **segurança social e bem-estar material.**

A Segurança Pública é, portanto, um tema por excelência transversal à Saúde, à Educação, ao Desenvolvimento Econômico, entre outros, e deve ser percebido e considerado, com grau de importância, na análise da atuação do Estado (estabelecimento dos problemas e soluções) desde o seu planejamento até a execução (eficiente) de políticas públicas e seu devido acompanhamento (transparência).

Na Agenda 2030 da ONU e nos seus ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), a Segurança Pública também se faz presente; representada pelo ODS 16, o qual busca promover o acesso à Justiça, a **segurança pública** e a promoção de uma sociedade mais pacífica. Tem dentre suas metas associadas a **redução de mortes por violência**, tráfico e tortura contra crianças e à promoção de um Estado de Direito em que todos tenham direito a se defender⁶⁷.

⁶⁷ <https://www.estrategiaods.org.br/os-ods/ods16/>



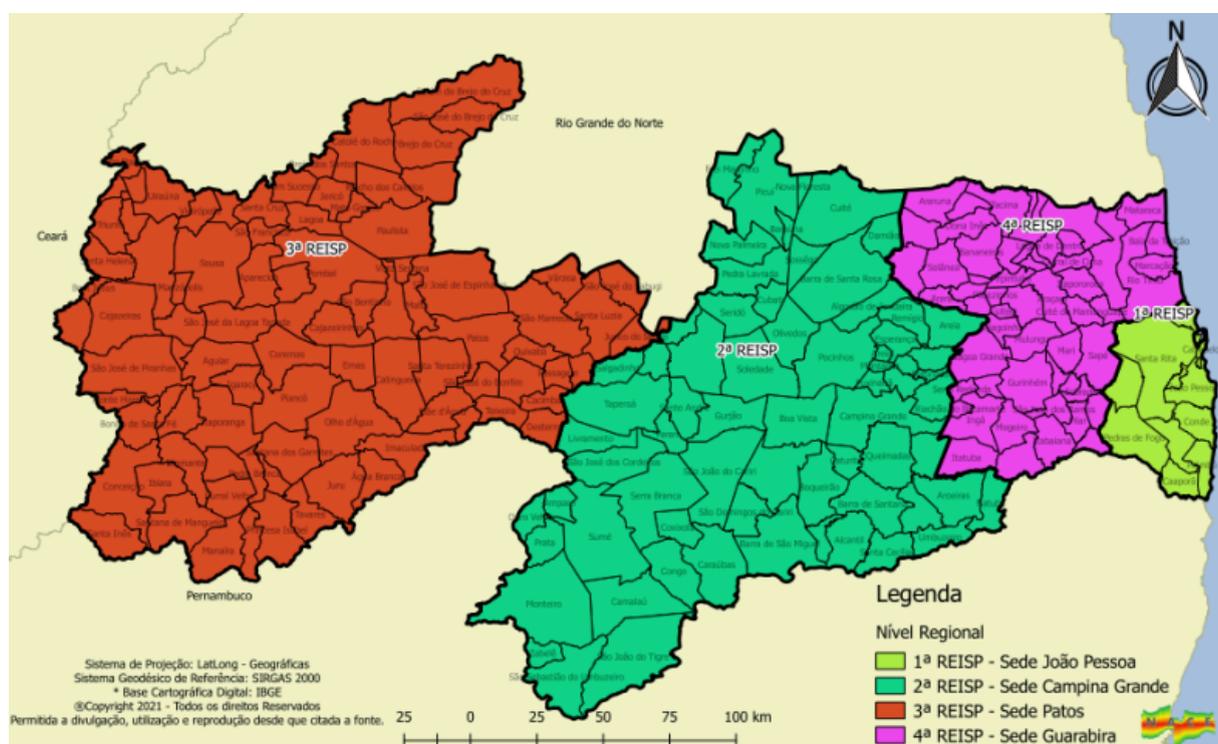
Figura 5.a - ODS 16 - Segurança Pública



Fonte: <https://www.estrategiaods.org.br/os-ods/ods16/>

Vale ressaltar ainda que com relação à estratégia de organização e atuação da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social administrativa e operacionalmente, há uma divisão do território do estado em quatro regiões, denominadas Territórios Integrados de Segurança e Defesa Social da Paraíba, conforme **Figura 5.b**, a seguir.

Figura 5.b - Mapa de Compatibilização dos Territórios Integrados



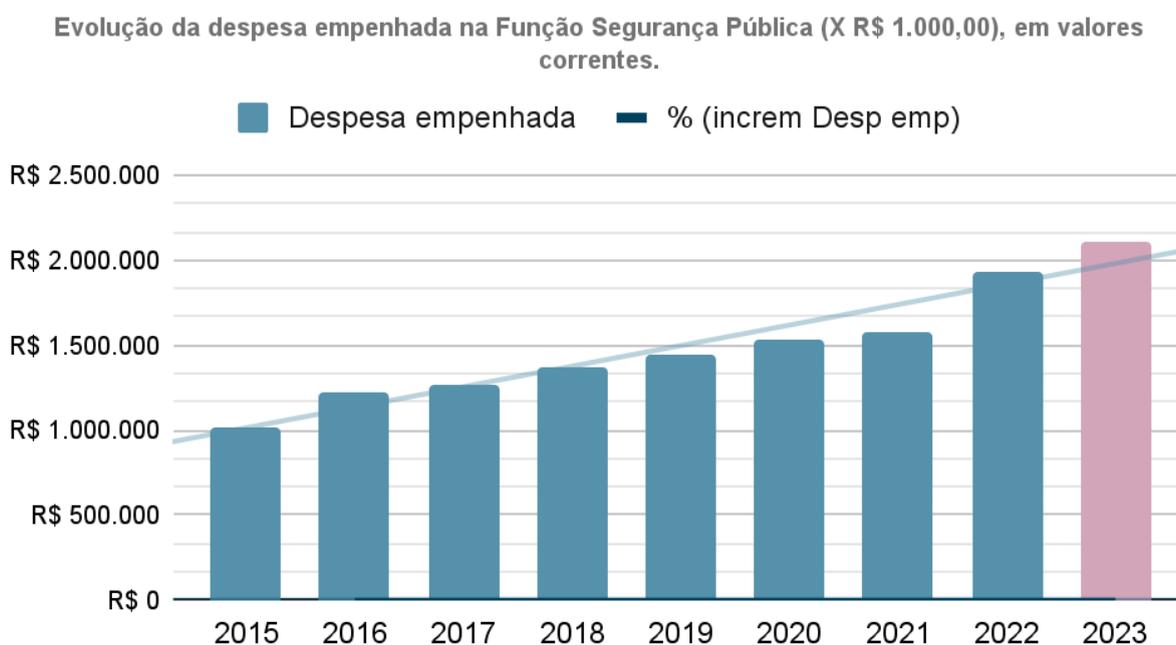
Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba, 2023

De acordo com o Portal da Transparência PB, em 2023, as despesas na Função Segurança Pública alcançaram o montante de R\$ 17.883 milhões, o que corresponde a **11,75%**, da despesa



total (R\$ 2.102 bilhões) empenhada do Governo do Estado. Esse montante superou em **8,73%** a despesa da mesma natureza empenhada no exercício anterior, de R\$1.933.177.560,55, em valores correntes. Caso se considere a inflação do período, IPCA, que foi de 5,79%, há um acréscimo de 2,94%.

Gráfico 5.a - Despesas com Segurança Pública



Fonte: Portal de Transparência do Estado da Paraíba (gráfico elaborado pelo ECD)⁶⁸

A Secretaria de Estado da Administração Penitenciária não está inserida na Função Orçamentária em análise, todavia, considerando que a recuperação dos apenados e a sua devida guarda são variáveis essenciais ao conceito ao desempenho da Segurança Pública, esta fará parte deste relatório.

Informações do **Atlas da Violência 2024 - Retratos dos Municípios Brasileiros, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**, indicam que a **taxa de homicídios da Paraíba (27,4) no ano de 2022**, foi uma das menores da região Nordeste, estando acima, somente, ao estado do **Piauí (25,2)**, que obteve a menor taxa. No que se refere ao ano de 2023, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes foi de **23,47**, segundo a Plataforma do **Ministério da Justiça e Segurança Pública**⁶⁹. O atlas também indica que, na Paraíba, houve uma queda na **taxa de homicídios de 40,2 em 2013 para 27,4 em 2022**, a qual, **segundo o referido estudo**, atribui-se a programa do Governo do Estado: **Paraíba Unida Pela Paz**, não obstante, entendermos que outros fatores podem ter contribuído para essa performance.

⁶⁸ <https://transparencia.pb.gov.br/>

⁶⁹ <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiYThmMDBkNTYtOGU0Zi00MjUxLWJiMzAtZjFIMmYzYTgwOTBliiwidCI6ImViMDkwNDIwLTI0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>





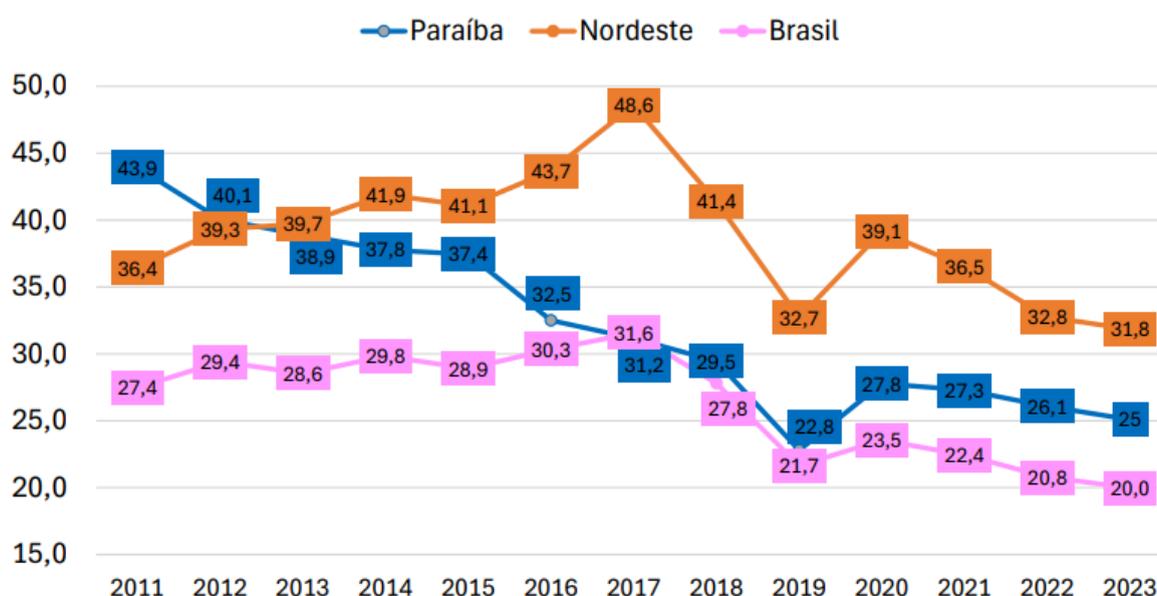
Além disso, indica que no interior do estado, a cidade com maior taxa é Patos; e dentre as 3 maiores cidades (João Pessoa, Campina Grande e Santa Rita), a cidade de Santa Rita, na região metropolitana, lidera com a maior taxa. As 3 maiores cidades, citadas anteriormente, estão entre as 162 cidades brasileiras que concentram 50% dos homicídios do país. A maior parte das capitais estão incluídas nessa lista, exceto Florianópolis - Santa Catarina.

O Atlas também chama atenção para a importância das ações efetivas da Guarda Municipal (GM), na redução da criminalidade e do número de homicídios. Um estudo citado no Atlas e realizado por Kopittke e Ramos (2021), indica que o efeito da GM é mais efetivo em municípios de 20 a 99 mil habitantes e que sua presença chegou a reduzir em 15% o número de municípios.

Vale ainda observar neste início, em termos de cenário nacional, que no ano de 2023 houve uma redução no número de crimes violentos de **40.584** em comparativo com o ano anterior, 2022, que foi de **42.180** casos, uma redução de **3,8%**, segundo o Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2023.

Ainda de acordo com o Anuário, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes também sofreu decréscimo em 2023, no âmbito nacional, passando para **20** contra **20,8** do ano anterior. Esse decréscimo também se repetiu em 2023 no Nordeste, **redução de 3,04%** em relação ao ano de 2022. Os três estados com maiores taxas de assassinato a cada 100 mil habitantes, no Nordeste foram Pernambuco (38,7), Alagoas (25,6) e Bahia (34,5).

Gráfico 5.b - Série Histórica da Taxa de CVLI por grupo de 100 mil hab. na Paraíba, Nordeste e no Brasil



Fonte: Anuário da Segurança Pública na Paraíba em 2023

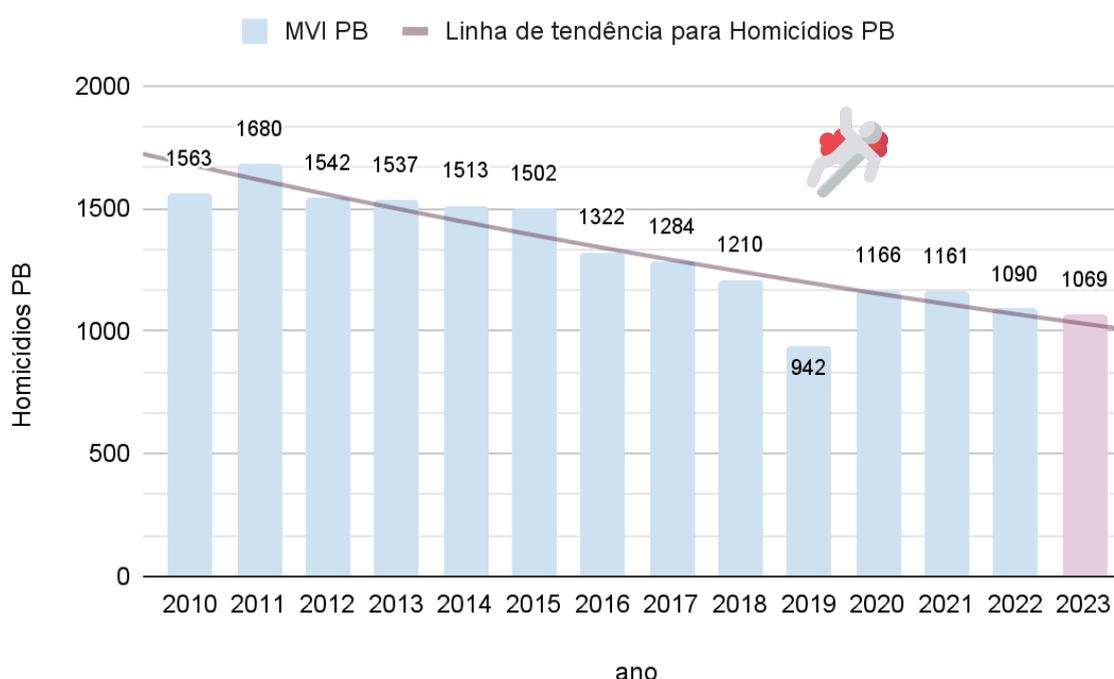




A Paraíba seguiu essa tendência, mas em menor proporção já que **a taxa do estado ficou em 25 por 100 mil habitantes**. Em termos absolutos, em 2023, foram **1.069** vítimas de Mortes Violentas e Intencionais⁷⁰ enquanto, em 2022, tivemos 1.090 vítimas, ou seja, **houve uma redução**.⁷¹

Já o **CVLI** (Crimes Violentos Letais e Intencionais) na **Paraíba**⁷² (crimes que ocasionam morte, exceto morte por intervenção policial) **em 2023 foi de 995, enquanto em 2022 foi de 1.036, uma redução de 4%**. No **Brasil**⁷³, esta **redução foi de 3,65%**, já que contabilizou-se **42.235 vítimas, em 2022 e 40.693 vítimas, em 2023**.

Gráfico 5.c - Mortes Violentas Intencionais - MVI (PB) (2010-2023)



⁷⁰ Crimes que envolvem Femicídio, Homicídio Doloso, Morte por Intervenção Policial, Latrocínio e Lesão corporal seguida de Morte.

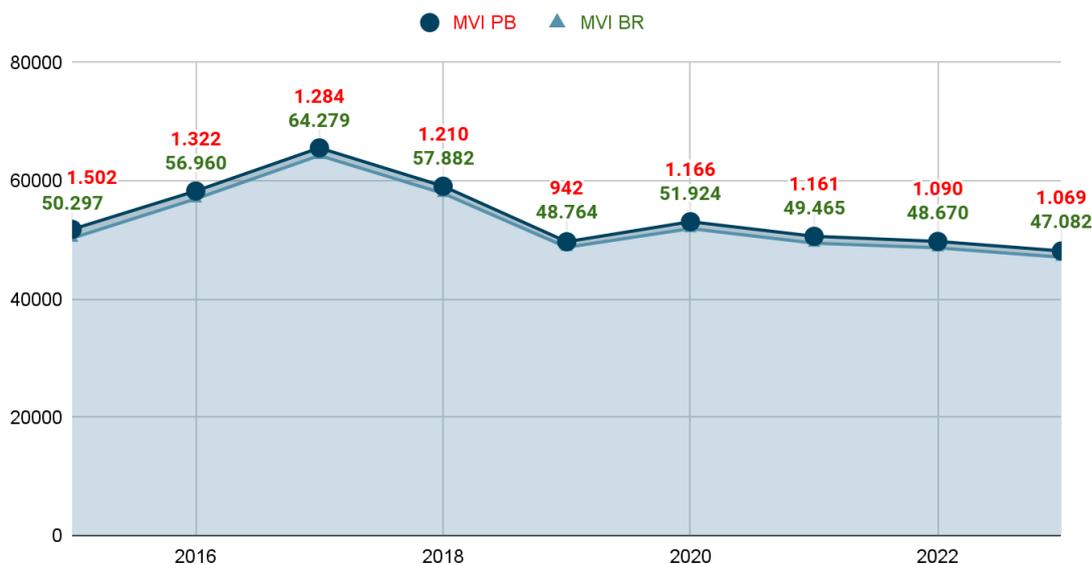
⁷¹ Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba, 2023 (<https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-seguranca-e-defesa-social/indicadores-criminais>)

⁷² Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba, 2023.

⁷³ Portal do Ministério da Justiça e Segurança Pública

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojYThmMDBkNTYtOGU0Zi00MjUxLWJiMzAtZjFIMmYzYTgwOTBliiwidCI6ImViMDkwNDIwLWQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>





Fonte: Anuário da Segurança Pública do Estado da Paraíba 2023 e Portal do Ministério da Justiça e Segurança Pública⁷⁴ (gráficos elaborados pelo ECD)

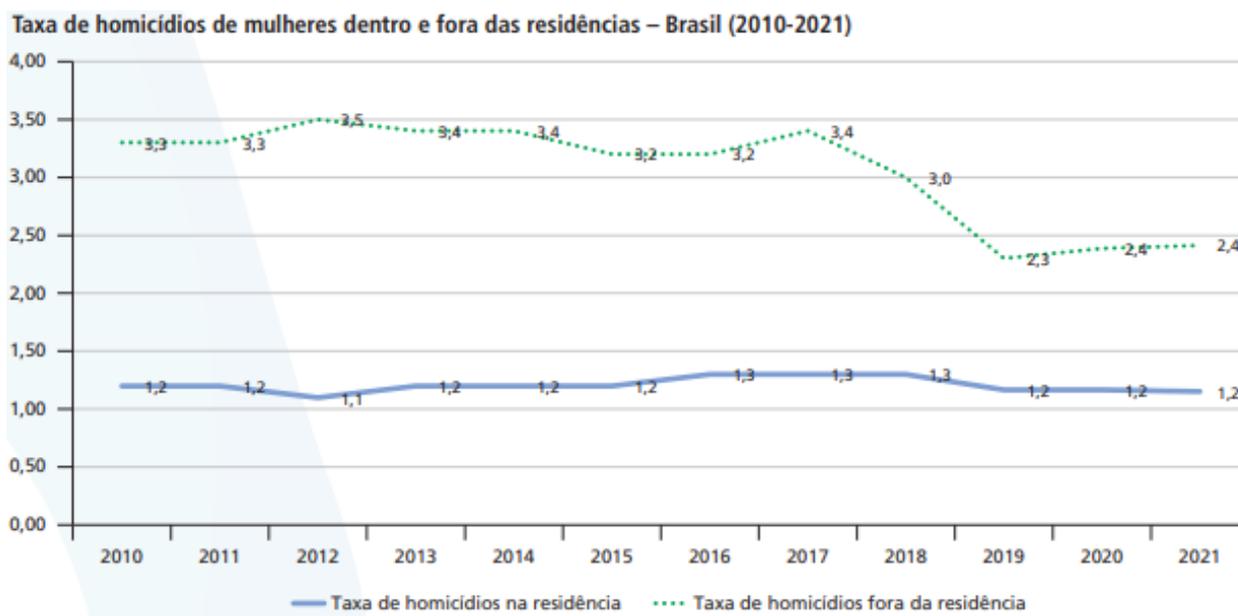
Outro fenômeno que merecerá uma atenção especial nesse trabalho é a **violência contra a mulher**, já que em 2023, no Fórum Brasileiro de Segurança Pública foi divulgado uma pesquisa sobre a vitimização de mulheres no Brasil, mostrando que quase 30% das brasileiras já foram vítimas de algum tipo de violência ou agressão durante o ano de 2022⁷⁵. De acordo com o Atlas da Violência 2023, há uma tendência de diminuição na taxa de feminicídio das mulheres no Brasil, assim como os homicídios gerais, mas é importante ressaltar que os homicídios dentro das suas próprias residências se mantiveram estáveis, não houve mudança.

⁷⁴<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojYTlmMDBkNTYtOGU0Zi00MjUxLWJiMzAtZjFIMmYzYTgwOTBliwidCI6ImViMDkwNDIwLTA0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>

⁷⁵ <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9350-223443riatlasdaviolencia2023-final.pdf>

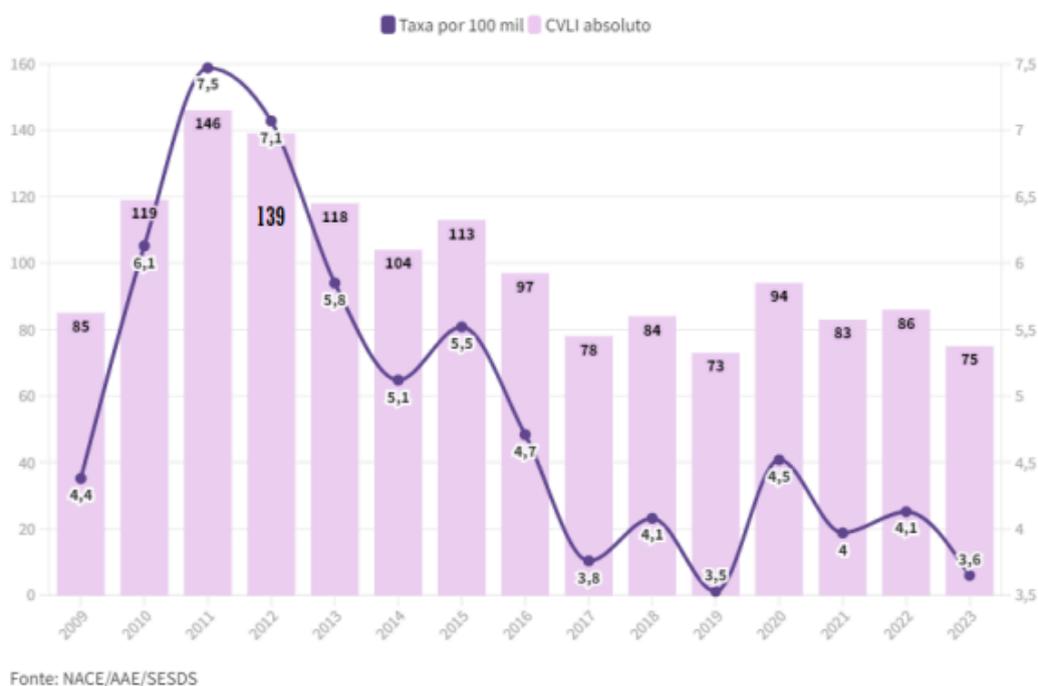


Gráfico 5.d - Taxa de homicídios de mulheres dentro e fora das residências



Fonte: Altas da Violência 2023

Gráfico 5.e - Série Histórica de CVLI de Mulher e Taxas por 100 mil hab. na Paraíba 2009-2023



Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2023

O **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023** (liberado em julho/2023 - até a publicação deste estudo não tinha sido liberada a nova edição) mostrou a relação das 50 cidades brasileiras





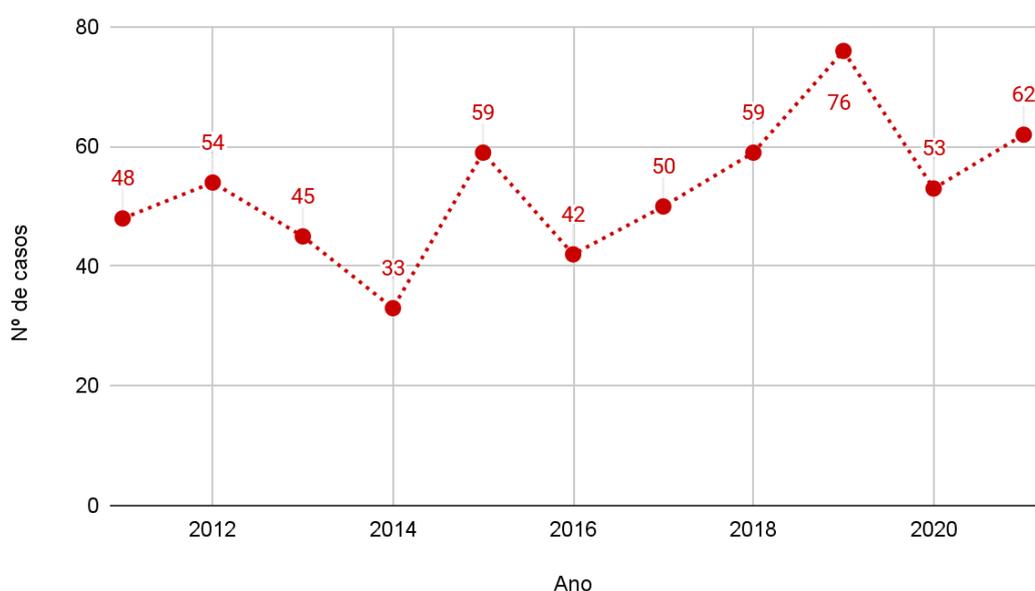
mais violentas, na qual o estado da Paraíba possui 2 participantes, em **20º lugar se encontra Santa Rita** (região metropolitana da capital) e em **33º lugar se encontra Patos** (alto sertão).

De acordo com dados da Fiocruz⁷⁶, o número de **suicídios de jovens**, cresce continuamente no Brasil, numa taxa de 6% ao ano entre os anos de 2011 e 2022. Sendo maior do que aquela vista na população em geral, no qual a taxa foi de 3,7% ao ano. O maior número de notificações é visto na população indígena, trazendo uma problemática maior devido uma parte destes estarem localizados em áreas de difícil acesso.

De acordo com o **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IpeaData)**⁷⁷, o número de **suicídios em jovens de 15 a 29 anos na Paraíba entre 2011 a 2021**, aumento de 29,1% de 2011 a 2021, com teve um aumento considerável no ano de 2019. São Paulo e Minas Gerais apresentam o maior número de casos no país em 2021 (último ano registrado no Ipea).

O número de suicídio na população geral da Paraíba foi de 253 casos em 2021, 317 casos em 2022 e 362 casos em 2023, no qual observa-se um aumento constante dos casos, de acordo com o Portal do Ministério da Justiça e Segurança Pública⁷⁸.

Gráfico 5.f - Número de suicídios em jovens de 15 a 29 anos na Paraíba



Fonte: IpeaData (gráfico elaborado pelo ECD)

Dados do **Mapa da Segurança Pública de 2024**⁷⁹, ano base 2023, mostra aumento nos casos de suicídio no Estado, assim como as regiões Sudeste e Nordeste registraram o maior número de casos em todo o país. Mais de 70% das vítimas de suicídio em todo o país são pessoas

⁷⁶ <https://portal.fiocruz.br/noticia/2024/02/estudo-aponta-que-taxas-de-suicidio-e-autolesoes-aumentam-no-brasil>

⁷⁷ <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>

⁷⁸ <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYTThmMDBkNTYtOGU0Zi00MjUxLWJiMzAtZjFIMmYzYTgwOTBliiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>

⁷⁹ <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/estatistica/dados-nacionais-1/mapa-da-seguranca-publica-2024>





do sexo masculino. Os Estados que apresentaram maior percentual de suicídios em pessoas do sexo feminino foram, Distrito Federal (27,57%), Rio de Janeiro (27,36%) e **Paraíba (26,52%)**. **Importante mencionar que o número de casos de suicídios aumentam continuamente ano após ano.** É importante levar em consideração a comparação entre latrocínios, homicídios dolosos e suicídios em 2023 para efeito de planejamento e execução de políticas públicas, em particular as relacionadas à saúde mental. Na Paraíba a taxa de homicídios continua sendo maior do que a de suicídios, mas em estados como Santa Catarina, São Paulo e Distrito Federal esses dados se invertem.

Tabela 5.a - Contabilização do suicídio, latrocínio e homicídios dolosos nas unidades da federação, em **2023**

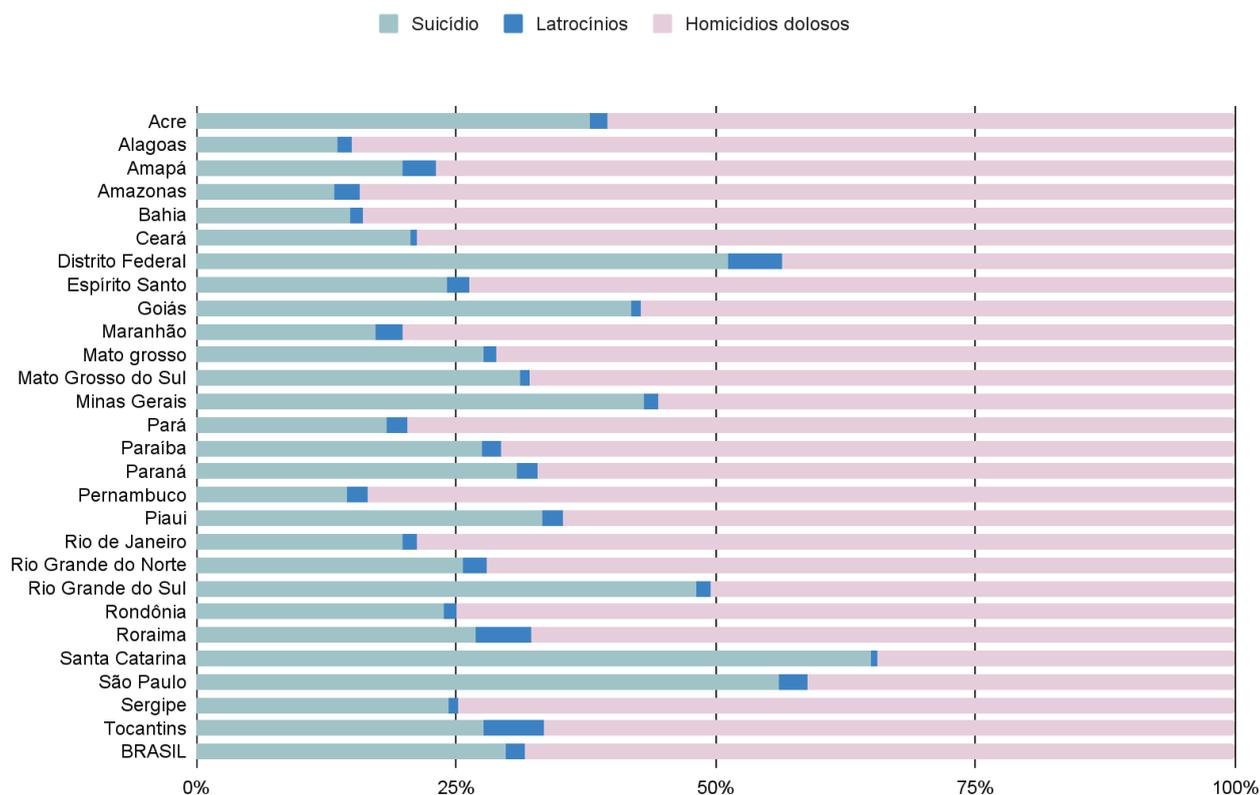
| <i>Unidades da Federação</i> | <i>Suicídio</i> | <i>Latrocínios</i> | <i>Homicídios dolosos</i> |
|------------------------------|-----------------|--------------------|---------------------------|
| <i>Acre</i> | 113 | 5 | 180 |
| <i>Alagoas</i> | 176 | 17 | 1.096 |
| <i>Amapá</i> | 78 | 13 | 303 |
| <i>Amazonas</i> | 197 | 36 | 1.253 |
| <i>Bahia</i> | 830 | 69 | 4.618 |
| <i>Ceará</i> | 757 | 24 | 2.893 |
| <i>Distrito Federal</i> | 272 | 28 | 232 |
| <i>Espírito Santo</i> | 308 | 27 | 938 |
| <i>Goiás</i> | 726 | 15 | 993 |
| <i>Maranhão</i> | 368 | 57 | 1.717 |
| <i>Mato grosso</i> | 340 | 15 | 873 |
| <i>Mato Grosso do Sul</i> | 189 | 6 | 412 |
| <i>Minas Gerais</i> | 2.064 | 63 | 2.657 |
| <i>Pará</i> | 561 | 64 | 2.445 |
| <i>Paraíba</i> | 362 | 25 | 933 |
| <i>Paraná</i> | 808 | 51 | 1.756 |
| <i>Pernambuco</i> | 580 | 81 | 3.332 |
| <i>Piauí</i> | 334 | 20 | 650 |
| <i>Rio de Janeiro</i> | 899 | 65 | 3.576 |
| <i>Rio Grande do Norte</i> | 286 | 26 | 805 |
| <i>Rio Grande do Sul</i> | 1.588 | 42 | 1.654 |
| <i>Rondônia</i> | 133 | 7 | 418 |
| <i>Roraima</i> | 56 | 11 | 141 |
| <i>Santa Catarina</i> | 972 | 10 | 516 |
| <i>São Paulo</i> | 3.148 | 167 | 2.507 |
| <i>Sergipe</i> | 141 | 5 | 433 |
| <i>Tocantins</i> | 143 | 30 | 344 |
| <i>BRASIL</i> | 16.406 | 969 | 37.675 |

Fonte: Plataforma Ministério da Justiça e Segurança Pública

(<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiYThmMDBkNTYtOGU0Zi00MjUxLWJiMzAtZjFIMmYzYTgwOTBliwidCl6lmViMDkwNDIwLWU0NGMtNDNmNy05MwYyLTRiOGRhNmJmZThIMSJ9>) (tabela elaborada pelo ECD)



Gráfico 5.g - Relação entre homicídios, latrocínios e homicídios dolosos, em 2023



Fonte: Plataforma Ministério da Justiça e Segurança Pública

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiYThmMDBkNTYtOGU0Zi00MjUxLWJiMzAtZjFIMmYzYTgwOTBlliwidCl16ImViMDkwNDlwLW00NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9> (gráfico elaborado pelo ECD)

5.1. Polícia Militar

A Lei Complementar Estadual n.º 87, de 02 de dezembro de 2008, estabeleceu um efetivo para a corporação da Polícia Militar de 17.935 militares estaduais. Entretanto, diz respeito a um contexto o qual parece não se coaduna com o atual, especialmente, em razão da evolução tecnológica, das novas formas de organização institucionais e das próprias mudanças sócio comportamentais, além das crescentes exigências da sociedade por melhoria na prestação dos serviços públicos. **Por isso, parece oportuno, a recomendação, para se fazer um estudo de reavaliação de um novo “quantum ótimo do efetivo”, inclusive, em termos de formação profissional desejada.** Até porque há um avanço importante em termos de implementação de tecnologias de vigilância e controle, através do uso intensivo e estratégico de TCI - Tecnologias de Comunicação e Informação, as quais demandam pessoal e qualificação especial para esses fins. A distribuição ora vigente está demonstrada na tabela a seguir:



**Tabela 5.1.a - Efetivo da Polícia Militar - 2019 a 2023**

| Descrição | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|-------------------------------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| <i>Efetivo lotado em Unidades Operacionais</i> | 7.900 | 7.671 | 7.616 | 7.212 | 7.382 |
| <i>Efetivo lotado em Unidades Administrativas/Operacional (1)</i> | 810 | 800 | 800 | 849 | 677 |
| <i>Efetivo lotado em Unidades Administrativas (2)</i> | 248 | 248 | 248 | 245 | 221 |
| <i>Efetivos à Disposição (3)</i> | 351 | 351 | 351 | 532 | 543 |
| TOTAL | 9.203 | 9.070 | 9.015 | 8.838 | 8.823 |

Fonte: PCA 2020, Doc. TC n.º 39271/21, TC n.º 39039/22, TC n.º 53405/23 e DGP (dados PM 2023) - (tabela elaborada pelo ECD)

- (1) O efetivo lotado em Unidades Administrativas/Operacional é o efetivo lotado em unidade administrativa, mas também empregado constantemente em atividades operacionais;
 (2) O efetivo meramente administrativo é o efetivo da Diretoria de Saúde (DSAS);
 (3) Efetivo à disposição é aquele disponibilizado de acordo com previsão legal.

A tabela acima mostra o efetivo ativo da PMPB nos anos de 2019 a 2023, no qual houve uma diminuição da quantidade existente entre 2022 e 2023, de 8.838 para 8.823, respectivamente. Por outro lado, é importante observar que essa relação Policial/Habitantes não pode ser considerada por si só, um indicativo para se analisar a eficácia, eficiência e efetividade de um *Sistema de Segurança Pública*. Além disso, não se identificou, nas pesquisas realizadas, nenhum indicador para essa relação que fosse considerada consistente e aplicável a todos os Estados. Há algumas indicações de uma relação 1/250 (1 policial para cada 250 habitantes). Esse parâmetro foi um estudo feito pela ONU sobre sistemas existentes em muitos países⁸⁰, mas que não consiste em um número ótimo a ser buscado, vide **tabela 5.1.b**.

Tabela 5.1.b - Quantidade de Policiais por Habitantes - 2013 a 2023

| Ano | Quantidade de Policiais | Estimativa da População | Quantidade de Habitantes por Policial |
|------|-------------------------|-------------------------|---------------------------------------|
| 2013 | 9.263 | 3.914.421 | 423 |
| 2014 | 8.974 | 3.943.885 | 439 |
| 2015 | 9.096 | 3.972.202 | 437 |
| 2016 | 9.183 | 3.999.415 | 436 |
| 2017 | 8.790 | 4.025.558 | 458 |
| 2018 | 8.944 | 3.996.496 | 447 |
| 2019 | 9.203 | 4.018.027 | 437 |
| 2020 | 9.070 | 4.039.277 | 445 |
| 2021 | 9.015 | 4.059.905 | 450 |
| 2022 | 8.838 | 3.974.687 | 449 |
| 2023 | 8.823 | 3.974.687* | 450 |

Fonte: Processo TC n.º 05622/19, IBGE e Doc. TC n.º 65897/2, Doc Tc n.º 39271/21 e Doc Tc n.º 39039/22, Doc Tc n.º 53045/23 e informações de 2023 cedidas pelo DGP (Departamento-Geral do Pessoal) - (tabela elaborada pelo ECD). *Obs.:* *estimado.

⁸⁰<http://abordagempolicial.com/2013/11/a-onu-nunca-recomendou-quantidade-de-policiais-por-habitantes/>

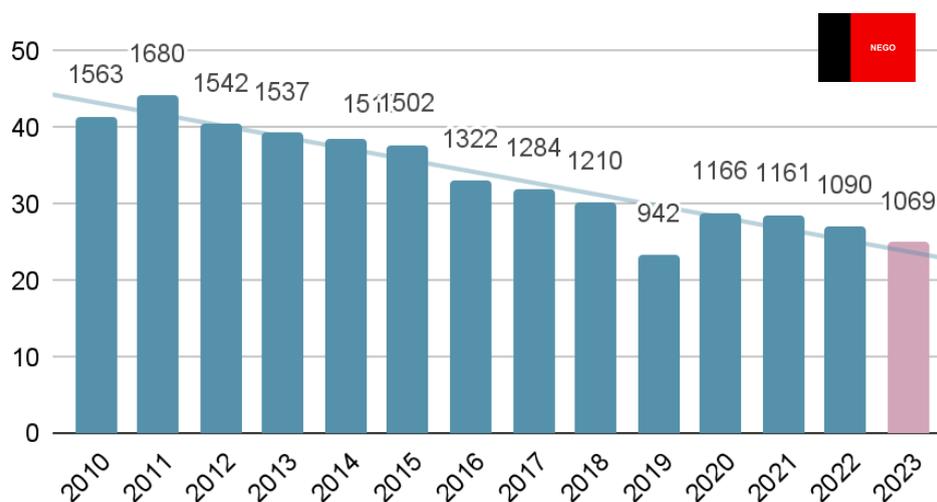




5.2. Crimes contra a Pessoa

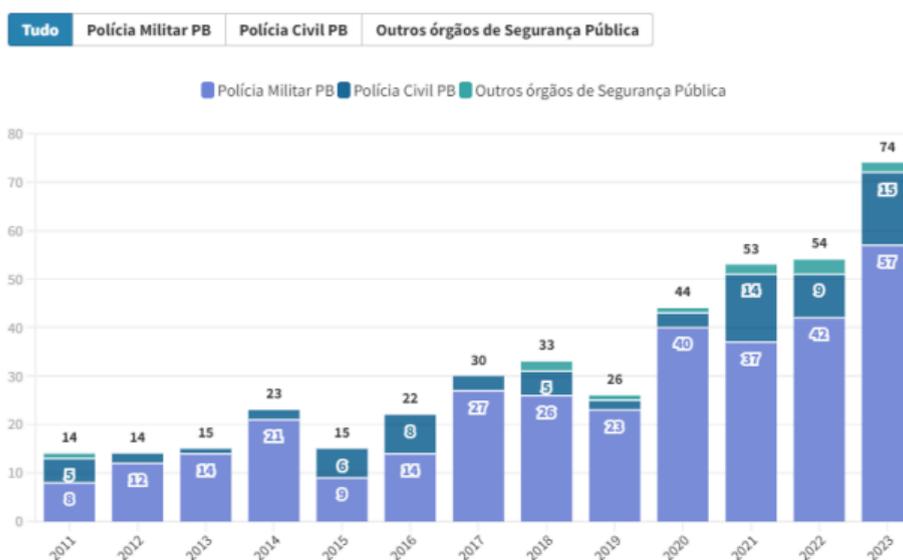
No ano de 2023, a Paraíba registrou **1069 vítimas de Mortes Violentas e Intencionais (MVI)**, contabilizando **74 de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) decorrentes de Confronto Policial e 995 de CVLI absoluto**. Esse indicador estatístico que agrega os homicídios dolosos e demais crimes intencionais que resultam em morte teve uma redução em relação ao ano de 2022, que foi de **1090** vítimas. Mas é importante frisar que houve um aumento de 27,02% das mortes, de **54 óbitos**, em 2022, contra **74** em 2023.

Gráfico 5.2.a - Série Histórica da MVI na Paraíba 2010 a 2023



Fonte: Anuário da Segurança Pública 2023 (gráfico elaborado pelo ECD)

Gráfico 5.2.b - CVLI decorrente de confrontos policiais na Paraíba



Fonte: NACE/AAE/SES/DS

Fonte: Anuário da Segurança Pública 2023





Ao comparar as ocorrências registradas em todo o Estado, em 2023, com os números do exercício imediatamente anterior, verifica-se que houve: redução na quantidade de Homicídios Dolosos, nas tentativas de homicídio doloso, assim como do MVI - Mortes Violentas Letais e Intencionais (Feminicídio, Homicídio Doloso, Morte por Intervenção Policial, Latrocínio, Lesão Corporal Seguida de Morte e Morte a esclarecer), na ordem de (4,11%), (2,63%) e (1,93%), respectivamente, vide **Tabela 5.2.a**

Tabela 5.2.a - Crimes contra a Pessoa - 2018 a 2023

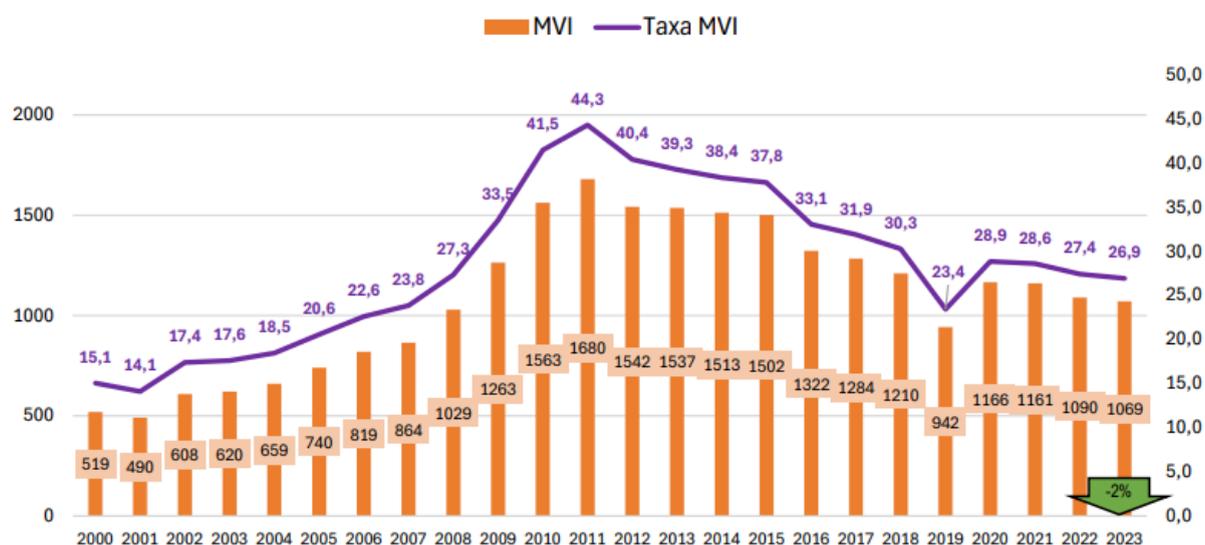
| Crimes Contra a Pessoa | Ocorrências no Estado | | | | | | Var. 2023/2022 |
|-----------------------------------------------------------------------------|-----------------------|------|-------|-------|-------|-------|----------------|
| | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | |
| Homicídio doloso | 1.099 | 845 | 1.050 | 1.042 | 973 | 933 | 4,11% |
| Tentativa de Homicídio doloso | 1.140 | 805 | 931 | 848 | 722 | 703 | 2,63% |
| MVI (Homicídios dolosos + Latrocínios + Confronto Policial + Outros) | 1.207 | 942 | 1.166 | 1.153 | 1.090 | 1.069 | 1,93% |

Fonte: Plataforma Ministério da Justiça e Segurança Pública

(<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiYTThmMDBkNTYtOGU0Zi00MjUxLWJiMzAtZjFIMmYzYTgwOTBlliwiidCl6lmViMDkwNDlwLW00NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>) e Prestação de Contas do Governo do Estado 2022 (<https://tce.pb.gov.br/>)

Com relação à **Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes**, que na Paraíba em 2022, foi de **27,4**, **reduziu para 26,9** em 2023, vide gráfico a seguir:

Gráfico 5.2.c - Taxa de homicídios na Paraíba por 100 mil habitantes de 2000 a 2023

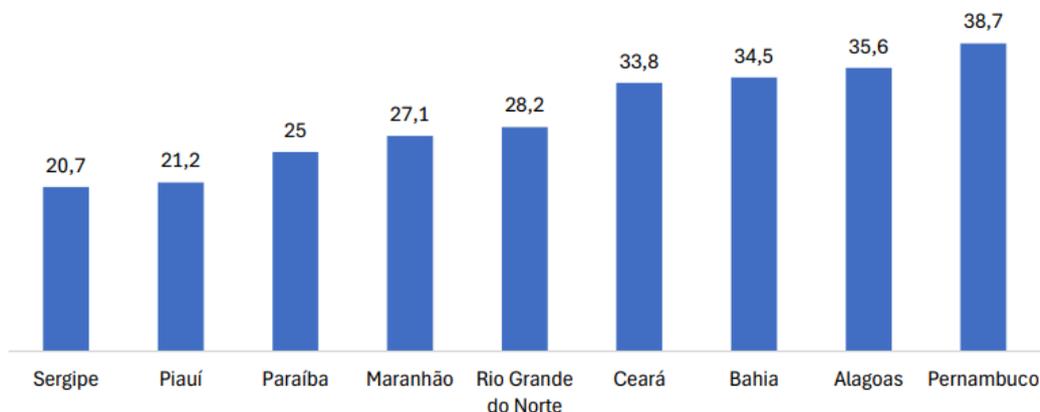


Fonte: Anuário de Segurança Pública 2023



No entanto, **no comparativo regional**, em 2023, a Paraíba se encontrou na 7ª posição, com taxas comparativas ao Maranhão e se sobrepondo ao Sergipe e Piauí, vide **gráfico 5.2.d**. Já **no comparativo nacional**, a taxa da Paraíba em 2023 é a **15ª** posição no ranking de estados mais violentos, **de acordo com o Monitor da Violência G1 (acesso 12.04.2024)**.

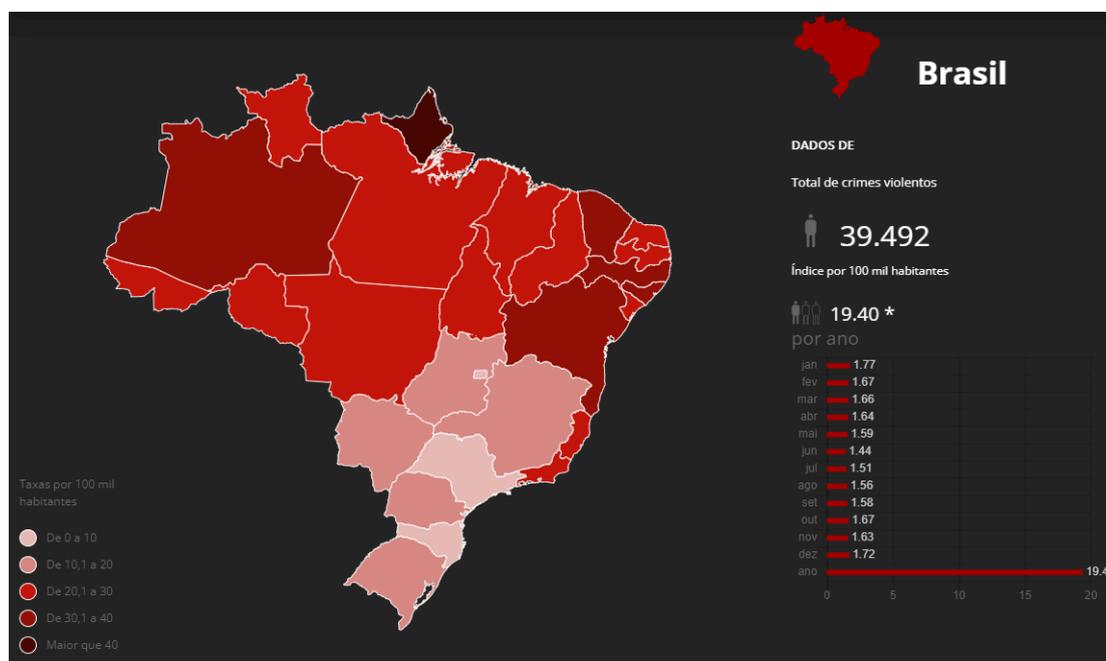
Gráfico 5.2.d - Comparativo de Taxas de CVLI nos Estados do Nordeste em 2023



Fonte: Anuário da Segurança Pública 2023

De acordo com o Monitor da Violência G1 - <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/> (acesso em 02.04.2024), a taxa de assassinatos no Brasil no último ano caiu 4% , mas ainda se encontra elevado, com mais de 39.000 mortes só em 2023.

Figura 5.2.a - Infográfico Monitor da Violência 2023



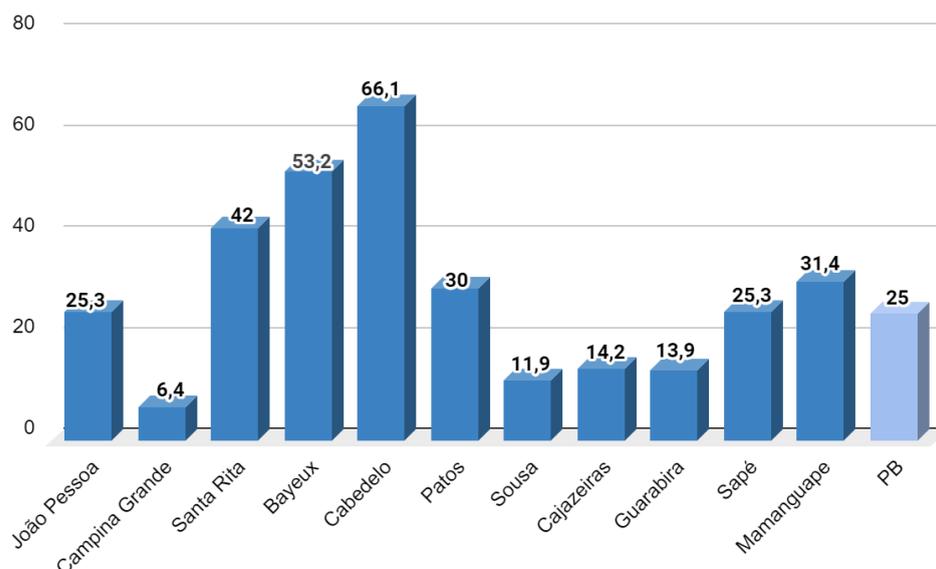
Fonte: Monitor da Violência G1 (acesso em 10.06.2024)

Obs.: este número diverge do Painel do Ministério da Justiça e Segurança Pública



Importante atentar as taxas de CVLI por 100 mil habitantes de alguns municípios paraibanos, como João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita, Bayeux, Cabedelo, Guarabira, Patos, Cajazeiras, Sapé, Mamanguape e Sousa; algumas delas apresentam taxa maior do que a média do estado (a taxa é **25**), enquanto Cabedelo segue em disparado com uma taxa de **66,1**; vide **gráfico 5.2.c**.

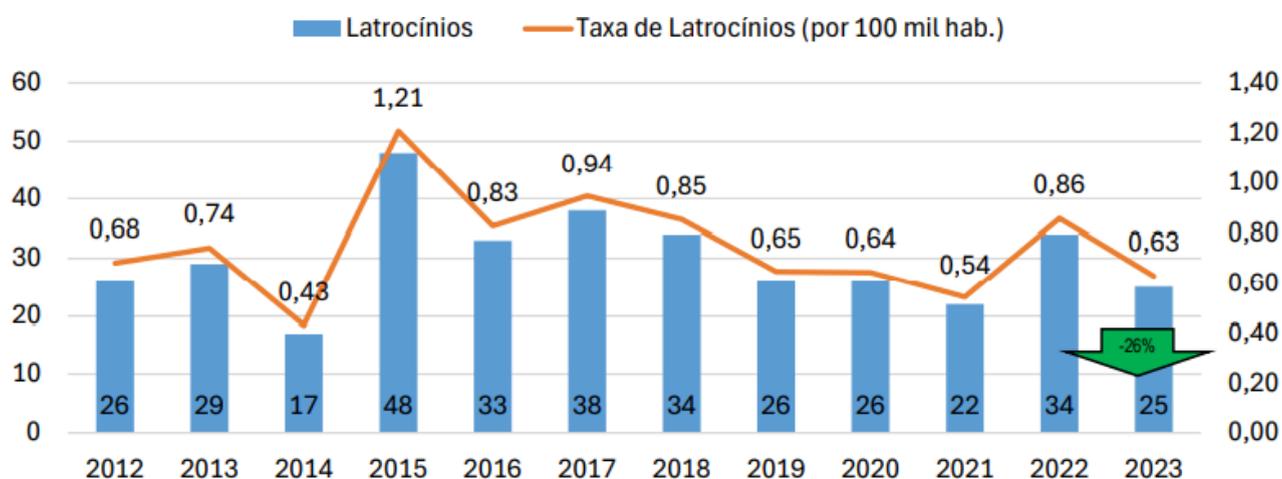
Gráfico 5.2.e - Taxa de CVLI por 100 mil habitantes de municípios paraibanos em 2023



Fonte: Anuário da Segurança Pública 2023 (gráfico elaborado pelo ECD)

Em relação aos latrocínios, que é um tipo de violência no qual há tentativa de roubo seguida de crimes violentos que resultam em morte da vítima, na **Paraíba houve uma diminuição de 26% de 2022 para 2023, numa totalidade de 25 casos no ano de 2023**. Vide gráfico 5.2.f.

Gráfico 5.2.f - Série Histórica Anual e Taxa de latrocínios na Paraíba, nos anos de 2012 a 2023



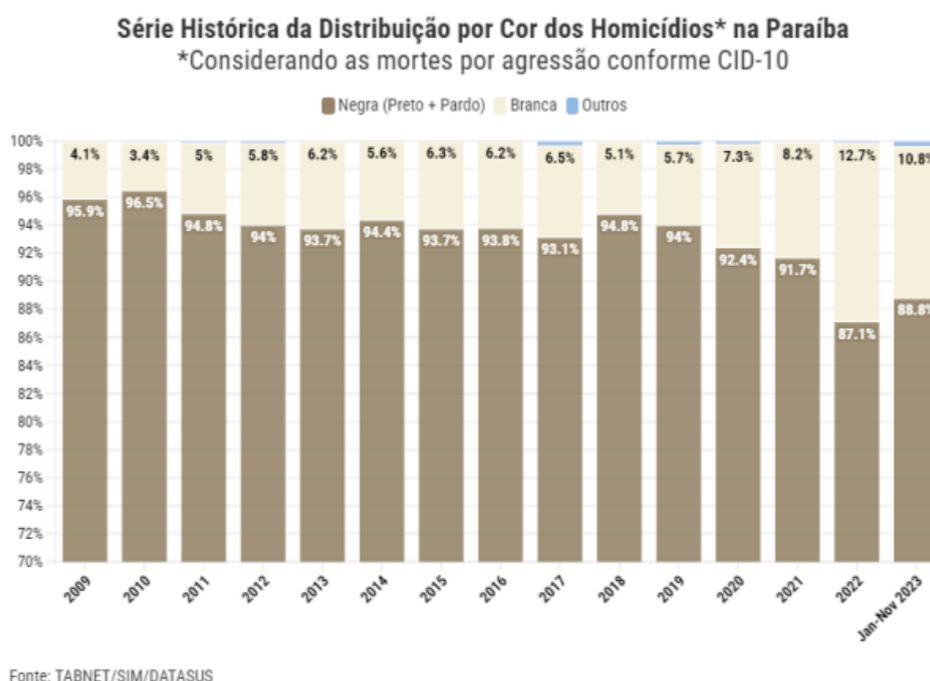
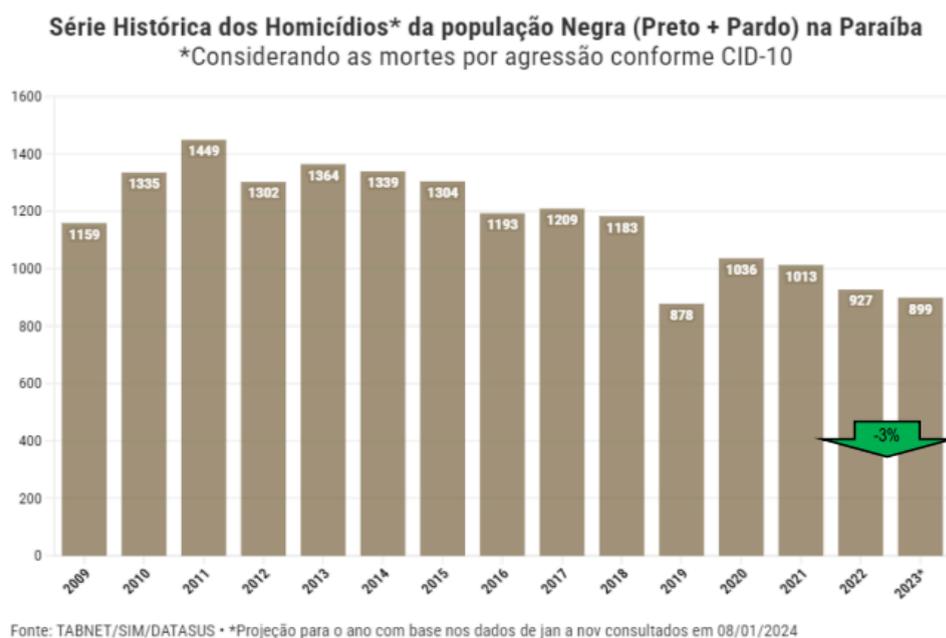
Fonte: Anuário de Segurança Pública 2023





Outra questão que merece destaque e preocupação é que **88,8% dos Homicídios, em 2023, na Paraíba as vítimas são Pretos e Pardos**, anteriormente a porcentagem era de **87,1%** (dados obtidos até novembro de 2023); um indício importante de “racismo estrutural” em nossa região, que precisa ser combatido com políticas públicas, nas suas mais diversas esferas e transversalidades, vide **gráfico 5.2.g**.

Gráfico 5.2.g - Série Histórica de Distribuição por Cor dos Homicídios na Paraíba em 2023



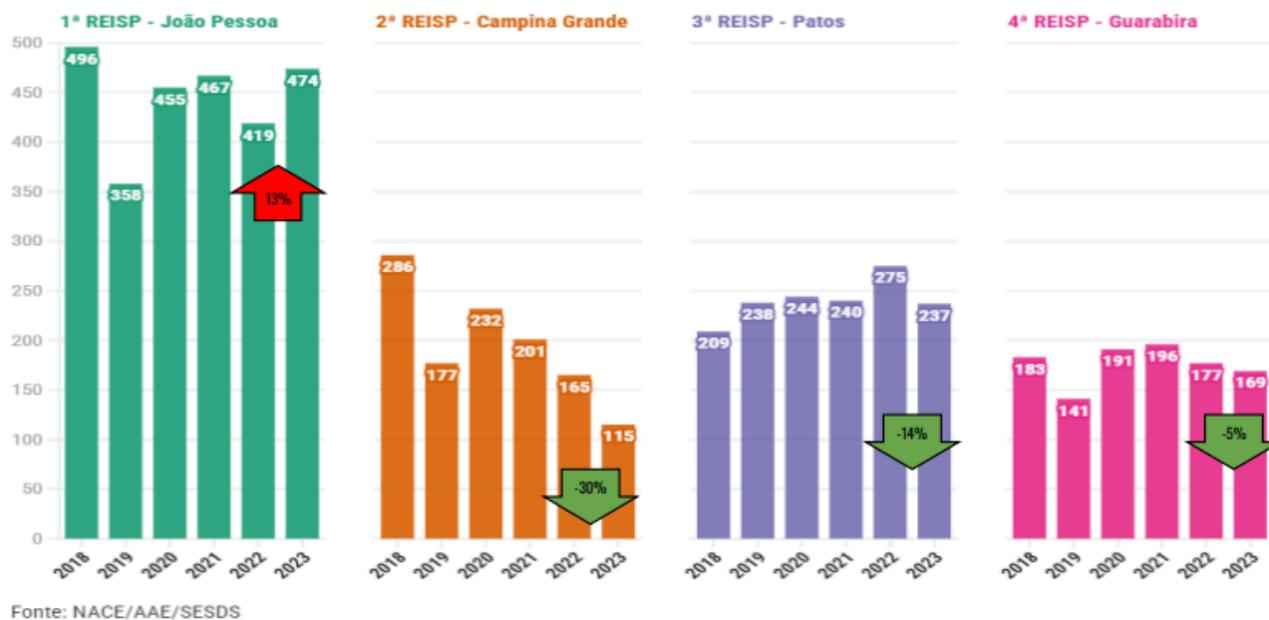
Fonte: Anuário da Segurança Pública 2023





Um dado recente que merece atenção, foi liberado pelo Anuário de Segurança Pública da Paraíba de 2023 que foi o comparativo do CVLI dentre as REISP (Região Integrada de Segurança Pública), entre 2018 e 2023, como demonstrado no quadro abaixo, o que indica houve aumento no último ano, somente, na 1ª REISP - João Pessoa.

Gráfico 5.2.h - Comparativo Anual de CVLI por REISP



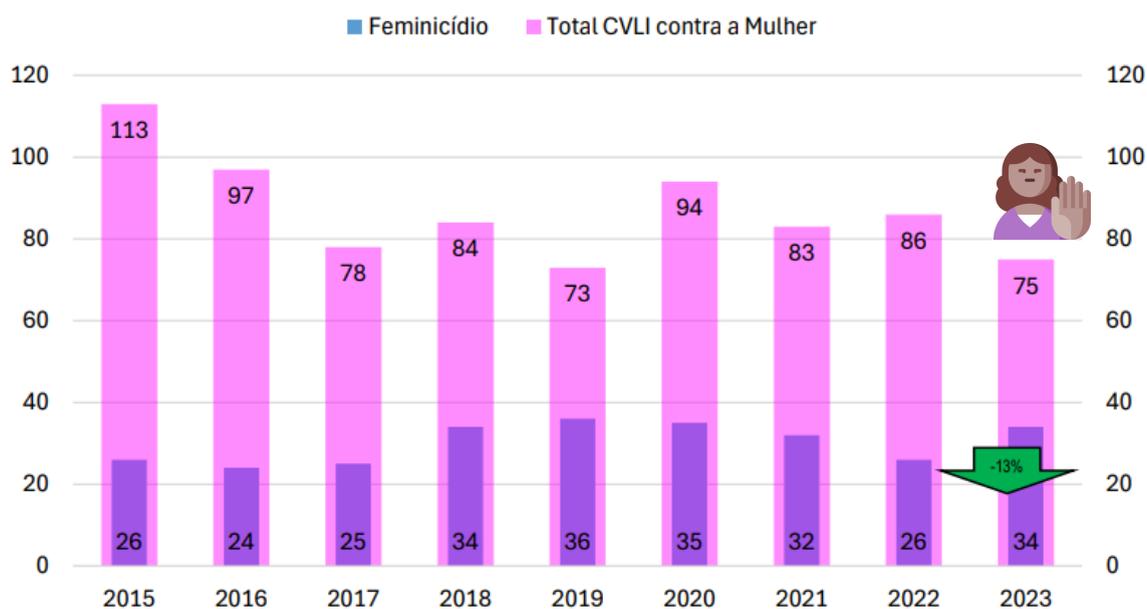
Fonte: Anuário de Segurança Pública 2023

5.3. Violência contra a Mulher

Quanto à "Violência contra a mulher", percebe-se o **acréscimo de 30,7%** nos **Feminicídios**, em 2023, em relação ao ano anterior. **Na Paraíba, foram 34 casos de feminicídios em 2023 e em 2022 foram 26 casos, enquanto o total de CVLI contra a mulher** (os quais incluem homicídios dolosos, feminicídios, lesão corporal seguida de morte e roubo seguido de morte) **foram 75 em 2023 e 86 em 2022**. No tipo CVLI contra a população do gênero feminino houve também uma **diminuição de aproximadamente 13%**, vide **gráfico 5.3.a**. O percentual de **elucidação** dos CVLI de mulheres na Paraíba em 2023, até outubro do mesmo ano, **foi de 79%**.



Gráfico 5.3.a - Série Histórica de CVLI de Mulher 2015-2023

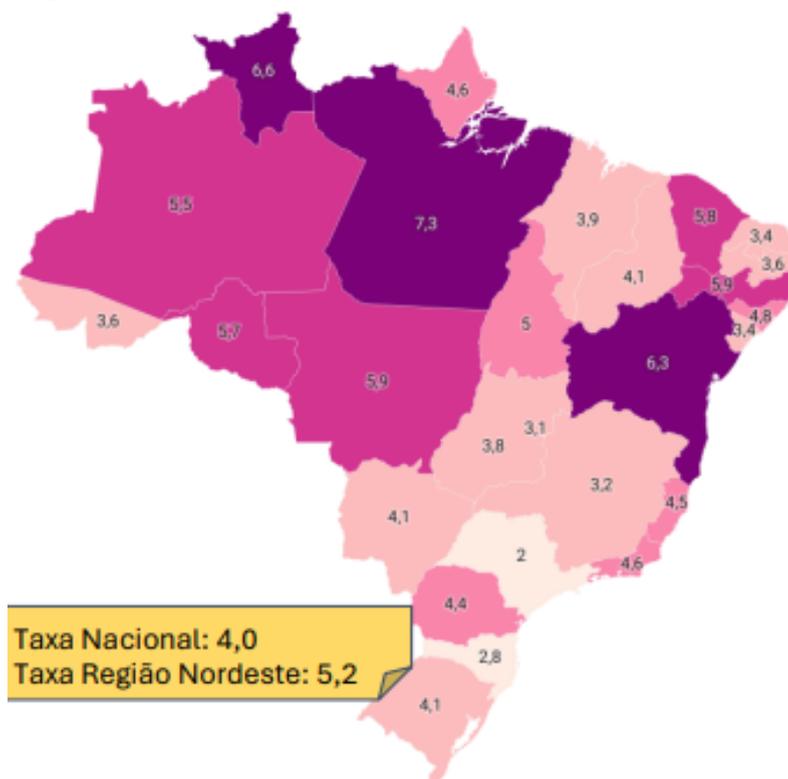


Fonte: Anuário de Segurança Pública 2023.

Figura 5.3.a - Taxas de CVLI nas unidades da federação (2023)

Comparativo de Taxas de CVLI de Mulheres por Unidades Federativas no Brasil em 2023

por grupo de 100 mil mulheres



Fonte: Anuário de Segurança Pública 2023



Outro dado importante foi o aumento exacerbado das **medidas protetivas** que passou de **4.573** em **2022** para **7.814 em 2023**, de acordo com informações cedidas pela Secretaria de Segurança Pública (3.517 em 2020 e 4.170 em 2021), incluindo delegacias físicas e online, um **aumento de 58,5%**. É importante observar que o estímulo, através de políticas de comunicação institucional e estrutural adequada e ágil para receber denúncias e solicitações de proteção para essa tipologia criminal, é fundamental para diminuição dos **feminicídios**⁸¹.

Tabela 5.3.a - Taxa de feminicídios PB e BR - 2019 a 2023

| Tipo | Taxa de feminicídios por 100 mil mulheres | | | | |
|----------------|-------------------------------------------|------|------|------|------|
| Ano | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
| Brasil | 1,24 | 1,26 | 1,22 | 1,38 | 1,35 |
| Paraíba | 1,7 | 1,7 | 1,4 | 1,26 | 1,7 |

Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2023 (tabela elaborada pelo ECD)

Importante atentar que para nos casos de estupro, há estudos que mostram “que, por motivos diversos, 92,5% das vítimas deixam de reportar o ocorrido aos órgãos policiais responsáveis por investigar o crime⁸²”, por isso a necessidade de se evoluir em políticas públicas para estimular a notificação real do crime e o seu devido combate, inclusive, percebendo-se a transversalidade do tema com as demais áreas do Governo, a exemplo do **Projeto SOS Mulher**, citado neste trabalho.

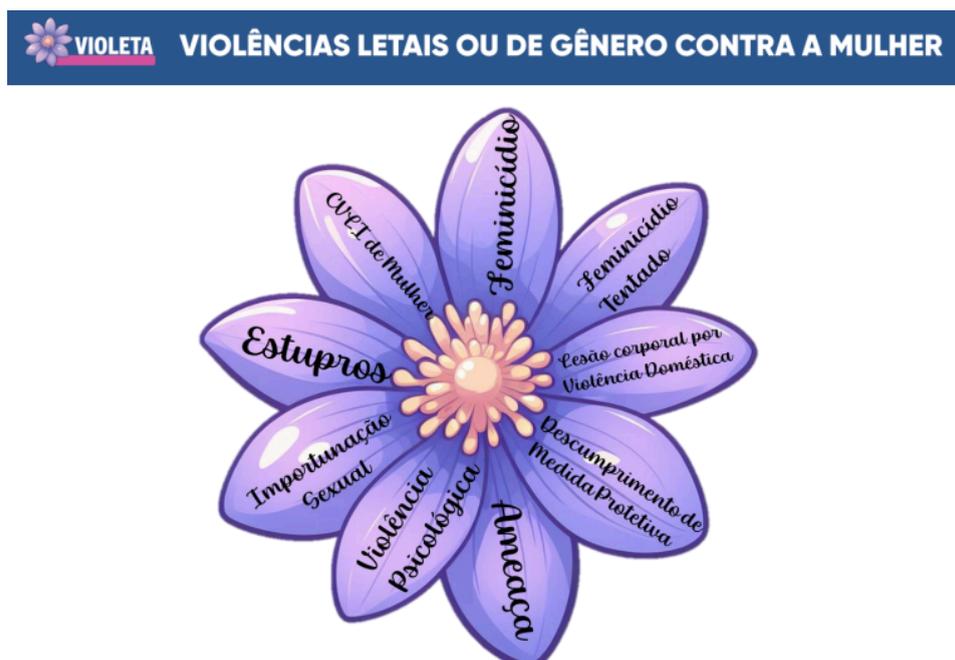
O **anuário de Segurança Pública do ano de 2023 do Estado da Paraíba** trouxe o Indicador Violeta que tem o objetivo de “trazer visibilidade para o problema da vitimização feminina de maneira ampla e enfrentar fenômenos criminais diversos que possuem causas comuns”. Os benefícios deste programa é dar o melhor direcionamento da Patrulha Maria da Penha, Mulher Protegida e demais ações da Coordenação de Delegacias Especializadas no atendimento à Mulher – COORDEAM; oferecer um monitoramento amplo das violências, com avaliação das ações, subsidiar planejamentos e cumprimento de metas estabelecidas; integrar banco de dados e criação de um que possibilita averiguar dados dos violentadores (para fins preventivos); acompanhamento dos casos da Justiça Criminal, além do acompanhamento da revitimização.

⁸¹ <https://jus.com.br/artigos/80015/medidas-preventivas-ao-combate-do-feminicidio>

⁸² Fonte: https://stats4good.github.io/gesem/blog/2018/05/dados_oficias_e_subnotificacao/



Figura 5.3.b - Ilustração do demonstrativo do Indicador Violeta



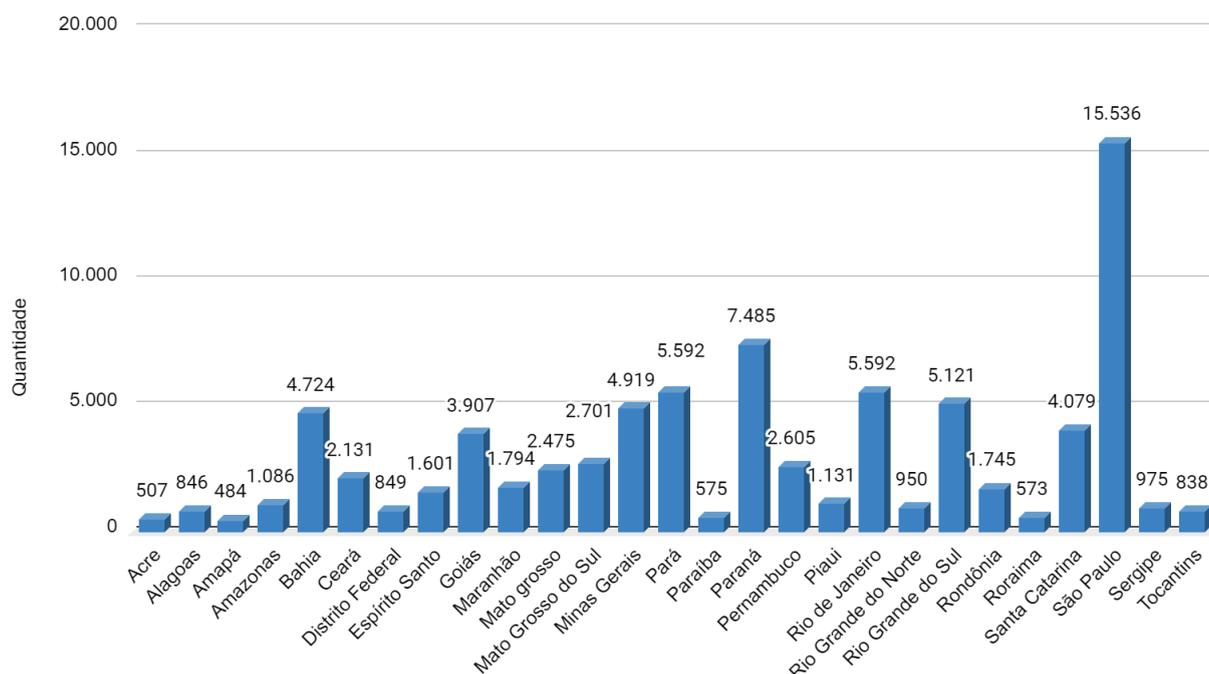
Fonte: Anuário de Segurança Pública 2023

No cenário nacional, observa-se que alguns estados registraram **taxas de feminicídio abaixo da média nacional, que foi de 1,35 em 2023**: Alagoas (1,2), Ceará (0,9), Maranhão (1,3), Amapá (0,8), Amazonas (1,2), Pará (1,3), Rio de Janeiro (1,2), São Paulo (1) e Paraná (1,3).⁸³

O **Mapa da Segurança Pública 2024**, dispôs dos dados relacionados aos casos de Estupro na Paraíba, entre **2022 e 2023**, o vide **gráfico 5.3.b e tabela 5.3.b**, e a partir deles foi então observado que o número de estupros em vítimas do sexo feminino aumentou de 2022 (455 casos) para 2023 (522 casos) na Paraíba, assim como a taxa geral do país (que era de 79.532 casos em 2022 e aumentou para 80.757 em 2023, visto que 87,14% das vítimas são do sexo feminino). Considerando portanto que os crimes sexuais vêm aumentando no estado e no país, é de extrema importância que haja políticas para o enfrentamento destes casos e que isto seja uma prioridade. Apesar deste aumento é importante frisar que a região Nordeste tem a menor taxa do país; 28,78 casos para 100 mil habitantes; e a Paraíba é o Estado que apresenta a menor taxa (14,47).

⁸³ Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2023

Gráfico 5.3.b – Quantidade de estupros no Brasil, por UF, em 2023



Fonte: Mapa da Segurança Pública 2024

(<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/estatistica/dados-nacionais-1/mapa-da-seguranca-publica-2024>)

Tabela 5.3.b – Quantidade e taxa de estupros, Região e UF's, em 2022 e 2023

| Brasil, Regiões e UF | 2022 | | | | 2023 | | | | Var. % 2022/2023 |
|------------------------|---------------|--------------|------------|---------------|---------------|--------------|------------|---------------|---------------------|
| | Fem. | Masc. | NI | Total | Fem. | Masc. | NI | Total | |
| Região Nordeste | 14.211 | 2.662 | 317 | 17.190 | 13.863 | 1.640 | 228 | 15.731 | -8,49% |
| Alagoas | 933 | 88 | 8 | 1.029 | 745 | 97 | 4 | 846 | -17,78% |
| Bahia | 4.034 | 448 | 32 | 4.514 | 4.173 | 482 | 69 | 4.724 | 4,65% |
| Ceará | 1.688 | 205 | 4 | 1.897 | 1.855 | 260 | 16 | 2.131 | 12,34% |
| Maranhão | 1.934 | 1.267 | 179 | 3.380 | 1.676 | 118 | 0 | 1.794 | -46,92% |
| Paraíba | 455 | 46 | 1 | 502 | 522 | 51 | 2 | 575 | 14,54% |
| Pernambuco | 2.465 | 266 | 33 | 2.764 | 2.265 | 300 | 40 | 2.605 | -5,75% |
| Piauí | 1.124 | 130 | 0 | 1.254 | 1.014 | 92 | 25 | 1.131 | -9,81% |
| Rio Grande do Norte | 811 | 103 | 8 | 922 | 796 | 129 | 25 | 950 | 3,04% |
| Sergipe | 767 | 109 | 52 | 928 | 817 | 111 | 47 | 975 | 5,06% |

Fonte: Mapa da Segurança Pública 2024

(<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/estatistica/dados-nacionais-1/mapa-da-seguranca-publica-2024>)

De acordo com o **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** gerado em março de 2023, com dados de 2009 a 2019 sobre o cenário nacional, apontam que 80% das vítimas de estupro são mulheres, com uma estimativa de **822 mil casos por ano**, sendo estes 8,5% chegam a polícia e 4,2% chegam ao sistema de saúde. **Um dado alarmante que merece atenção especial.**





Por fim, vale ressaltar que no cenário nacional, segundo pesquisa divulgada em 2023⁸⁴, mas relativo a eventos ocorridos ao longo do ano de 2022, houve aumento nas mais variadas formas de violência contra a mulher, vide **tabela 5.3.c**, ou seja, percebe-se uma persistência e até um agravamento (tendência ainda a ser confirmada nos anos seguintes) desse triste e inaceitável do fenômeno no nosso país.

Nas tabelas seguintes, verificou-se a tipificação de violências sofridas pelas mulheres e quais as medidas tomadas diante delas. É possível observar que o número de ofensas verbais, como insulto, humilhações e xingamentos, que podem ser caracterizadas como violência psicológica, é o mais alarmante, assim como o número de mulheres que não fazem nada ou não tomam providências diante das violências sofridas, em 2023 esse número correspondeu a 45% das mulheres vítimas. Dado importante sobre como a aceitação é condicionada e o silenciamento da vítima, além de estigmas como vergonha e manutenção de um lar, podem ser analisados.

Tabela 5.3.c - Vitimização nos últimos 12 meses - Série histórica 2017-2023

| | PESQUISA 2017 | PESQUISA 2019 | PESQUISA 2021 | PESQUISA 2023 |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| SOFREU ALGUM TIPO DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO | 28,6 | 27,4 | 24,4 | 28,9 |
| Insulto, humilhação ou xingamento (Ofensa verbal) | 22,2 | 21,8 | 18,6 | 23,1 |
| Ameaça de apanhar, empurrar ou chutar | 10,0 | 9,5 | 8,5 | 12,4 |
| Amedrontamento ou perseguição | 9,3 | 9,1 | 7,9 | 13,5 |
| Batida, empurrão ou chute | 8,9 | 9,0 | 6,3 | 11,6 |
| Ofensa sexual (algumas vezes as pessoas agarram, tocam ou agredem fisicamente e verbalmente outras pessoas por motivos sexuais) | 8,1 | 8,9 | 5,4 | 9,0 |
| Ameaça com faca ou arma de fogo | 4,3 | 3,9 | 3,1 | 5,1 |
| Lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado | 4,0 | 3,9 | 2,6 | 4,2 |
| Espancamento ou tentativa de estrangulamento | 3,4 | 3,6 | 2,4 | 5,4 |
| Tiro ou esfaqueamento | 1,9 | 1,7 | 1,5 | 1,6 |
| Outras respostas | 0,1 | 0,7 | 1,5 | 0,5 |

Fonte: Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil - 4ª edição - 2023 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)

⁸⁴ <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>





Tabela 5.3.d - Atitude em relação a agressão sofrida - série histórica 2017-2023

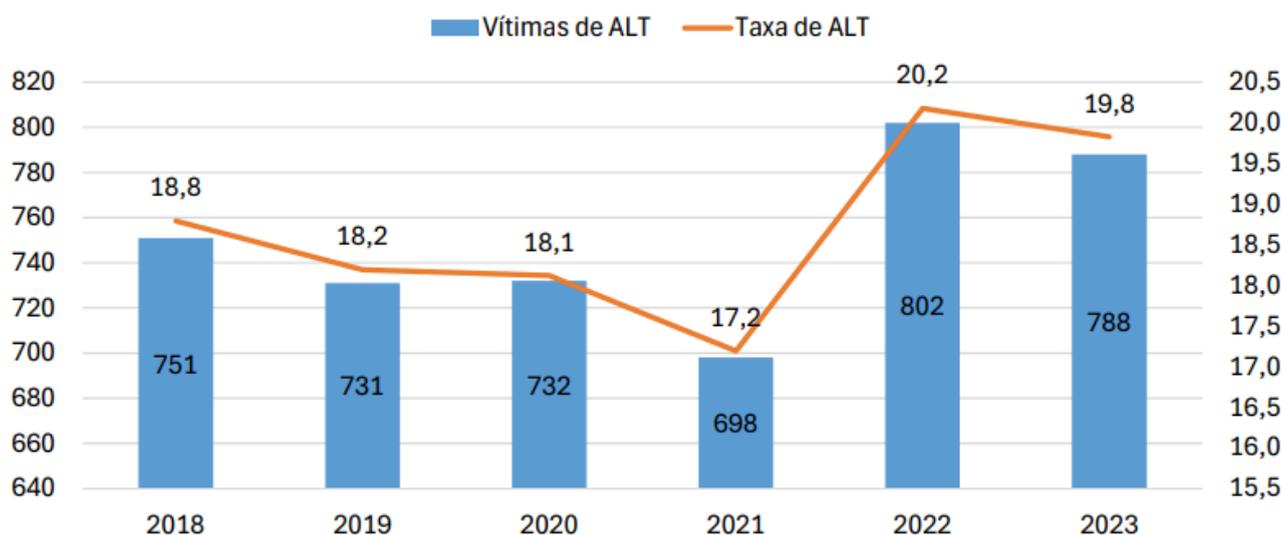
| | PESQUISA 2017 | PESQUISA 2019 | PESQUISA 2021 | PESQUISA 2023 |
|----------------------------------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Procurou ajuda da família | 13,0 | 15,0 | 21,6 | 17,3 |
| Procurou ajuda dos amigos | 12,0 | 10,0 | 12,8 | 15,6 |
| Denunciou em uma Delegacia da Mulher | 11,0 | 10,0 | 11,8 | 14,0 |
| Denunciou em uma delegacia comum | 10,0 | 8,0 | 7,5 | 8,5 |
| Procurou a Igreja | 5,0 | 8,0 | 8,2 | 3,0 |
| Ligou para a Polícia Militar no 190 | 3,0 | 5,0 | 7,1 | 4,8 |
| Ligou para a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) | 1,0 | 1,0 | 2,1 | 1,6 |
| Não fez nada | 52,0 | 52,0 | 44,9 | 45,0 |
| Denunciou à Polícia através de um registro eletrônico | | | 1,8 | 1,7 |
| Procurou uma associação ou entidade de proteção à Mulher (ONG) | | | 1,9 | 0,5 |

Fonte: Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil - 4ª edição - 2023 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)

5.4. Segurança Viária

De acordo com o **Anuário de Segurança Pública 2023**, quanto às vítimas de Acidentes Letais de Trânsito (ALT) **em 2023, foram 788 casos**, enquanto em 2022, foram **802 casos**. Interessante observar que os ALT atingem, em sua maior parte ocupantes de motocicletas jovens (160 casos) e adultos (292 casos), do sexo masculino.

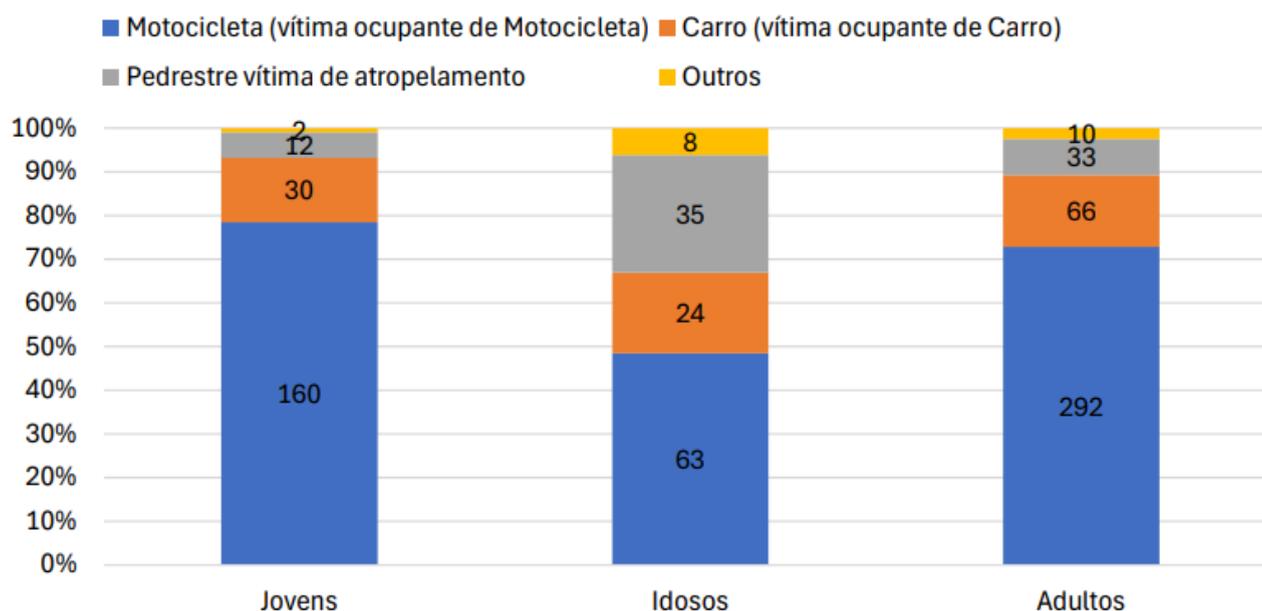
Gráfico 5.4.a - ALT na Paraíba.



Fonte: Anuário de Segurança Pública 2023



Gráfico 5.4.b - Série Anual de ALT na Paraíba



Fonte: Anuário de Segurança Pública 2023

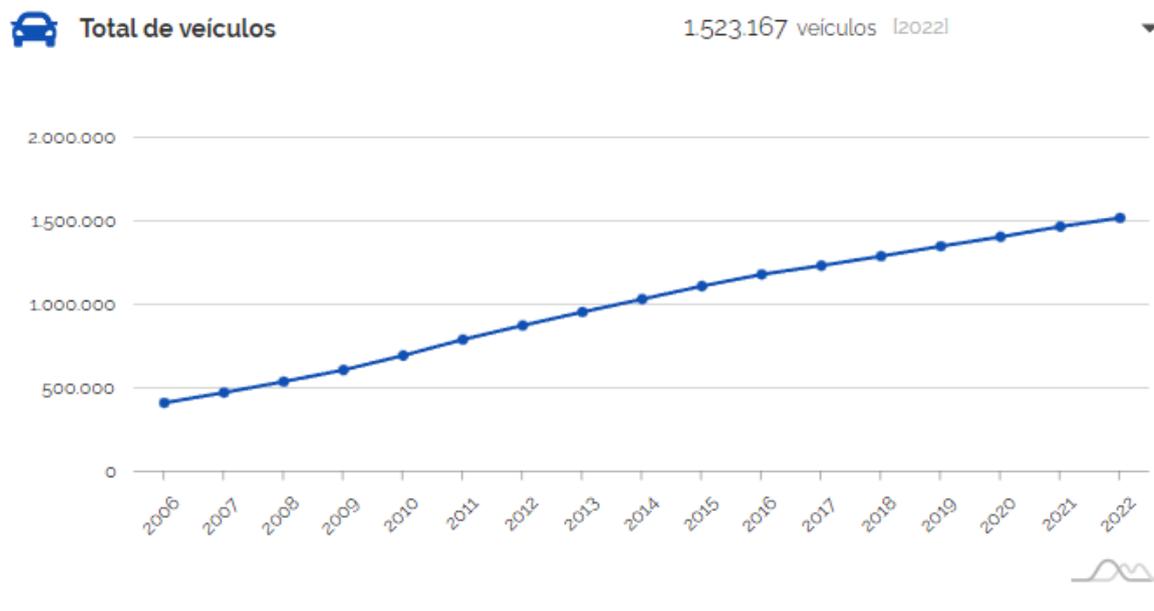
Além desse impacto sombrio (a própria tragédia do óbito), o *Fenômeno Acidentes de Trânsito* provoca inúmeras aposentadorias por invalidez, em idade precoce, e afastamentos por longos prazos do mercado de trabalho, ou seja, é um problema não só de ordem socioeconômica, mas também traz prejuízos expressivos para o *Sistema de Saúde*, inclusive na ocupação dos Unidades Hospitalares de Emergência e Trauma.

Uma situação que afeta diretamente a qualidade de vida da população e o custo da máquina pública. Isso tudo ratifica a importância e transversalidade do tema Acidente de Trânsito para as cidades e seus respectivos estados.

Há de se considerar, ainda, (situação também observada na PCA 2021) **a baixa taxa de municipalização do trânsito no Estado da Paraíba** (só 36 municípios dos 223 estão com o seu trânsito municipalizado). E essa é uma condição fundamental para melhorar esses indicadores, **desde que haja o devido apoio técnico e gerencial por parte do Governo do Estado, que viabilize a implantação pelos Municípios.**

Outro fator que impacta os indicadores de acidentes de trânsito na Paraíba é o crescimento da frota de veículos que continua em ascensão, vide **Gráfico 5.4.c.**

Gráfico 5.4.c - Crescimento da frota de veículos na Paraíba (2006-2022)



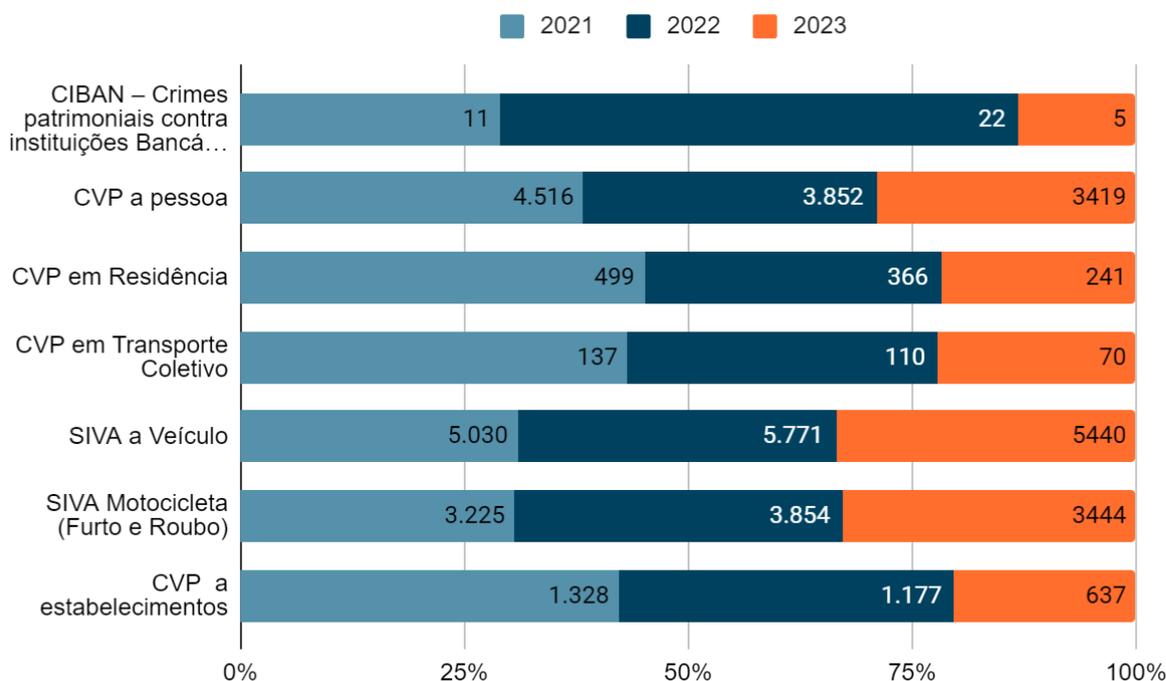
Fonte: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb.html>. Acesso em 21/05/2024

5.5. Crimes contra o Patrimônio

De acordo com o Anuário da Segurança Pública 2023 houve uma redução de 21% dos crimes violentos patrimoniais (CVP) no estado, **diminuindo de 5505 em 2022 para 4367 em 2023**, com destaque para as Tipologias *CVP em estabelecimentos*, com redução de 46%; CVP em residências, com redução de 34%.; CVP a pessoa em via pública, com redução de 11% e em transporte coletivo com redução de 36%; além disso há o ataque ao patrimônio automotivo, que se denominam Subtrações Ilegais de Veículos Automotivos (SIVA) *que considera o roubo e furto de veículos*, com *diminuição de 5,7% no ano de 2023 em relação a 2022*. Ainda em relação aos CVP em instituições bancárias, denominados Crimes Patrimoniais contra Instituições Bancárias (CIBAN), houve também uma diminuição de 77%, partindo de 22 casos em 2022 para 5 casos em 2023.



Gráfico 5.5.a - CVP - Crimes Violentos Patrimoniais 2021 a 2023



Fonte: Anuário de Segurança Pública 2023 (gráfico elaborado pelo ECD)

Houve aumento considerável da SIVA, relacionados a furtos de motocicletas e automóveis, de 8% (1154 em 2022 para 1242 em 2023) e 60% (332 em 2022 e 530 em 2023), respectivamente. Concomitantemente a este aumento de furtos, houve aumento das recuperações de veículos ilegalmente subtraídos, de 3745 em 2022 para 3973 em 2023.

Tabela 5.5.a - Crimes contra o Patrimônio - 2015 a 2023

| Crimes Contra o Patrimônio | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | var. 2023/2022 |
|-----------------------------------------|-------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|-------|----------------|
| CVP a pessoa | 6.193 | 6.715 | 6.034 | 4.674 | 3.465 | 3.973 | 4.536 | 3.852 | 3.419 | 12,66% |
| CVP em Residência | 375 | 390 | 586 | 545 | 480 | 444 | 499 | 366 | 241 | 34,15% |
| CVP Trans. Coletivo | - | - | - | - | 238 | 93 | 137 | 110 | 70 | 36,36% |
| SIVA a Automóvel (Furto e Roubo) | 580 | 771 | 1.101 | 1.383 | 1.086 | 1.286 | 1.775 | 1.881 | 1.958 | 4,09% |
| SIVA Motocicleta (Furto e Roubo) | 2.347 | 2.160 | 2.051 | 2.276 | 1.757 | 2.197 | 2.385 | 3.854 | 3.444 | 10,63% |
| CIBAN | 12 | 30 | 12 | 15 | 15 | 16 | 11 | 22 | 5 | 77,27% |
| Total | 9.507 | 10.066 | 9.784 | 8.893 | 7.041 | 8.009 | 9.343 | 10.085 | 9.137 | 9,4% |

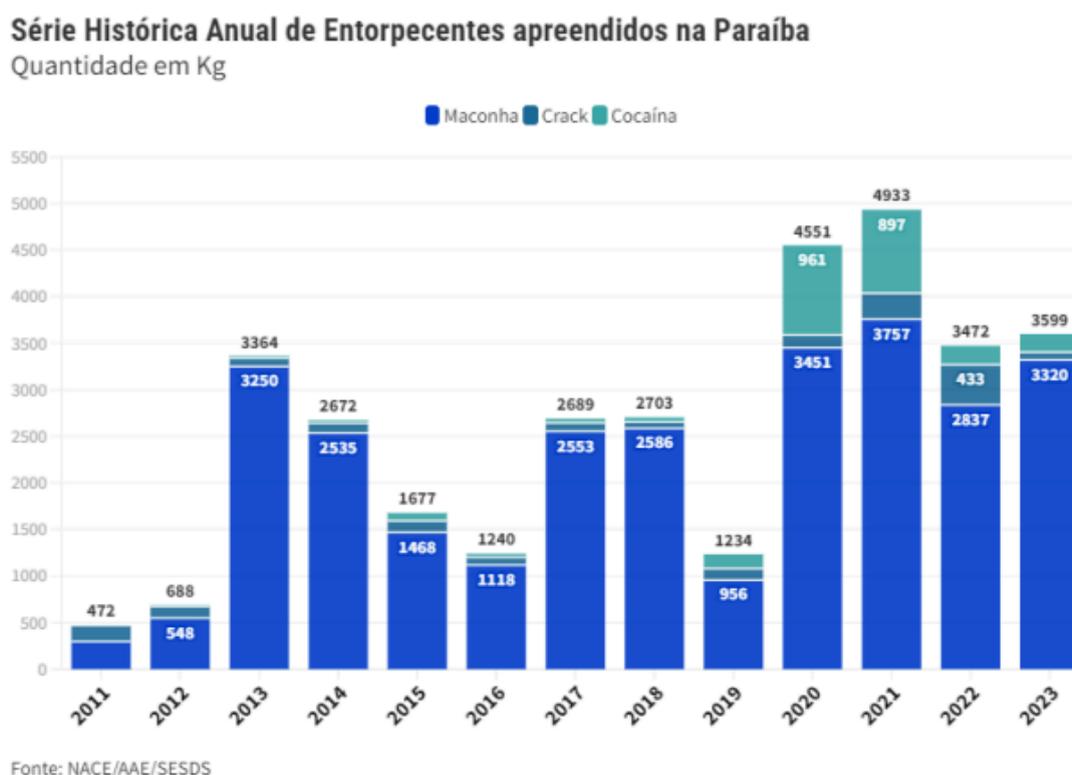
Fonte: Anuário de Segurança Pública 2023 (tabela elaborada pelo ECD)



5.6. Apreensão de entorpecentes

Ao comparar as ocorrências registradas entre 2023 e 2022, é possível observar um aumento discreto na apreensão anual total de entorpecentes na Paraíba, com aumento de 13,43% na apreensão de maconha e diminuição na apreensão de crack, vide **Figura 5.6.a**.

Figura 5.6.a - Quantidade de Droga Apreendida (2011-2023)



Fonte: Anuário de Segurança Pública 2023.

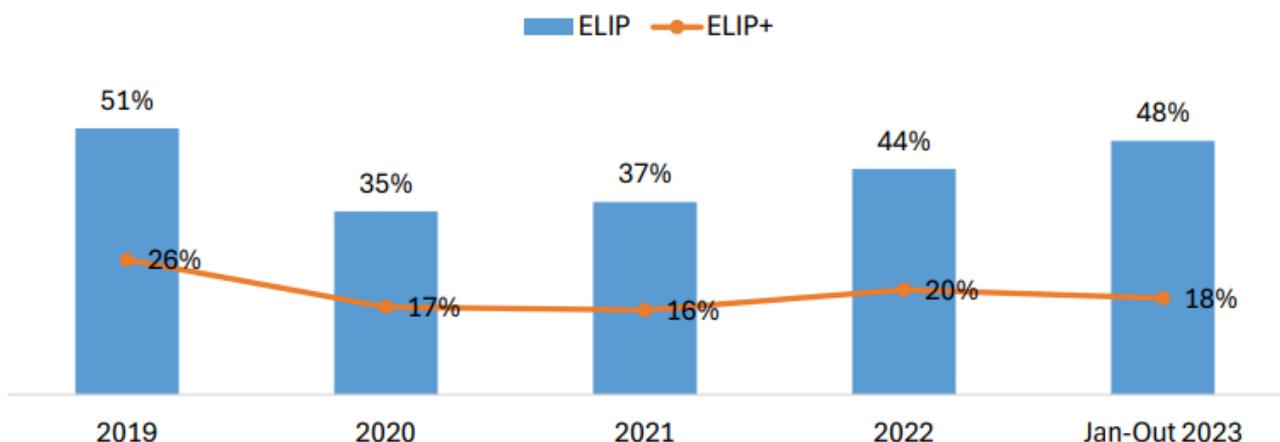
5.7. Elucidação e Tipos de Prisão

Quanto aos índices de resolutividade relacionados, **Elucidação de Inquéritos Policiais (ELIP)** e **Elucidação de Inquéritos Policiais com Prisão do Autor (ELIP+)**, a instituição atingiu os patamares de **48%** e **18%**, respectivamente, de jan-out de 2023 (últimos dados liberados no Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2023) vide **Gráfico 5.7.b**, em comparativo com o ano de 202 que foram **44%** e **20%**, respectivamente.





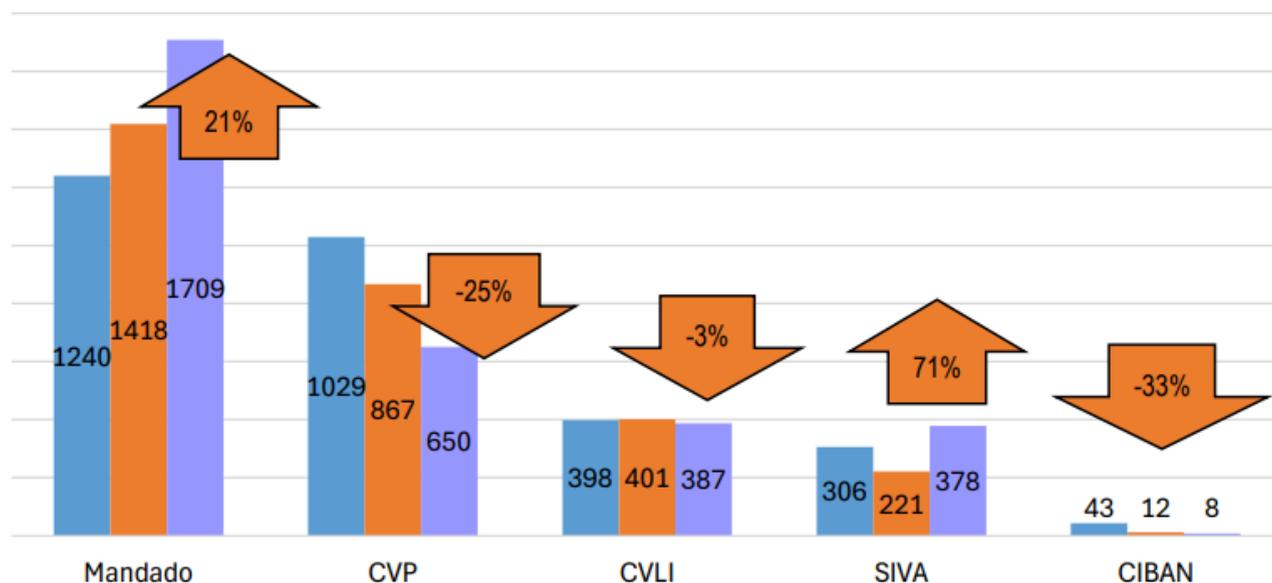
Gráfico 5.7.a - Elucidação de Inquéritos Policiais - ELIP e Elucidação de Inquéritos Policiais, com Prisão do Autor - ELIP+ (2019 a out.2023)



Fonte: Anuário de Segurança Pública 2023

Quanto aos **tipos de prisão**, vide **Gráfico 5.7.c**, houve aumento de Prisões de Interesse Estratégico (PIE) em 7% entre os anos de 2022 e 2023. Em relação ao comparativo anual das categorias de PIE, o gráfico abaixo demonstra as especificidades.

Gráfico 5.7.b - Comparativo anual de categorias de PIE na Paraíba



Fonte: Anuário de Segurança Pública 2023





5.8. Sistema Penitenciário

A SEAP (Secretaria de Estado de Administração Penitenciária), denominada pela Lei Estadual n.º 9.332, de 25 de janeiro de 2011, que alterou dispositivos da Lei Estadual n.º 8.186, de 16 de março de 2007, tem as seguintes finalidades e competências:

- a) Coordenar a política estadual de assuntos penitenciários;
- b) Coordenar a guarda e a ressocialização dos apenados;
- c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento de penas privativas de liberdade e de prestação de serviços à comunidade, este último desde que credenciado pelo Poder Judiciário;
- d) Emitir pareceres sobre livramento condicional, indulto e comutação de pena;
- e) Gerenciar a aplicação dos recursos de Fundos vinculados às atividades da SEAP.

O quadro de pessoal da SEAP pode ser visualizado na tabela a seguir, a partir da qual é possível verificar um **aumento de 7,95%** no quadro de Servidores Sistema Prisional, no ano de 2023, em relação a 2022.

Tabela 5.8.a - Quantitativo de Servidores Sistema Prisional - 2019 a 2023

| Categoria | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | Variação 22/23 |
|------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|----------------|
| Comissionados | 58 | 61 | 59 | 55 | 59 | 7,27% |
| Efetivo e Comissionado | 176 | 174 | 172 | - | 176 | - |
| Efetivo Ativo | 1.913 | 1.883 | 1.873 | 1.854 | 1.828 | -1,4% |
| Requisitado | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 100% |
| Prestador apoio | 113 | 113 | 115 | 115 | 122 | 6,08% |
| Total | 2.261 | 2.232 | 2.219 | 2.025 | 2.186 | 7,95% |

Fonte: Doc Tc nº 39039/22 e Processo nº 01952/24

No sistema penitenciário do Estado da Paraíba, como se depreende do **Gráfico 5.8.a**, ainda predomina a superlotação da população carcerária. Em 2023, o Sistema Penitenciário na Paraíba tinha capacidade de **8.701 vagas e 2.205 para monitoramento eletrônico**.⁸⁵

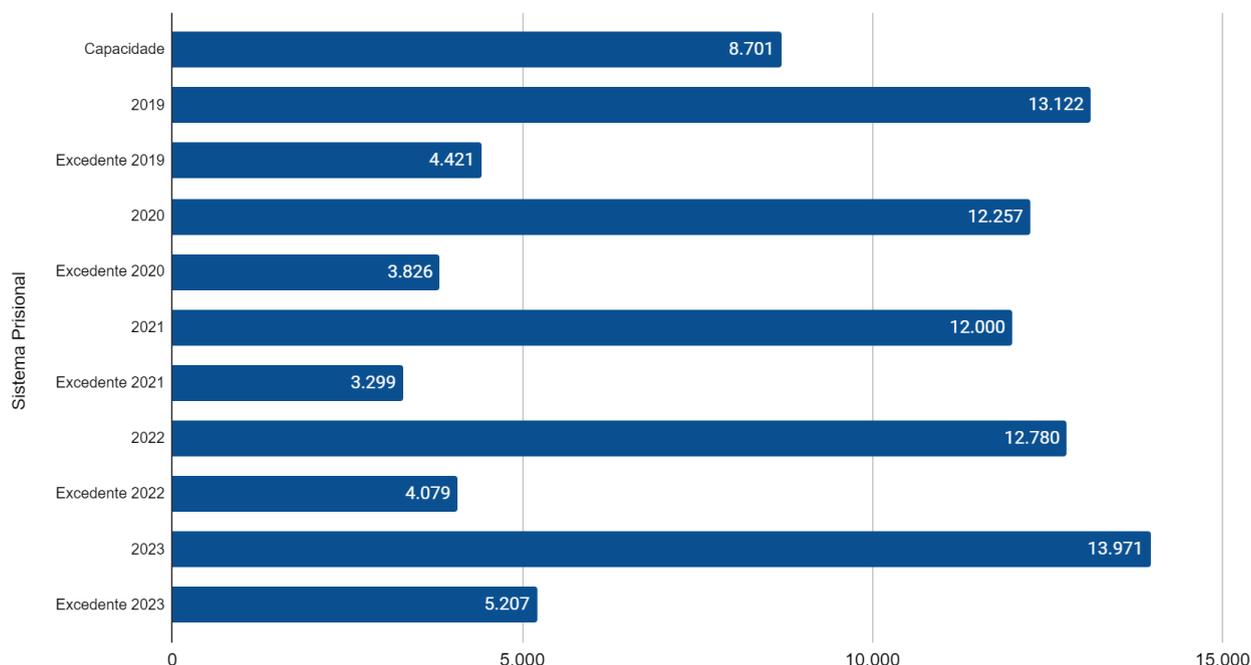
⁸⁵ Site SENAPPEN (Secretaria Nacional de Políticas Penais): <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoizDNkYmE2MwQ0OGNhMi00YTZlThhODAtMDViNThiZmRlZmQwliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MwYyLTRiOGRhNmJmZThiMSJ9>





Gráfico 5.8.a - Quantitativo da população carcerária e excedente 2019 a 2023

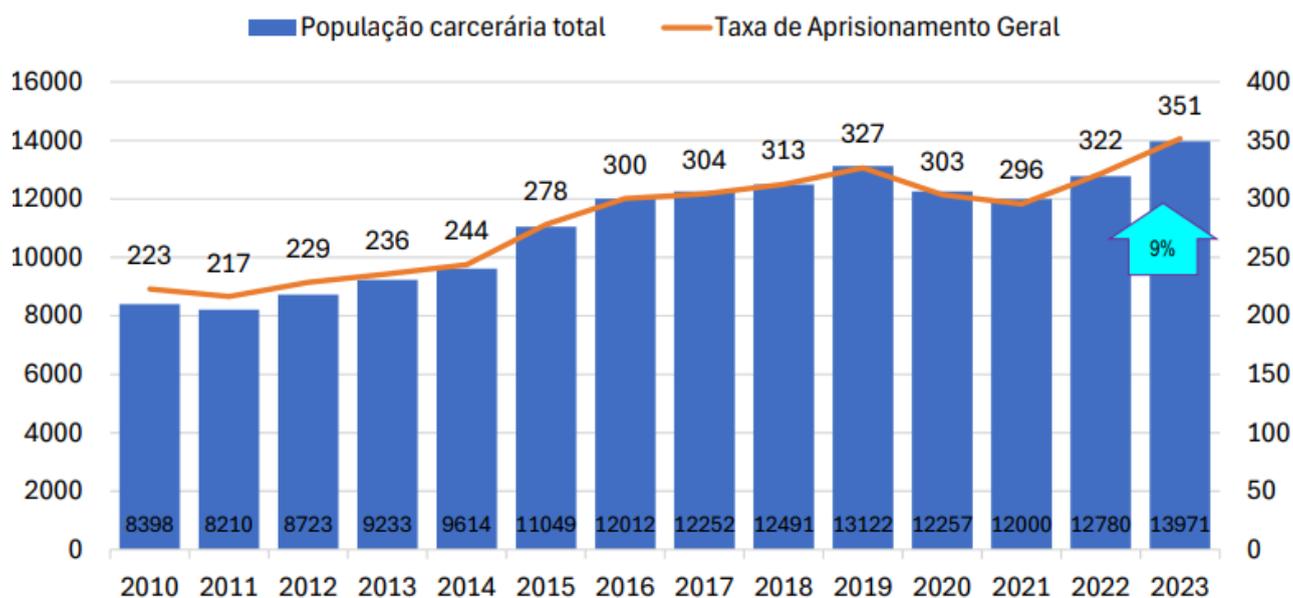
Sistema prisional 2019 a 2023



Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2023 e SENAPPEN (Secretaria Nacional de Políticas Penais)

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDNkYmE2MWQ0t0GNhMi00YTZlThhODAtMDViNThiZmRlZmQwliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9> (gráfico elaborado pelo ECD)

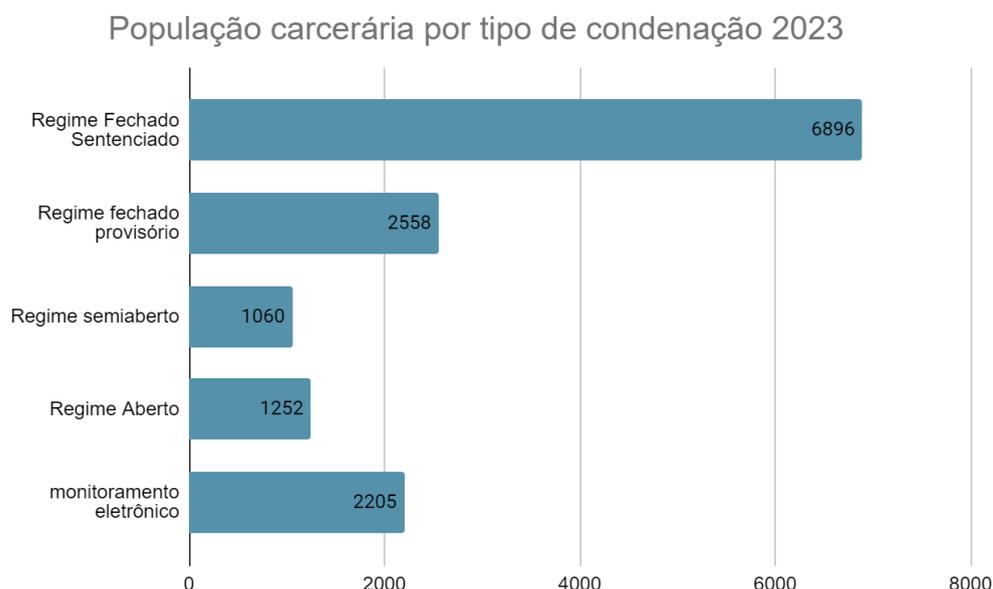
Gráfico 5.8.b - Série Histórica da Taxa População carcerária por 100 mil habitantes



Fonte: Anuário de Segurança Pública 2023



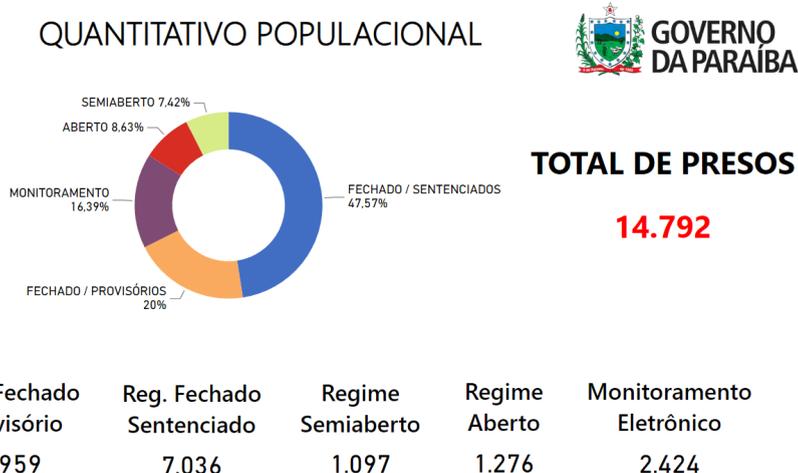
Gráfico 5.8.c - População Carcerária 2023



Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2023 (gráfico elaborado pelo ECD)

Até março de 2024, o quantitativo populacional do sistema carcerário, entre o ano de 2023 e 2024 já aumentou, com base no portal da Polícia Penal da PB⁸⁶, um aumento de 5,87%.

Figura 5.8.a - Quantitativo de presos em março de 2024, na Paraíba



Fonte: SEAP PB

(<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoizTUxMTdkY2EtOWIwNC00M2M0LTkzYjMtZDhIMDQ2MmFjNTNmlidCI6ImZlZjBhNWNhLTFiZGltNDQwYi1iYjE3LWU2MDYzYTc0NzhhZCJ9>, acesso em 19/04/2024)

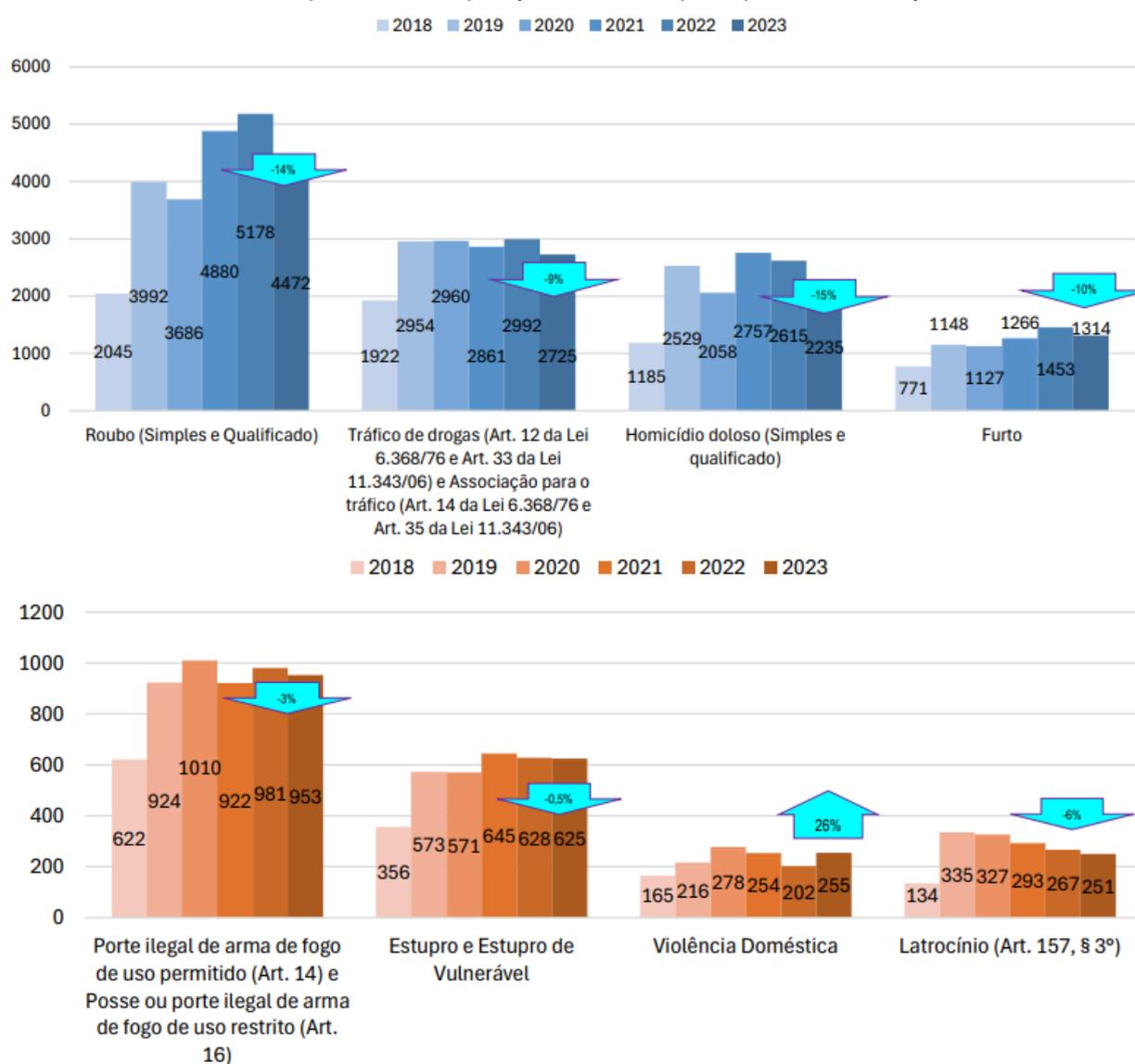
⁸⁶ <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoizTUxMTdkY2EtOWIwNC00M2M0LTkzYjMtZDhIMDQ2MmFjNTNmlidCI6ImZlZjBhNWNhLTFiZGltNDQwYi1iYjE3LWU2MDYzYTc0NzhhZCJ9>



Considerando-se ainda os dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que apontam para o aumento da população prisional brasileira a qual cresce a um ritmo de **8,3% ao ano**⁸⁷, torna-se fundamental acionar o aparelho estatal para minimizar os impactos desse problema que só se agrava e termina por sobrecarregar o sistema prisional.

O gráfico **5.8.d** mostra o número de presos no sistema penitenciário da Paraíba, tendo como base os delitos penais que cometeram. Roubo continua sendo o delito com maior número de prisões, mesmo tendo diminuição de 14% no ano de 2023. A violência doméstica teve aumento novamente dos casos de prisões, aumento significativo de 26%, indicando que houve maior número deste crime e consequentemente maior ação policial para este tipo de condenação.

Gráfico 5.8.d - Comparativo de População Carcerária por Tipo de Condenação 2018-2023



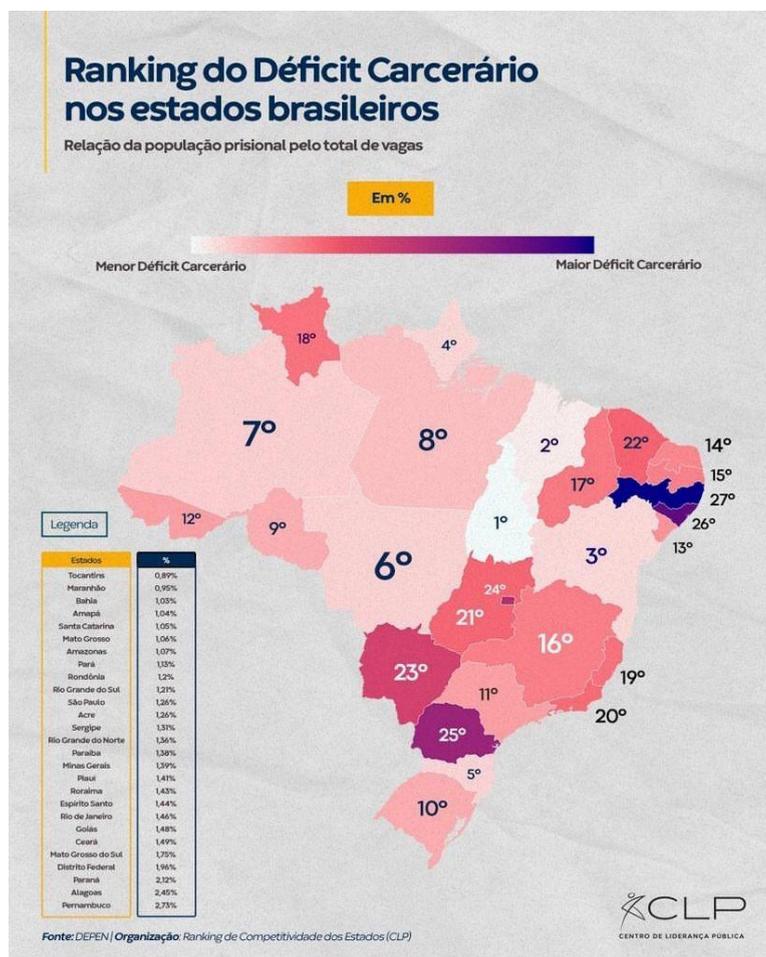
Fonte: Anuário de Segurança Pública 2023

⁸⁷Fonte: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/17/cnj-registra-pelo-menos-812-mil-presos-no-pais-415percent-n-ao-tem-condenacao.ghtml>



O **Centro de Liderança Pública** liberou uma relação entre a população do sistema prisional e o total de vagas que existem no mesmo, em todos os estados do país. O Estado da Paraíba se encontra em **15º lugar no ranking**. Pernambuco é o estado com maior déficit prisional, enquanto Tocantins possui o menor déficit.

Figura 5.8.b - Ranking déficit carcerário



Fonte: Centro de Liderança Pública (instagram @clpbrasil)

6. INDICADORES-CHAVES DE SANEAMENTO BÁSICO

A Paraíba tem um território que corresponde a **0,6%** do território nacional e a **3,6%** do Nordeste, sendo que em torno de 90% do seu território é localizado a região semiárida nordestina, correspondendo cerca de 188 municípios e estes fazem parte de uma região denominada *Polígono das Secas*⁸⁸, uma área sensível à influência do clima e dos regimes pluviométricos⁸⁹.

⁸⁸http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1186/1/TD_1726.pdf

https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20632?locale=pt_BR

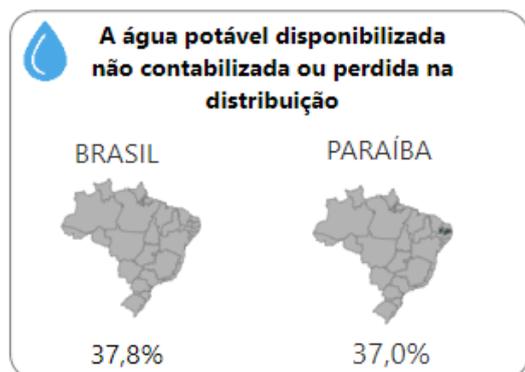
⁸⁹ <https://tce.pb.gov.br/publicacoes/auditorias-tematicas/panorama-hidrico-do-estado-da-paraiba>



Vale ressaltar que, no estado da Paraíba, a lei complementar nº 168/2021 decretou microrregiões de água e esgoto e no intuito de buscar a universalização do serviço, a fim de cumprir o que reza o Novo Marco do Saneamento Básico do Brasil (Lei nº 14.026/2020).

Segundo o SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, **15,1% da população brasileira não têm acesso ao abastecimento de água**, enquanto na Paraíba são cerca de 23% da população, **já 44% das pessoas no país não possuem atendimento total/coleta de esgoto no país** no ano referência de 2022, **enquanto no estado da Paraíba são cerca de 60% sem acesso**.

Figura 6.a - Índice de atendimento total de esgoto e água no ano de 2022, na Paraíba



Fonte: SNIS, 2022



Notar que a eficiência do saneamento básico⁹⁰ torna-se um **componente central à segurança hídrica** (questão central para o nosso Estado). Perdas de água e ineficiências na prestação dos serviços oneram os custos das companhias e terminam também aumentando as tarifas. Além disso, a ausência de coleta, tratamento e reuso de esgoto reduz a oferta de água e tende a contaminar todo o sistema aquático regional. Atentar para o fato que os cursos de água, no perímetro urbano e dos próprios canais de drenagem urbana construídos, são contaminados por águas servidas, com comprometimento sério da saúde da população, por consequência, sua qualidade de vida.

Além disso, o saneamento é de extrema importância no combate aos impactos no meio ambiente, na saúde da população, na economia, nas desigualdades e no desempenho escolar. Seus componentes são: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e manejo de resíduos sólidos.

Na avaliação dos indicadores de saneamento, é importante levar em consideração o **Novo Marco Legal do Saneamento**, proposto no ano de 2020, com novas metas sobre a gestão e incentivo à regionalização, possibilitando ainda mais o controle social deste segmento na saúde pública da população.

De acordo com o Manual para Apresentação de Propostas para Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais, da Gestão de riscos e desastres da Secretaria Nacional de Saneamento, **existem algumas áreas onde a demanda pela atenção ao saneamento básico é prioritária, como por exemplo, áreas onde a taxa de mortalidade infantil é alta, onde estão sujeitas a insalubridade e destruição ambiental, onde residem populações carentes e onde há implementação de projetos estratégicos.**

Por isso, o **Marco do Saneamento Básico** estabeleceu como **meta** a universalização dos serviços de saneamento básico até 2033, garantindo que **99% da população brasileira tenha acesso à água potável e 90%, ao tratamento e à coleta de esgoto.** Foram definidas, também, regras voltadas para drenagem e manejo de resíduos sólidos urbanos. E essas são metas fundamentais para qualidade de vida e prosperidade de um estado como o da Paraíba.

De acordo com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional aliado ao SNIS, os indicadores do Estado em relação ao saneamento básico da população são baseados na questão da Água, Esgoto, Águas Pluviais e Resíduos Sólidos⁹¹.

⁹⁰Quanto à drenagem urbana e resíduos sólidos, apesar de sua importância para o tema, não serão tratados neste trabalho.

⁹¹Todas as tabelas e gráficos abaixo foram retirados do Painel Indicadores no site do <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/snis>.

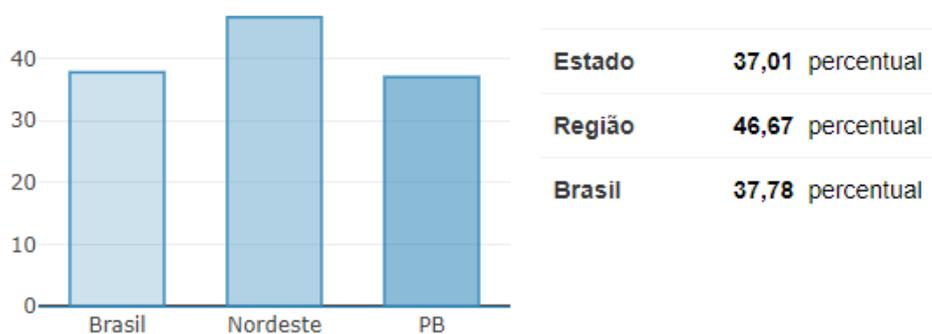




De acordo com dados retirados do SNIS, em relação ao **tratamento de esgoto houve uma redução de 39,2% em 2010 para 38,7% em 2022**. Com os dados obtidos no SNIS, o Observatório do Marco Legal do Saneamento possibilitou demonstrar dados consistentes quanto ao atendimento do saneamento no estado da Paraíba. Para análise geral foi dividido o estado em 4 microrregiões, denominadas de Litoral, Borborema, Espinharas e Alto Piranhas e no ano de 2021 houve a liberação do decreto nº 41.981/2021 que implementou o Regimento Interno Provisório de Água e Esgoto em cada microrregião. **Os dados das tabelas abaixo são referentes ao ano de 2022 (último dado liberado pelo SNIS).**

Pelo marco legal é requerido que **as perdas da distribuição de água no território brasileiro reduzam para 25%** até a data limite (ano de 2033). O valor desta perda em 2021 foi de 40,25% no território nacional, já em 2022 foi de 37,78%, como visto no quadro abaixo, **enquanto na Paraíba se encontra em 37,01%**. **Nota-se que houve um aumento em relação ao ano anterior, que era de 35,38%**, de acordo com o **gráfico 6.d**.

Gráfico 6.a - Perdas de distribuição de água - 2022.



Fonte: SNIS

Além deste dado, há uma meta de atender 99% da população do país com abastecimento de água potável, no qual o atendimento cobre 84,92% da população do país em 2022, enquanto na **Paraíba o percentual é de 76,99% da população**, vide **gráfico 6.b**.



Gráfico 6.b - Abastecimento de água potável - 2022.



Fonte: SNIS

Em relação à coleta de esgoto, pouco mais de 39% da população do estado recebe o atendimento necessário, contabilizando dados de 2022, vide gráfico 6.c.

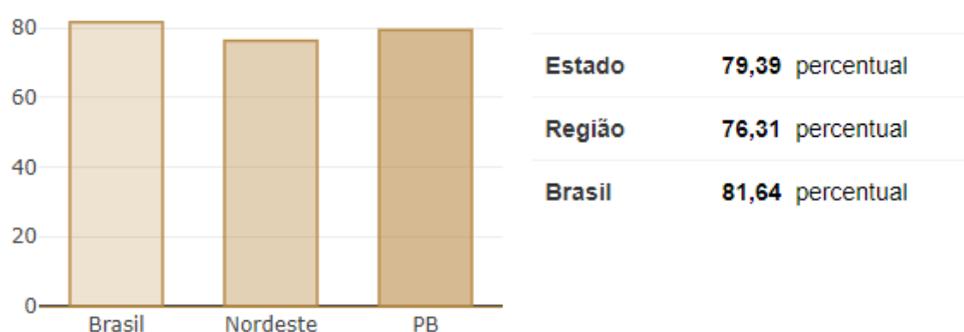
Gráfico 6.c - Coleta de esgoto - 2022.



Fonte: SNIS

E desta coleta de esgoto, 79,39% dele recebe o tratamento antes de desembocar em efluentes, em relação a taxa do país e da região estão em crescimento de modo similar, vide gráfico 6.d.

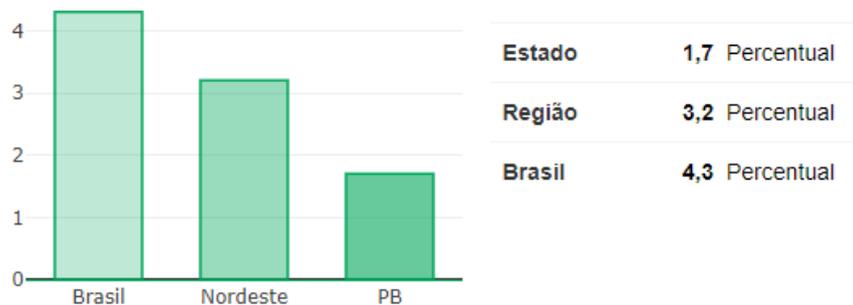
Gráfico 6.d - Tratamento de esgoto - 2022.



Fonte: SNIS

Já em consideração a problemática das águas pluviais (chuvas) no estado, **a quantidade de domicílios urbanos em riscos, em relação a quantidade de domicílios ao todo, tem um percentual menor do que aquele da região e do país, sendo este de 2% no ano de 2021 e 1,7% no ano de 2023.**

Gráfico 6.e - Risco de domicílios urbanos em relação a águas pluviais - 2022.



Fonte: SNIS

A taxa de cobertura do serviço de coleta de resíduos sólidos na Paraíba também se encontra em níveis adequados em relação ao quadro geral do país, com cobertura total de 84,92% em todo o estado, de acordo com o gráfico abaixo, similar a taxa regional e nacional.



Gráfico 6.f - Taxa de cobertura da coleta de resíduos sólidos - 2022.



Fonte: SNIS

De um modo geral os dados obtidos sobre o saneamento do estado estão em modo de crescimento, contribuindo para atingir as metas do Marco Legal em todo o país.

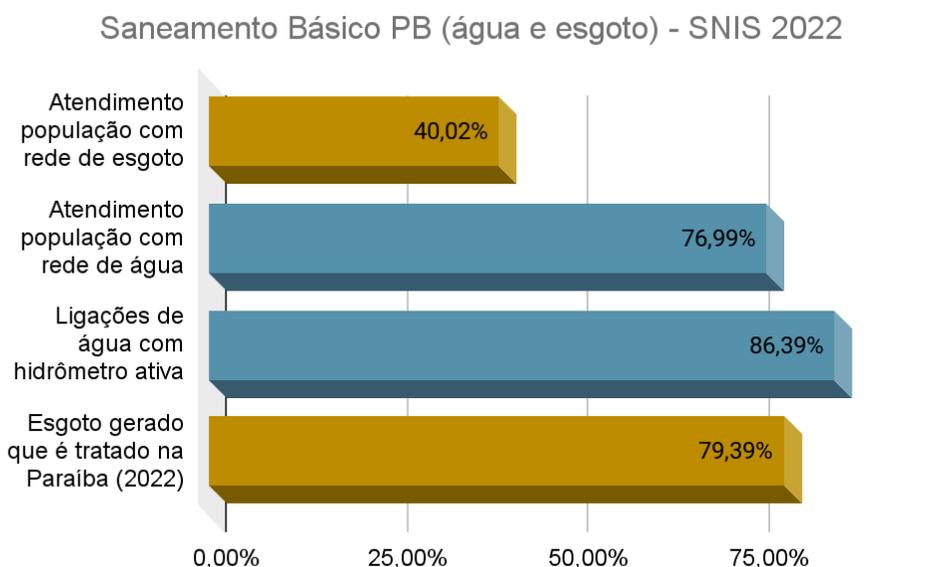
Levando isso em consideração e de acordo com a *Trata Brasil de 2024*⁹², que utiliza dados do SNIS como base, o estado paraibano está entre os melhores índices de saneamento da região Nordeste. Dentre os 100 municípios citados no estudo, **João Pessoa** se encontra em 3º lugar, ficando atrás de Belo Horizonte e Curitiba, como a cidade com melhor abastecimento de água da região, tendo por volta de **100%**. Já **Campina Grande** está entre as vinte melhores posições em termos de perda de água na distribuição. No Ranking do Saneamento, Campina Grande e João Pessoa estão posicionadas, respectivamente, em 33º e 48º.

No ano de 2023 a **Cagepa** recebeu o Selo Verde do INPRA (Instituto Internacional de Pesquisa e Responsabilidade Socioambiental Chico Mendes) em reconhecimento ao bom uso dos recursos naturais, projetos socioambientais, bom uso da cadeia energética e atendimento às legislações vigentes, o que demonstra o comprometimento estatal também na sustentabilidade ambiental.

⁹²<https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2024/03/Relatorio-Completo-Ranking-do-Saneamento-de-2024-TRATA-BRASIL-GO-ASSOCIADOS.pdf>



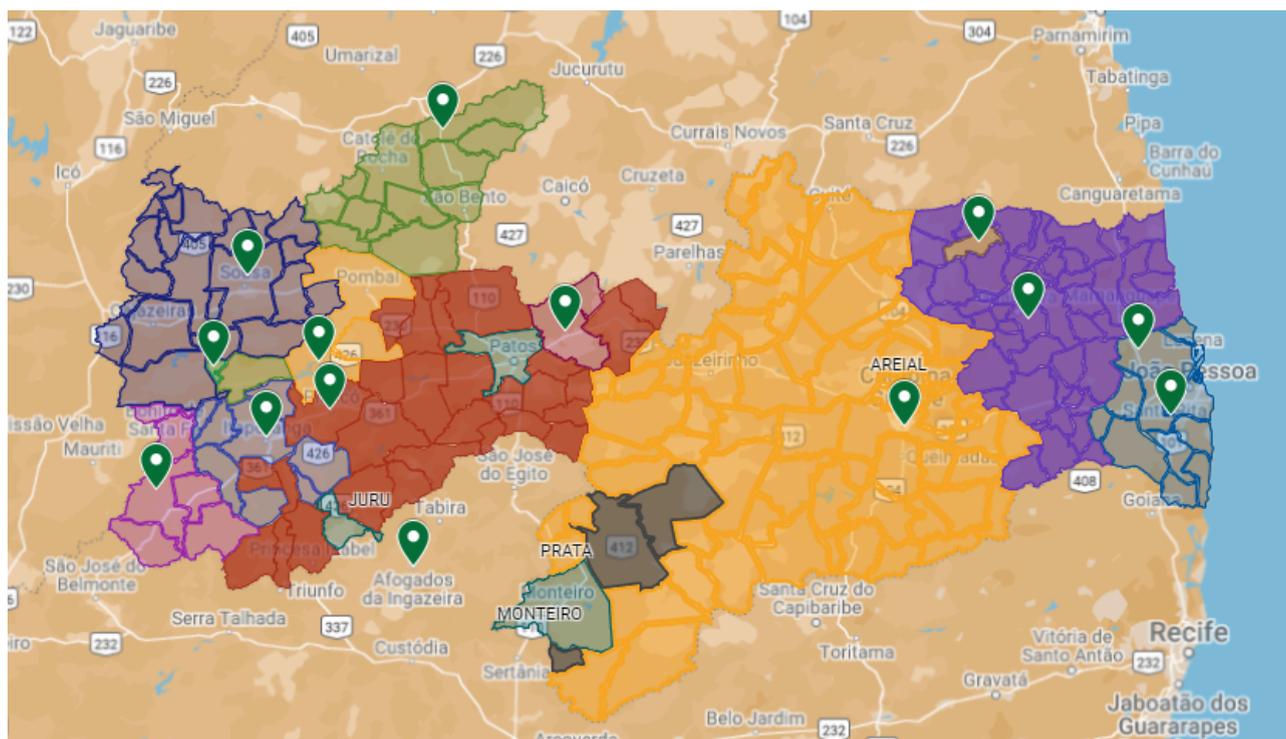
Gráfico 6.g - Saneamento básico 2022



Fonte: SNIS 2022 (gráfico elaborado pelo ECD)

Em relação ao **descarte dos resíduos sólidos**, a ABES PB (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental da Paraíba contabilizou, em **2024**, que dos 223 municípios da Paraíba, somente **3 deles ainda tem como destino final dos resíduos unicamente os lixões**, são os municípios de: Serra Branca, Sumé e Zabelê, além disso existem **5 cidades que dispõem os resíduos em lixões e em aterros sanitários também**, as quais são: Araruna, Jacaraú, São Bento, Pilar e Cuité. Existem na Paraíba, 3 aterros públicos, localizados nas cidades de São Mamede, Dona Inês e Carrapateira, enquanto os outros 8 aterros são de empresas privadas que operam nas cidades. O restante dos municípios depositam seus resíduos unicamente em aterros sanitários. É importante manter um monitoramento das cidades, as que já se adequaram, pois esta não é uma mudança estática e definitiva, visto que **municípios que fazem uso de aterro podem voltar a despejar em lixões**.

Figura 6.b - Delimitação dos municípios da Paraíba em relação ao Mapa dos Lixões



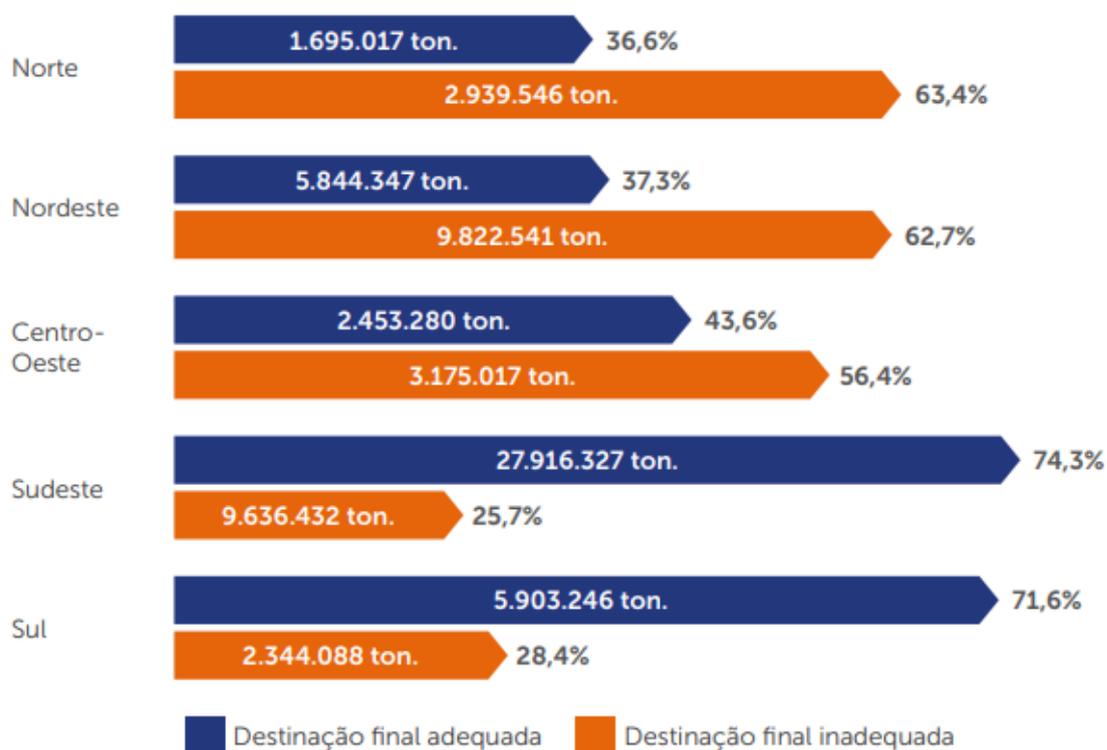
Fonte: ABES PB (<https://abesp.com.br/rsu/>)

Obs.1: As delimitações dos municípios em cor preta indicam as cidades que possuem lixões (3 cidades);

Obs.2: **As marcações verdes indicam a localização de aterros sanitários.**

O **Panorama dos Resíduos Sólidos do Brasil**, do ano de 2023, dispôs um infográfico no qual se identifica que 62,7% da disposição final dos resíduos na região do Nordeste ainda é inadequada, podendo ser caracterizado pela disposição em lixões, por exemplo. Ao contrário do estado da Paraíba, onde a maior parte deposita em aterros sanitários.

Gráfico 6.h - Disposição final dos resíduos sólidos por região em 2022



*Projeções corrigidas com base no Censo 2022

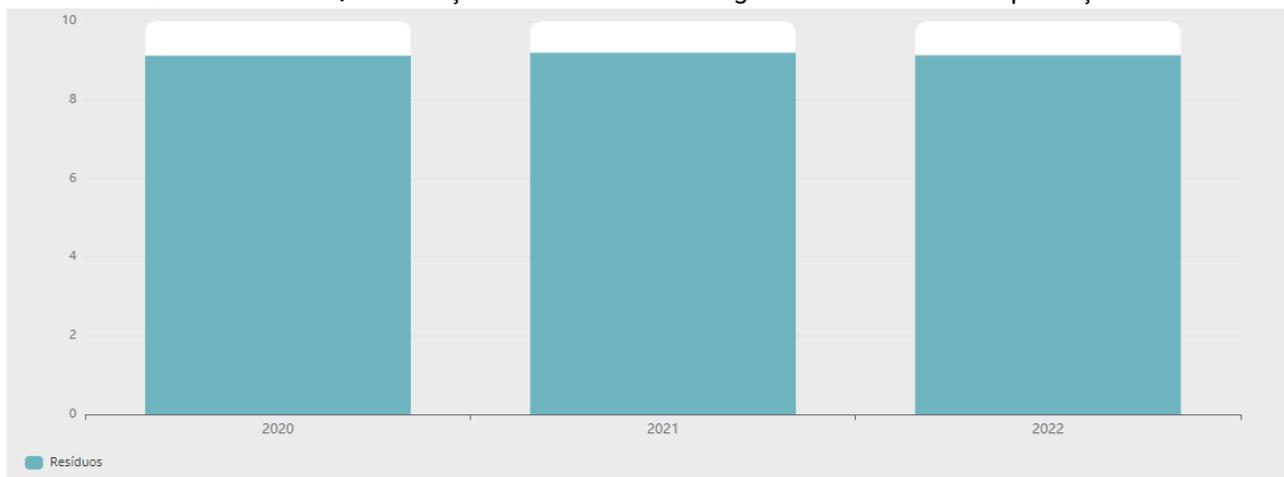
Fonte: Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil, 2023⁹³

É importante destacar que os resíduos são materiais que não são aproveitados e sobram da atividade humana, advinda do comércio, indústrias e residências. Podem ser divididos em resíduos sólidos ou efluentes líquidos. No gráfico abaixo retirado do SEEG, tem-se os dados sobre os gases liberados durante a destruição dos resíduos no estado da Paraíba entre os anos de 2020 a 2022, decorrentes da disposição final de resíduos sólidos, efluentes líquidos industriais, incineração ou queima a céu aberto, tratamento biológico de resíduos sólidos e tratamento de efluentes domésticos, no qual mantiveram-se constantes durante este período, exceto entre 2021 e 2022.

⁹³https://abrema.org.br/pdf/Panorama_2023_P1.pdf



Gráfico 6.i - Quantificação da emissão de gases envolvendo a produção de resíduos

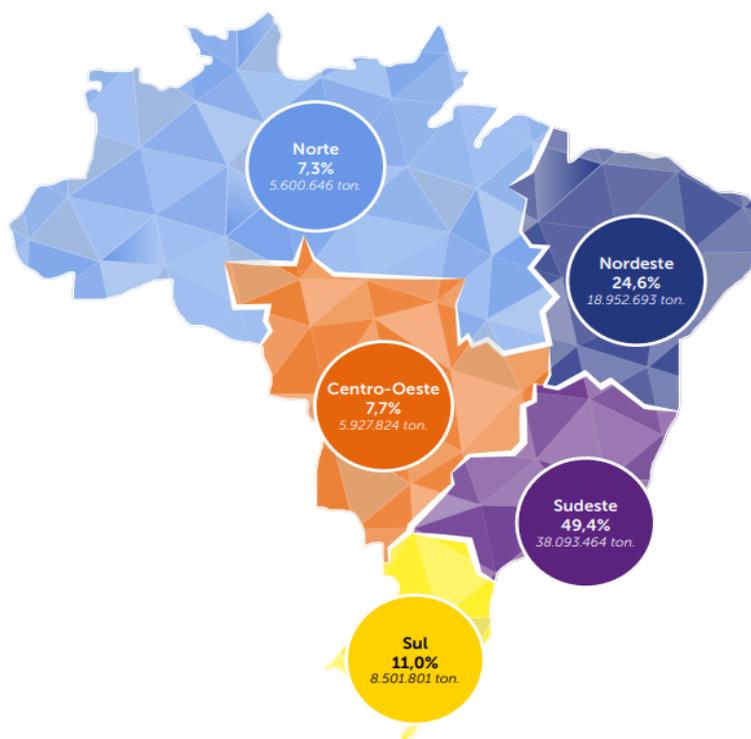


| Categoria | 2020 | 2021 | 2022 |
|-----------|------------|------------|------------|
| Resíduos | 91.239.143 | 91.984.623 | 91.333.389 |
| Total | 91.239.143 | 91.984.623 | 91.333.389 |

Fonte: SEEG

O **Panorama dos Resíduos Sólidos do Brasil**, do ano de 2023, mostrou que o Nordeste teve uma participação de 24,6% na geração de resíduos sólidos no país, entre 2021 e 2022.

Figura 6.c - Participação regional na geração de Resíduos Sólidos Urbanos em 2022



Fonte: Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil, 2023⁹⁴

⁹⁴https://abrema.org.br/pdf/Panorama_2023_P1.pdf





A poluição atmosférica traz prejuízos não somente à saúde e à qualidade de vida das pessoas, mas também acarreta maiores gastos do Estado, decorrentes do aumento do número de atendimentos e internações hospitalares, além do uso de medicamentos, custos esses que poderiam ser evitados com a melhoria da qualidade do ar dos centros urbanos. A poluição de ar pode também afetar ainda a qualidade dos materiais (corrosão), do solo e das águas (chuvas ácidas). A gestão da qualidade do ar tem como objetivo garantir que o desenvolvimento sócio econômico ocorra de forma sustentável e ambientalmente segura. Para tanto, se fazem necessárias ações de prevenção, combate e redução das emissões de poluentes e dos efeitos da degradação do ambiente atmosférico.

7. INDICADORES-CHAVES DO MEIO-AMBIENTE

O advento da globalização, do desenvolvimento tecnológico, da expansão industrial e do processo acelerado de urbanização que se instaurou, principalmente, a partir da segunda metade do século XX, gerou um esgotamento perigoso no ecossistema da terra. Lidar com as mudanças climáticas, avanço dos mares, alagamentos constantes, secas, com o próprio descarte de resíduos perigosos, poluentes orgânicos e de plásticos; cuidar da saúde das águas, proteger o verde, num contexto de vulnerabilidade social e econômica. Isso tudo impõe um cenário desafiador para os Governos e suas políticas públicas. E isso assume uma importância ainda mais relevante em regiões como as que o Estado da Paraíba está inserida, submetidas a altas temperaturas, baixa pluviometria, na maioria de suas cidades, e índice crescente de desertificação, dentro de um contexto de vulnerabilidade econômica e social.

A própria Constituição Brasileira, no seu Art.225, expressa que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e uso comum ao povo, sendo dever da Gestão Pública e da coletividade defender e preservar.

Alterações no meio ambiente afetam diferentes biomas e a população como um todo, muitas vezes de formas irreversíveis. Devido a expansão do movimento ambientalista e a pressão popular, os órgãos administrativos e fiscalizadores, visando sua gestão ambiental em criar indicadores, que são parâmetros/ estatísticas com uma finalidade específica, capazes de demonstrar dados sobre o impacto no meio ambiente, decorrentes de certas atividades exercidas.

Também chamados de Indicadores de Desempenho Ambiental, o Ministério do Meio Ambiente define estes indicadores como um resumo sobre o aspecto do meio ambiente, dos recursos naturais, assim como as atividades humanas relacionadas. O mais difundido e com dados consistentes levam em consideração a emissão de **gases do efeito estufa (GEE)**, em áreas de energia, uso da terra, agropecuária, resíduos e na indústria.



As tabelas, gráficos e dados estatísticos que irão ser descritos foram retirados do site do SEEG⁹⁵ (Sistema de Estimativas de Emissões e Remoção de Gases do Efeito Estufa), um sistema criado pelo Observatório do Clima que explicita sobre as estimativas de emissão de gases nocivos ao planeta no Brasil, sendo este um indicador operacional, pois mostra os resultados de atividades diárias no meio ambiente. Os dados abaixo são do ano de **2022**, sendo estes os **últimos dados registrados**.

O portal em questão indica que o Estado da Paraíba ocupa a 23ª posição no ranking de emissões de gases nocivos, com maior emissão decorrentes de atividades no **setor agropecuário, de energia e nos processos industriais, que serão comentados adiante neste capítulo**.

Figura 7.a - Caracterização da Paraíba em relação a emissão de GEE, em 2022



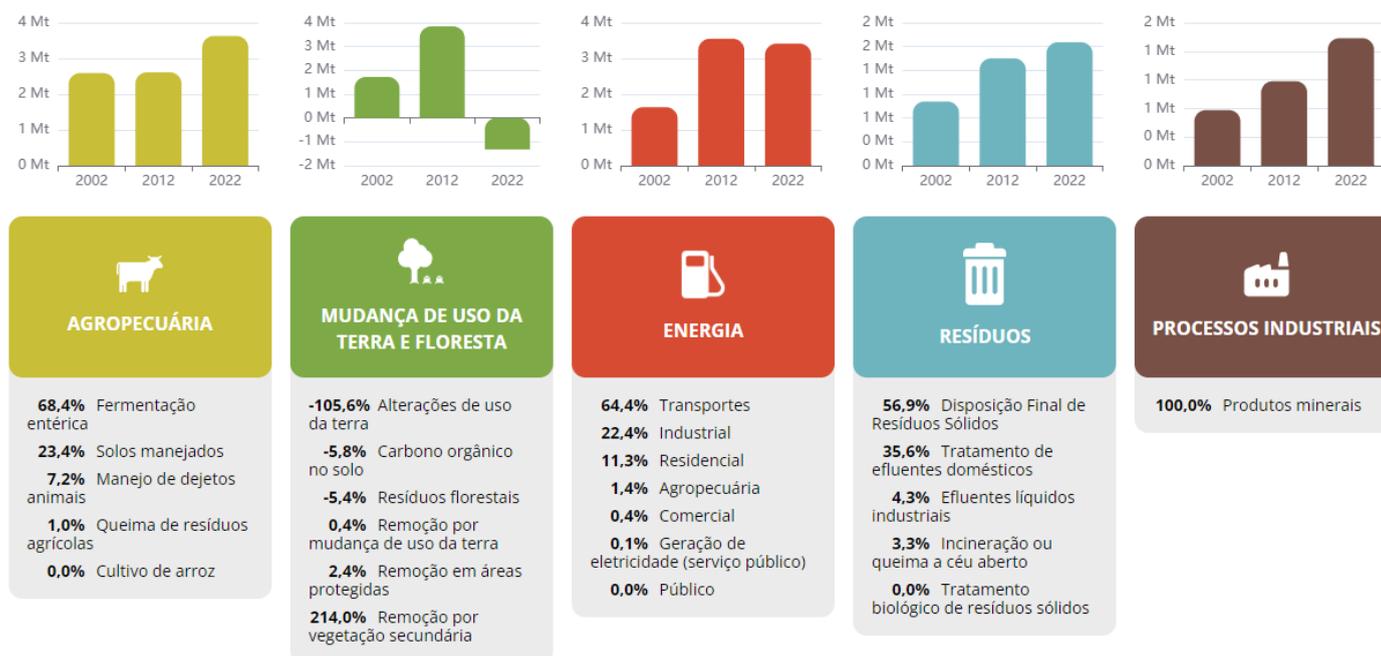
Fonte: SEEG

A ilustração abaixo demonstra as subdivisões dos setores que promovem emissão de gases do efeito estufa na sua cadeia de produção e qual a porcentagem que cada uma desempenha neste papel, no ano de 2022.

⁹⁵ <https://seeg.eco.br>



Figura 7.b - Subdivisões dos setores produtores de GEE

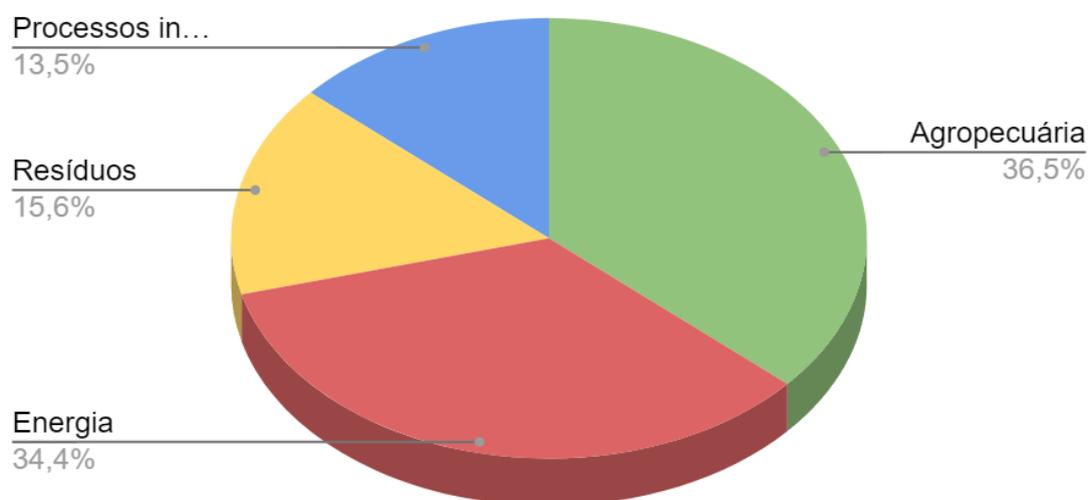


Fonte: SEEG

A partir dos dados acima, compreende-se que o estado da Paraíba é um contribuinte do efeito estufa, em menor parcela, em relação a outros estados brasileiros. Principalmente nos anos mais recentes, **no ranking em relação à emissão de gases o estado ocupa a 23ª posição**, sendo uma das menores, ficando na frente do Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Distrito Federal e Amapá.

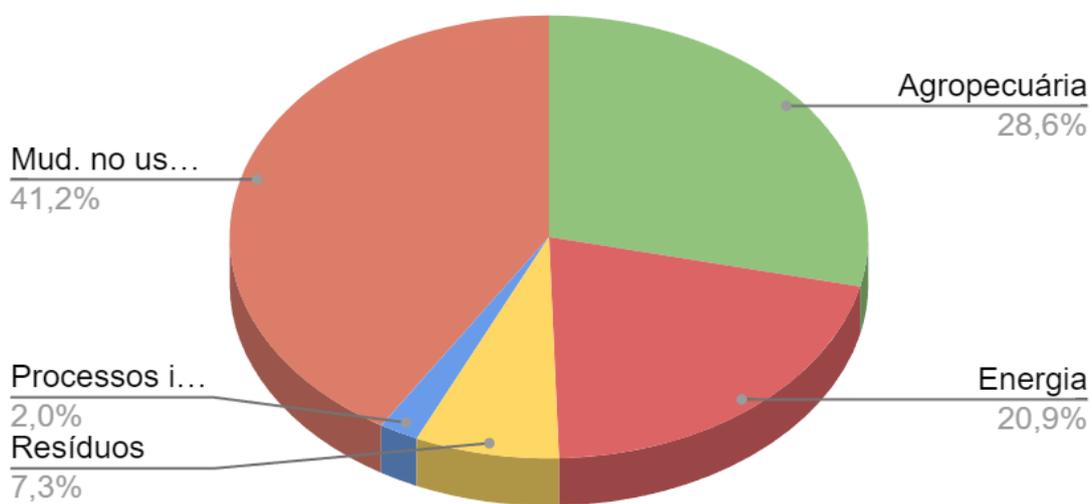
Em relação a emissões de GEE no estado da Paraíba, o setor que mais elimina esses gases na atmosfera é o setor Agropecuário; enquanto na região Nordeste, a mudança no uso do solo tornou-se a primeira colocada em emissões, com mais de 40% dos gases eliminados; assim como no Brasil, neste caso diminuindo para 33% das emissões.

Gráfico 7.a - Emissões de GEE na Paraíba, 2022



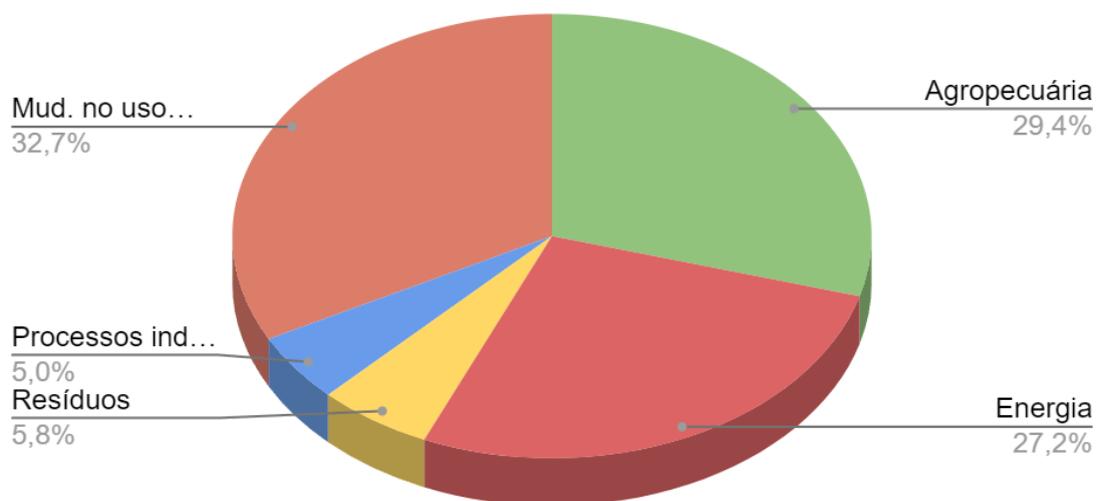
Fonte: SEEG do Observatório do Clima (gráfico elaborado pelo ECD)

Gráfico 7.b - Emissões de GEE no Nordeste, 2022



Fonte: SEEG do Observatório do Clima (gráfico elaborado pelo ECD)

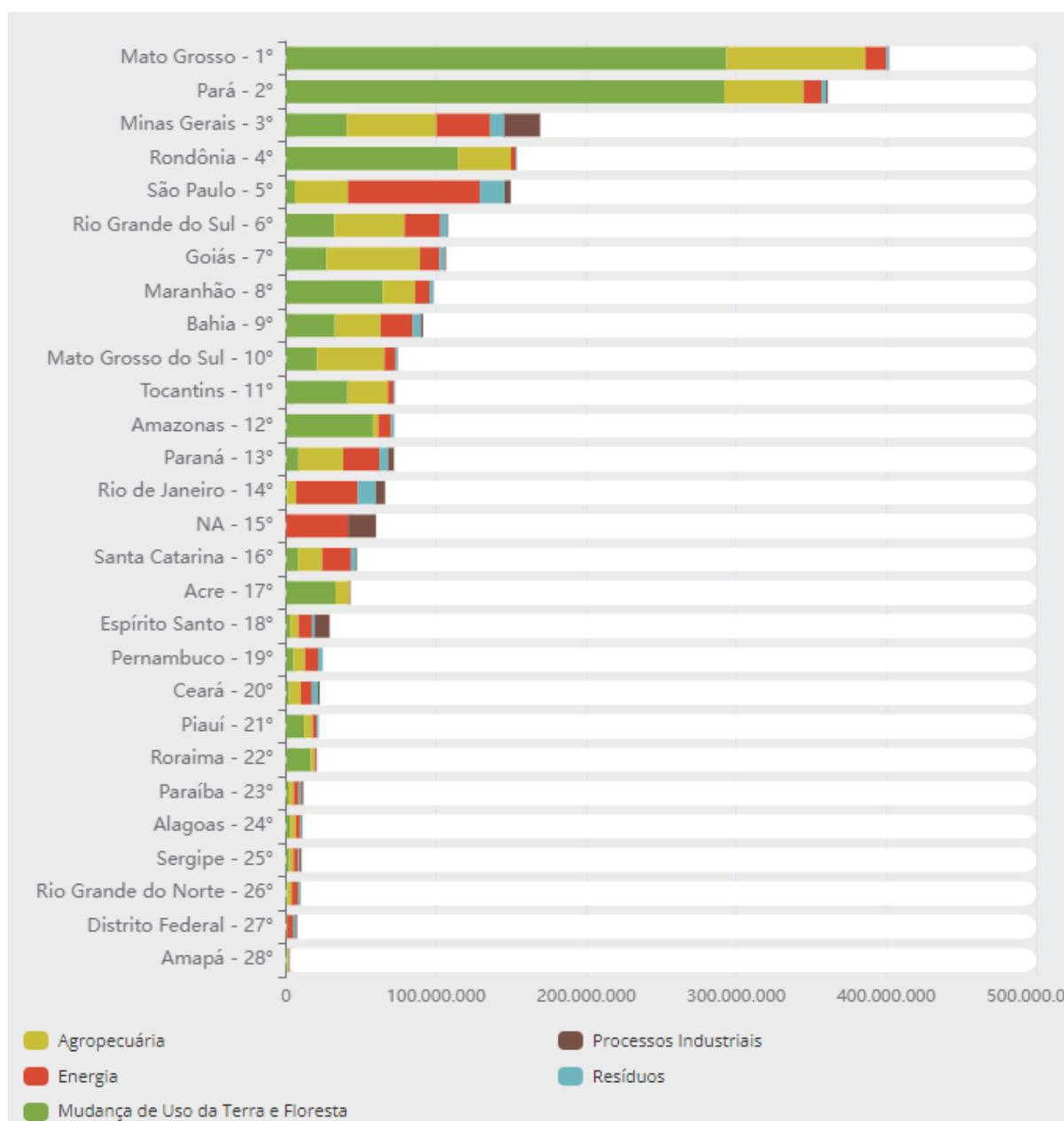
Gráfico 7.c - Emissões de GEE no Brasil, 2022



Fonte: SEEG do Observatório do Clima (gráfico elaborado pelo ECD)

A figura abaixo, retirada do site do SEEG, indica o ranking dos Estados brasileiros que possuem maior emissão de GEE; **a Paraíba se encontra na 23ª posição**, estando a frente dos estados nordestinos do Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe.

Gráfico 7.d - Ranking dos estados de acordo com a emissão de gases do efeito estufa 2022



Fonte: SEEG do Observatório do Clima

É importante frisar, por outro lado, que houve uma evolução do desmatamento do bioma caatinga (PB) na ordem de 76,84%, entre os anos de 2020 e 2023, de acordo com pesquisa do **MAP BIOMAS Alerta**⁹⁶. Ainda de acordo com a plataforma, o município de Santa Luzia apresenta o maior desmatamento (em hectare) na Paraíba, vide <https://plataforma.alerta.mapbiomas.org/alerta/813665> (acesso em 04/03/2024) para mais informações e em maior velocidade de desmatamento encontra-se o município de Manaíra, vide <https://plataforma.alerta.mapbiomas.org/mapa> (acesso em 07.03.24).

⁹⁶<https://plataforma.alerta.mapbiomas.org/mapa>



Gráfico 7.e - Evolução de área de desmatamento da Caatinga na Paraíba, entre 2020 a 2023

Evolução das áreas de desmatamento - Bioma Caatinga na Paraíba - 2020 a 2023 (hectares)



Fonte: MAP BIOMAS Alerta, acesso em 13/03/2024 - <https://plataforma.alerta.mapbiomas.org/mapa>
(gráfico elaborado pelo ECD)

Importante enfatizar que **houve uma expansão das áreas semiáridas e em processo de desertificação** em todo Nordeste, segundo os estudos do Laboratório de Análise e Processamento de Imagens em Satélite (LAPIS), publicados na Letra Ambiental. A nova delimitação realizada em janeiro/2024 conta com a participação de 1.477 municípios na região do semiárido brasileiro, dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, **Paraíba**, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo. Na qual conta com uma área de 1.335.298 km², correspondendo a 15% do território nacional, De acordo com a Resolução Condol (Conselho Deliberativo da Superintendência do Nordeste - Sudene) nº 176 (03/01/2024), dos 223 municípios da Paraíba, 198 deles estão no semiárido.⁹⁷

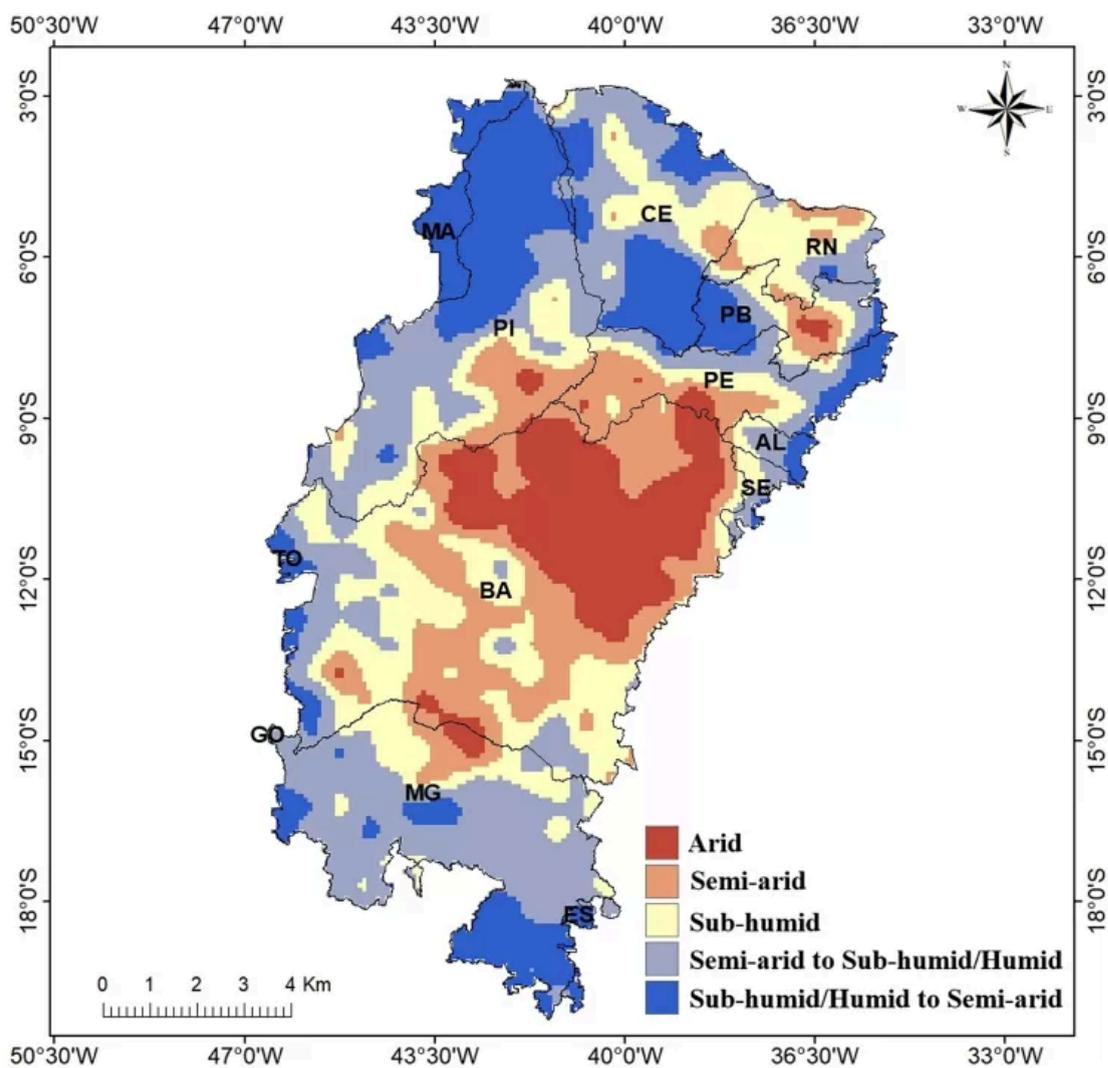
A problemática da desertificação acaba se atrelando às condições financeiras da população da região, dando continuidade a um problema que é visto há décadas, a migração. O último censo em junção com estudos da Universidade de São Paulo (USP), mostrou que há um grande número de lares sem habitantes em cerca de 90% dos municípios que se localizam na região semiárida⁹⁸.

⁹⁷ <https://www.letrasambientais.org.br/posts/semiario-brasileiro-tem-nova-delimitacao-desde-janeiro-de-2024#>

⁹⁸ Rápidas e mortais, secas-relâmpago contribuíram para o agreste virar semiárido no Nordeste desde os anos 90 - matéria do O GLOBO



Figura 7.d - Delimitação de áreas semiáridas e áridas



Fonte: Laboratório de Análise e Processamento de Imagens em Satélite (LAPIS) -

<https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2024/04/14/brasil-ja-tem-clima-arido-em-area-superior-ao-estado-de-sp-aponta-estudo.htm>



Tabela 7.a - Delimitação oficial semiárido brasileiro (jan/2024)

| Delimitação oficial do Semiárido brasileiro | | | |
|---------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| Estado | 2017 | 2021 | 2024* |
| AL | 38 | 38 | 42 |
| BA | 278 | 283 | 287 |
| CE | 175 | 171 | 175 |
| ES | 0 | 6 | 6 |
| MA | 2 | 16 | 16 |
| MG | 91 | 209 | 217 |
| PB | 194 | 188 | 198 |
| PE | 123 | 137 | 142 |
| PI | 185 | 215 | 216 |
| RN | 147 | 141 | 148 |
| SE | 29 | 23 | 30 |
| TOTAL | 1.262 | 1.427 | 1.477 |

*Resolução Condel nº 176, de 03/01/2024.

Reinserção provisória dos 50 municípios que seriam excluídos.

Fonte: Laboratório de Análise e Processamento de Imagens em Satélite (LAPIS)⁹⁹

⁹⁹ <https://www.letrasambientais.org.br/posts/semiario-brasileiro-tem-nova-delimitacao-desde-janeiro-de-2024#>



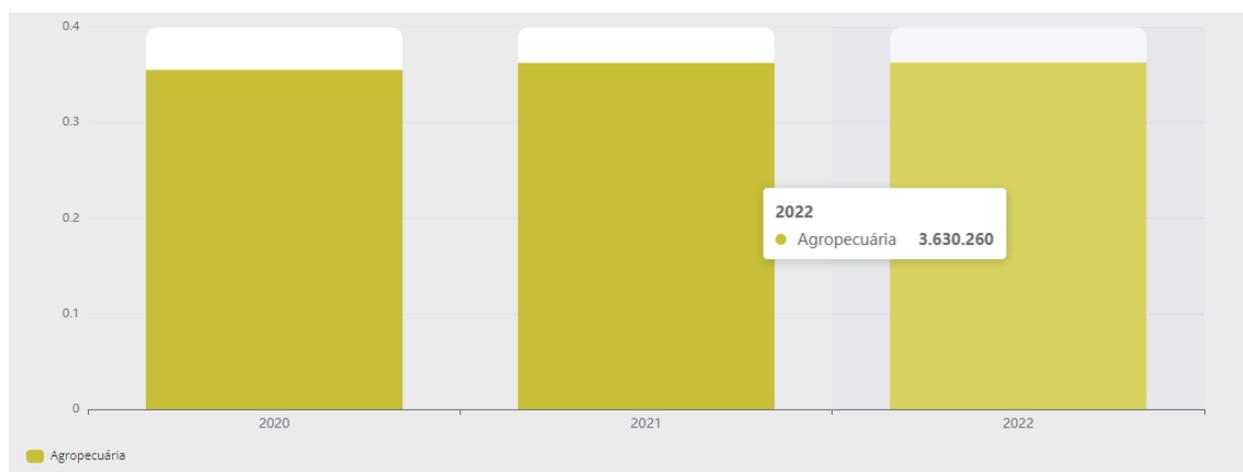
Na plataforma Programa Mais Brasil (PF - SCON) é possível **visualizar Alertas de detecção de mudanças geradas, neste caso, pelo desmatamento**, no Estado foi possível detectar que houve 13.318 alertas de foco de desmatamento entre os anos **2020 a 2023**, com aumento da área desmatada no final do ano de 2022, com a maior parte dos focos localizado no interior do estado (sertão - bioma Caatinga), uma das hipóteses para esse aumento de degradação do bioma pode ser a implementação e aumento dos parques de energia eólica, denominado Complexo Renovável Neoenergia, composto por 15 parques (dados de março/2023¹⁰⁰) localizados nas cidades de Santa Luzia, Areia de Baraúnas, São Mamede, São José de Sabugi e Junco do Seridó. É importante destacar que além do impacto ambiental, as usinas eólicas e solares tem impacto social na região que estão sendo investigados pelo Ministério Público, Defensoria Pública da União e do Estado¹⁰¹.

7.1. Setor agropecuário

Este é um setor que abrange atividades primárias que estão ligadas à agricultura e à pecuária, voltada para o consumo humano ou para a produção de matérias-primas, medicamentos e combustíveis.

Os dados abaixo mostram a relação do setor agropecuário paraibano em todas as esferas de atuação, com a emissão dos GEE, nos anos de 2010 a 2022. É possível avaliar que houve um aumento discreto na eliminação de gases por esse setor através dos anos, mantendo-se elevado.

Gráfico 7.1.a - Quantificação da emissão de gases envolvendo processos emissores do setor agropecuário



| Categoria | 2020 | 2021 | 2022 |
|----------------|-----------|-----------|-----------|
| ● Agropecuária | 3.553.417 | 3.626.662 | 3.630.260 |
| Total | 3.553.417 | 3.626.662 | 3.630.260 |

Fonte: SEEG

¹⁰⁰[Complexo de Energia Eólica na Paraíba 2023](#)

¹⁰¹[Notícia G1 - Impacto Socioambiental de Usinas eólicas e solares na Paraíba](#)



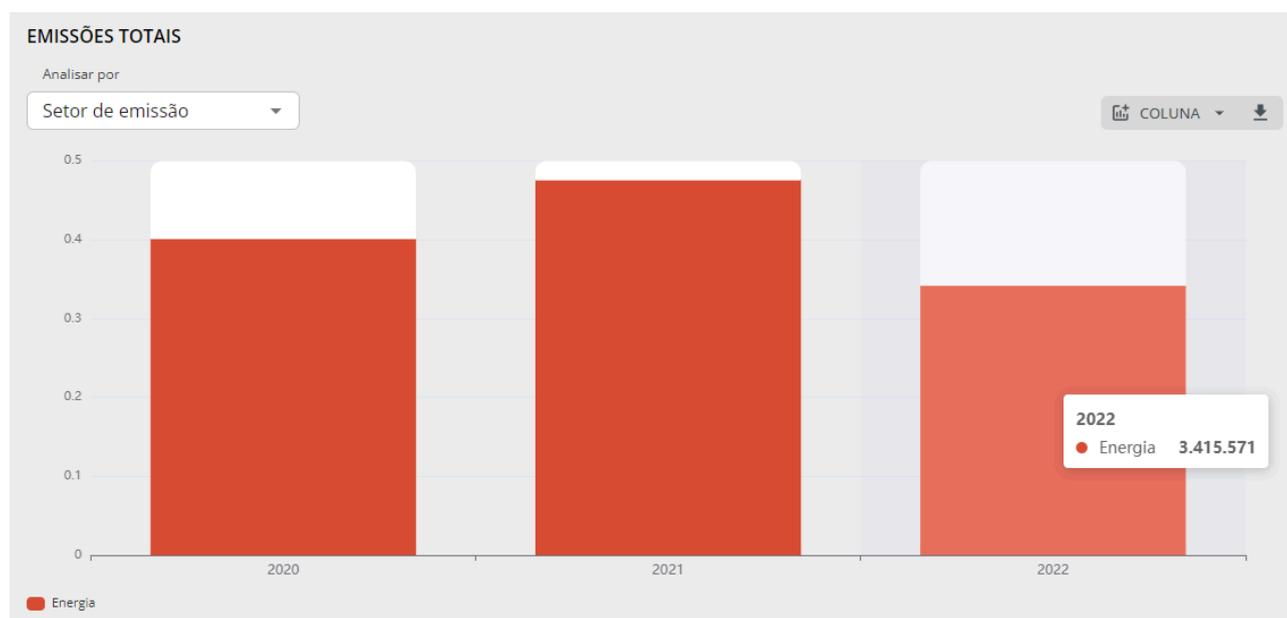
7.2. Energia

O setor energético é aquele que é composto por empresas que transformam energia primária em secundária para que seja então distribuída e utilizada, no quadro abaixo há alguns exemplos, mas no geral são considerados os combustíveis.

Os dados abaixo mostram a relação do setor de energia paraibano com a emissão dos GEE, nos anos de 2010 a 2022¹⁰². Levando em consideração o uso de combustíveis fósseis e outros, além do uso de energia gasto nesta produção, principalmente no quesito Transportes, sendo este a categoria emissora mais evidente, tendo crescimento de 4,07% entre 2021 e 2022, assim como a categoria comercial que cresceu 7,35% entre os mesmos anos, o restante das categorias emissoras no setor de Energia tiveram diminuição na sua geração de gases (para mais detalhes acessar a plataforma SEEG).

É importante frisar que as categorias de “Geração de eletricidade” e “Produção de combustíveis” estão contabilizadas com dados muito discrepantes de um ano para outro, sendo necessária uma análise criteriosa.

Gráfico 7.2.a - Quantificação da emissão de gases envolvendo o setor de Energia



| Categoria | 2020 | 2021 | 2022 |
|-----------|-----------|-----------|-----------|
| ● Energia | 4.007.676 | 4.752.354 | 3.415.571 |
| Total | 4.007.676 | 4.752.354 | 3.415.571 |

Fonte: SEEG

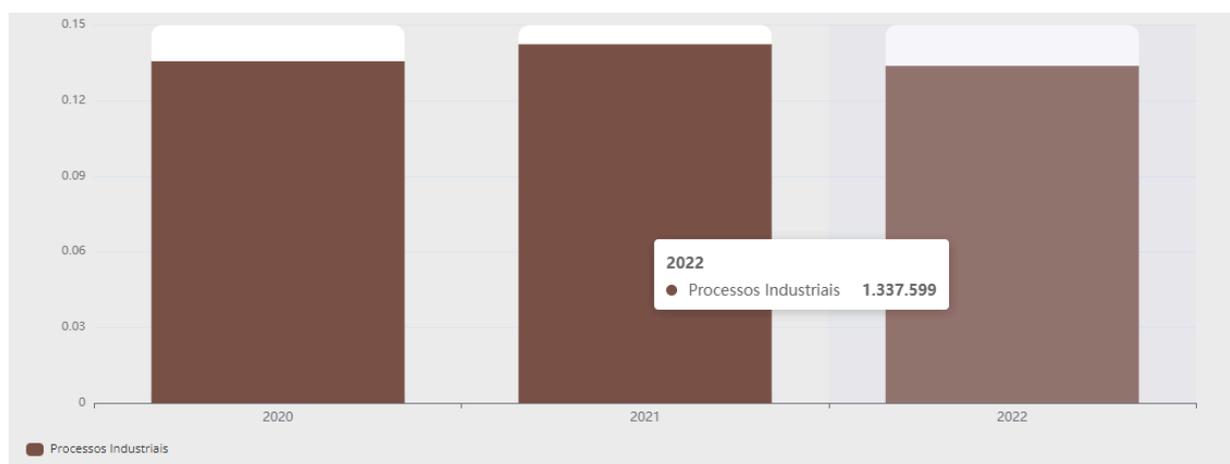
¹⁰²https://plataforma.seeg.eco.br/?_gl=1*1ygikna*_ga*MTkzNDAwNDgyNS4xNzExMDMyODAw*_ga_XZWSWEJDWQ*MTc5MjIzMTc5OC4yLjAuMTc5MjIzMTc5OC4wLjAuMA



7.3. Processos Industriais

Em relação aos Processos Industriais, que são uma cadeia sistemática com função de fabricação de algum material, que vai desde o recebimento da matéria-prima bruta até a conversão desta em produto, que poderá ser distribuído como bem comercial.

Gráfico 7.3.a - Quantificação da emissão de gases envolvendo o setor de Processos Industriais



| Categoria | 2020 | 2021 | 2022 |
|-------------------------|-----------|-----------|-----------|
| ● Processos Industriais | 1.356.056 | 1.423.535 | 1.337.599 |
| Total | 1.356.056 | 1.423.535 | 1.337.599 |

Fonte: SEEG

De acordo com a matéria divulgada no Espaço da Indústria, no G1, em outubro de 2022 a Paraíba possui uma estimativa de 6.891 indústrias, destas 50% são de Transformação (indústrias que transformam a matéria prima em produtos que poderão ser utilizados por outras indústrias), 45,5% da Construção Civil, 2,3% de Serviços e 1,7% Extravita (empresas que extraem da natureza os recursos e os insumos sem alterar suas características), sendo na cidade de Campina Grande a maior concentração, dados estes retirados do Observatório da Indústria da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEPB).¹⁰³

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, esse estudo buscou traçar um quadro sucinto do cenário socioeconômico e ambiental da Estado da Paraíba, para subsidiar a análise da Prestação de Contas do Governo Estadual (PCA 2023), por intermédio da utilização de indicadores-chaves de *performance* (KPI - *Key Performance Indicator*) das mais diversas áreas, do ano de 2023 e anos anteriores, além de obter dados preliminares de 2024. O que demonstra, por outro lado, a possibilidade do controle externo

¹⁰³<https://g1.globo.com/pb/paraiba/especial-publicitario/fiep/espaco-da-industria/noticia/2022/10/14/campina-grande-concentra-mais-de-20percent-das-industrias-da-paraiba.ghtml>





ir além da fiscalização meramente formal dos gastos públicos, passando a observar também a necessária avaliação da qualidade, do resultado e do impacto das políticas públicas na sociedade e no seu bem-estar.

Como foi mencionado nesse estudo, a adoção de um sistema de medição de desempenho a partir de *indicadores-chaves* é de fundamental importância para o fortalecimento da análise de problemas estratégicos de forma proativa; de modo a evitar a perpetuação de falhas e de ineficiências sistêmicas, subsidiando a escolha de novos caminhos estratégicos e a tomada de decisões, estimulando o aprendizado dos governos, e fortalecendo o controle social por meio da transparência e da prestação de conta dos resultados.

O estudo reforçou ainda a necessidade de se buscar cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), que é um guia global para orientar os esforços de planejamento e monitoramento das políticas públicas. Eles abrangem todas as áreas mencionadas e destacam a importância de se trabalhar de forma integrada e colaborativa para alcançar um desenvolvimento sustentável em nível global¹⁰⁴.

Por fim, vale ressaltar que essa visão de trabalho proposta deve não só analisar os dados em si, mas observar eventuais crises e impactos econômicos, sociais e ambientais, os quais podem gerar alterações nos indicadores em um determinado período de tempo.

E isso é essencial para se planejar e executar melhor políticas públicas/projetos/ações capazes de reverter tendências adversas e criar um ambiente de ciclos virtuosos e sustentáveis, tão necessário a um Estado como a Paraíba, com tantas carências, mas com grandes oportunidades.

¹⁰⁴ <https://chat.openai.com/> (Revisado e incrementado pela Auditoria à sugestão de definição dos ODS da Agenda 2030 da ONU)

